

RELATÓRIO & CONTAS CONSOLIDADAS '10







Índice

1. Órgãos Sociais	3
2. Datas Relevantes	5
3. Relatório do Conselho de Administração	7
Enquadramento Macroeconómico	8
Economia Internacional.....	8
Economia Nacional	8
Mercados	9
Mercados Accionistas	9
Mercados Cambial.....	11
Mercado Obrigacionistas	11
Mercado de <i>Commodities</i>	12
Síntese da Actividade Desenvolvida	13
Indicadores Consolidados	13
Actividade Desenvolvida.....	16
Clientes Empresas	16
Clientes Particulares	17
Clientes Institucionais	19
Actividade de Carteira Própria	19
Controlo de Riscos	20
Risco de Mercado	22
Risco de Crédito	23
Risco de Liquidez	23
Risco Operacional	23
Resultados Apurados e sua Aplicação	24
Agradecimentos Devidos.....	24
4. Demonstrações Financeiras.....	25
5. Anexo às Demonstrações Financeiras	31
6. Certificação Legal das Contas	105
7. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	107

1. Órgãos Sociais





1. Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente

Francisco Xavier Ferreira da Silva

Vice-Presidente

José Pais da Silva Alves Ribeiro

Secretários

Teresa Penaguião Silva Alves Ribeiro Pereira de Sousa
Joana Rita da Silva Ribeiro Costa Morais Villas Boas

Conselho de Administração

Presidente

Afonso Ribeiro Pereira de Sousa

Vice-Presidente

António Miguel Rendeiro Ramalho Branco Amaral

Vogais

Manuel João de Matos Silva Alves Ribeiro
João Carlos Ribeiro Pereira de Sousa
José João Silva Ribeiro da Costa Morais
Francisco Manuel Ribeiro

Conselho Fiscal

Presidente

Artur Carmo Barreto

Vogais

Rosendo José
Victor Hugo Moreira Ferreira Lemos Sousa

Vogal Suplente

Francisco Dias Martins

Revisor Oficial de Contas

João Carlos Henriques Gomes Ferreira

2. Datas Relevantes





2. Datas Relevantes

Fevereiro –97	Constituição do Banco, com um capital social de 20 milhões de Euros
Abril –97	Início de actividade, em Lisboa e no Porto
Dezembro –97	Os Activos do Banco atingem os 27 milhões de Euros
Fevereiro –98	Constituição da Alrimo, gestora de fundos do Banco
Maio –98	Constituição da Probolsa, corretora do Banco
Setembro –98	A Probolsa assume o estatuto de Membro Negociador e Liquidador da BVLP
Novembro –98	Inauguração da Loja de Corretagem de Lisboa
Dezembro –98	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 48 milhões de Euros
Janeiro –99	Aumento de Capital para 25 milhões de Euros
Abril –99	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro – Médias Empresas (Portugal)
Junho –99	Inauguração da Loja de Corretagem de Leiria
Dezembro –99	Aumento de Capital para 35 milhões de Euros. Os Activos Consolidados do Banco atingem os 100 milhões de Euros
Agosto –00	O Banco assume o estatuto de Membro Liquidador da BVLP
Outubro –00	Aumento de Capital para 42,5 milhões de Euros
Dezembro –00	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro – Ações Europa Os Activos Consolidados do Banco atingem os 150 milhões de Euros
Outubro –01	Aumento de Capital para 47,5 milhões de Euros
Novembro –01	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro FPR/E Lançamento do serviço de corretagem para mercados estrangeiros
Dezembro –01	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 200 milhões de Euros
Janeiro –02	O Fundo Alves Ribeiro – Médias Empresas é considerado o fundo de ações nacionais mais rentável em Portugal no ano 2001
Dezembro –02	Inauguração da Loja de Corretagem do Porto
Setembro –03	Lançamento do serviço de corretagem de derivados para mercados estrangeiros
Outubro –03	O Banco obtém o estatuto de Global Clearing Member da Clearnet
Dezembro –03	Titularização de 100 milhões de Euros de contratos da Carteira de Crédito do Banco: Primeira operação de titularização de contratos de leasing imobiliário em Portugal Primeira intervenção do Fundo Europeu de Investimento numa emissão originada por um Banco português Primeira operação de securitização de contratos de crédito na Europa com garantia do Fundo Europeu de Investimento incluída na estruturação das obrigações emitidas Os Activos Consolidados do Banco atingem os 300 milhões de Euros
Janeiro –04	O Banco obtém o estatuto de Trading Member Firm do Euronext Lisboa A actividade de corretagem desenvolvida pela Probolsa é integrada no Banco, através de uma operação de fusão por incorporação
Março –04	O Fundo Alves Ribeiro FPR/E é considerado o mais rentável em Portugal na sua categoria no ano 2003
Dezembro –04	Titularização de 42 milhões de Euros de contratos da Carteira de Crédito do Banco Os Activos Consolidados do Banco atingem os 350 milhões de Euros
Junho –05	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 400 milhões de Euros
Outubro –05	O Banco Alves Ribeiro passa a denominar-se Banco Invest
Outubro –05	Lançamento do site Banco Invest
Dezembro –05	Emissão de um empréstimo obrigacionista de 50 milhões de Euros “Banco Invest 08 – Euribor + 0,425 %”
Dezembro –05	Os Activos do Banco atingem os 451 milhões de Euros
Julho –06	Lançamento da actividade de Crédito no escritório de Leiria
Outubro –06	Desenvolvimento e implementação de um modelo de cálculo de probabilidade de default e perda esperada para a actividade de concessão de crédito
Dezembro –06	Os Activos do Banco atingem os 545 milhões de Euros
Janeiro –07	O Fundo Alves Ribeiro PPR é considerado o mais rentável em Portugal na sua categoria no ano 2006
Julho –07	Inauguração do escritório de Aveiro
Novembro –07	Inauguração do escritório de Braga
Dezembro –07	Os Activos do Banco atingem os 627 milhões de Euros
Março –08	Lançamento de um Programa de titularização de contratos da Carteira de Crédito do Banco, sob a modalidade de conduit, até ao montante de 125 milhões de Euros
Dezembro –08	Lançamento da actividade de estruturação e gestão de produtos derivados para Clientes Empresa e Institucionais
Junho –09	Inauguração do novo Centro de Investimento de Leiria
Dezembro –09	O Fundo Alves Ribeiro PPR termina 2009 com uma valorização de 30,8%, a melhor entre todos os produtos comparáveis disponíveis no mercado Primeiro lugar na league table internacional “Structured Retail Products” de produtos estruturados emitidos, geridos e colocados em Portugal
Janeiro –10	Obtenção de membership do Euronext para os mercados de Amesterdão, Paris e Bruxelas
Março –10	
Dezembro –10	O rácio de solvabilidade do banco consolidado atingiu os 13,7%.

3. Relatório do Conselho de Administração





3. Relatório do Conselho de Administração

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

Após a crise económica e financeira de 2008 e 2009, período em que se registou uma das piores contracções económicas desde a Grande Depressão de 1929, o ano de 2010 fica marcado pelo regresso da política económica enquanto principal *driver* dos mercados financeiros. Da estabilidade do sistema financeiro global, a atenção dos investidores foi desviada para a sustentabilidade das finanças públicas de alguns países europeus, nomeadamente Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha.

Nos **Estados-Unidos**, as estimativas apontam para um crescimento económico de 2.6% em 2010. No terceiro trimestre do ano passado, a variação homóloga foi de 3.2%, impulsionada pela depreciação do dólar no segundo semestre e pelas condições monetárias bastante favoráveis. Para o ano que agora se inicia, as previsões de crescimento situam-se entre os 3% e os 2.2%, de acordo com o FMI e a OCDE, respectivamente. Na Zona Euro, o PIB cresceu 0.3% no terceiro trimestre, o que se traduz numa variação homóloga de 1.9%. Para o total de 2010, a previsão de crescimento é 1.7%. Em 2011 e 2012, segundo as últimas estimativas do FMI, a economia deverá crescer 1.5% e 1.7% respectivamente. Pela positiva, o destaque vai para o bom comportamento da economia alemã que, impulsionada pelas exportações, deverá crescer 3.6% em 2010, e continuar a crescer acima da média europeia nos próximos dois anos.

Na base do esperado abrandamento do crescimento económico global, de 5.0% em 2010, para 4.4% em 2011, segundo as últimas projecções do FMI, persistem dois principais factores: taxas de desemprego elevadas e redução do nível de endividamento (desalavancagem ou "deleveraging") dos agentes económicos. As elevadas taxas de desemprego que se verificam tanto nos Estados Unidos como na Zona Euro (9.7% e 9.9%, respectivamente), condicionam o crescimento do consumo privado e pressionam as contas públicas das respectivas economias. O processo de desalavancagem em curso restringe o investimento, aumenta a poupança e reduz o consumo das famílias, contribuindo para o abrandamento económico a curto prazo. Na Zona Euro, acresce como factor de desaceleração a situação económica dos países denominados periféricos – Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha – a braços com a solidez das respectivas finanças públicas.

Outro factor determinante para a sustentabilidade da recuperação económica em curso é a evolução do mercado imobiliário. Nos Estados Unidos, a situação evidencia alguma melhoria, quer ao nível do investimento quer quanto ao número de casas vendidas. Na Zona Euro, o sector imobiliário mantém-se particularmente deprimido, com especial destaque para o mercado espanhol, onde o preço e a procura de imóveis continuam em queda.

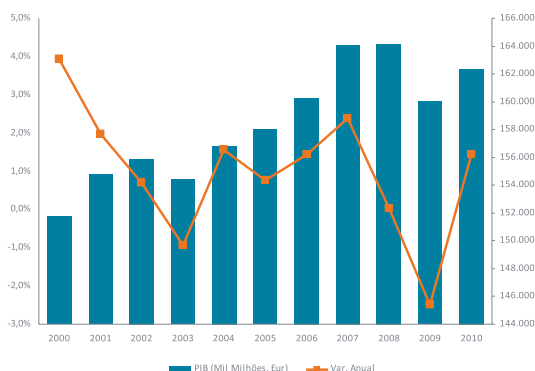
Apesar da subida significativa das matérias-primas e da liquidez financeira, a taxa de inflação tem persistido em níveis muito baixos, em particular quando se exclui os custos com alimentação e energia: 0.8% e 1.1% nos Estados-Unidos e Zona Euro, respectivamente. Para 2011, a OCDE prevê a manutenção da taxa de inflação em torno de 1%, tanto nos Estados-Unidos como na Zona Euro.

Tal como nos últimos anos, os principais motores do crescimento económico mundial em 2011 continuarão a ser as economias em desenvolvimento, com especial destaque para a China. De acordo com o FMI, é esperada uma ligeira desaceleração no ritmo de crescimento, de 10.3% em 2010 para 9.6% em 2011. Este abrandamento é bem visível na evolução recente do *leading indicator* e da confiança dos consumidores, mas em linha com o objectivo das autoridades chinesas de controlar a taxa de inflação e evitar a formação de bolhas especulativas, entre outros, no sector imobiliário.

Economia Nacional

Um dos principais temas que condicionou os mercados financeiro, em 2010 foi a sustentabilidade das finanças públicas dos países europeus periféricos, nomeadamente Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha. Apesar de se tratar de uma questão comum a vários outros países, incluindo os mais desenvolvidos, a atenção dos investidores centrou-se sobretudo nestes quatro, considerando tratem-se de pequenas economias, com graves problemas de competitividade económica e sem recurso aos instrumentos de política cambial tradicionalmente utilizados no passado. O ceticismo dos investidores quanto a estas economias, mesmo considerando os instrumentos de apoio disponíveis a nível comunitário, como o Fundo Europeu de Estabilização Financeira, no valor de 750 mil milhões de euros, traduziu-se numa subida acentuada dos respectivos *spreads* de crédito, espelhando a subida da probabilidade de *default* no serviço da dívida.

Evolução do Produto Interno Bruto Português



Em reacção a esta evolução negativa e perante o aumento da dificuldade de obtenção de financiamento junto dos investidores internacionais, o governo português, ao longo do ano, foi anunciando medidas de austeridade, com revisões sucessivas ao Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), visando assegurar aos mercados financeiros o cumprimento dos objectivos para o défice público de 7.3% em 2010, menos 1 pp do que o inicialmente previsto. Em Março (PEC 1), foram anunciadas a tributação das mais-valias bolsistas, a introdução de pagamento em algumas SCUT e um novo escalão de 45% do IRS. Pouco depois, em Maio, com o PEC 2, o Governo aumentou o IVA de 20% para 21% e aumentou as taxas de IRS. Por fim, em Outubro (PEC 3), aumentou em mais 2 pp a taxa do IVA, para os 23% e anunciou a intenção firme de cortar a despesa, com destaque para os cortes dos salários dos funcionários públicos e congelamento das pensões, entre outros.

Ainda assim, segundo a OCDE, a economia deverá registar um crescimento de 1.5% em 2010, suportado pelo bom desempenho do sector exportador. Contudo, as previsões são desanimadoras para 2011, consequência da necessidade imperiosa de consolidação orçamental (entenda-se, redução da despesa pública). Com efeito, o compromisso assumido junto dos parceiros europeus de reduzir o défice público para 4.6% e 3.0% do PIB em 2011 e 2012, respectivamente, e cujo grau de execução será escrupulosamente observado pelos financiadores externos, muito dificilmente evitará uma nova recessão. Segundo as últimas previsões do Banco de Portugal, o PIB nacional deverá contrair 1.3% em 2011 (0,2% de acordo com a OCDE), penalizado pelo menor rendimento disponível das famílias (aumento de impostos, redução das transferências sociais e salários dos funcionários públicos) e diminuição do investimento público. As exportações, que em 2010 subiram 9%, deverão reduzir o seu contributo positivo, com um crescimento de apenas 5.9%, em 2011. Ainda segundo o Banco de Portugal, a recuperação só ocorrerá em 2012, com um crescimento de apenas 0.6% (1,8% de acordo com a OCDE).

Indicadores Económicos

	2009	2010	2011	2012
--	------	------	------	------

Variação PIB

EUA	-2,6%	2,7%	2,2%	3,1%
Japão	-4,2%	3,7%	1,7%	1,3%
Zona Euro	-4,1%	1,7%	1,7%	2,0%
Portugal	-2,5%	1,5%	-0,2%	1,8%

Taxa de desemprego

EUA	9,3%	9,7%	9,5%	8,7%
Japão	5,1%	5,1%	4,9%	4,5%
Zona Euro	9,3%	9,9%	9,6%	9,2%
Portugal	9,5%	10,7%	11,4%	11,1%

Investimento

EUA	-14,8%	3,4%	7,2%	6,8%
Japão	-14,0%	-0,1%	3,2%	2,3%
Zona Euro	-11,3%	-1,0%	1,6%	2,8%
Portugal	-11,9%	-4,1%	-3,5%	2,3%

Inflação (CPI var. face ao ano anterior)

EUA	0,9%	1,0%	1,2%	0,9%
Japão	-0,9%	-1,8%	-0,8%	-0,8%
Zona Euro	1,0%	0,8%	1,0%	1,1%
Portugal	0,2%	1,1%	1,3%	1,1%

Consumo Privado

EUA	-1,2%	1,7%	2,4%	2,7%
Japão	-1,0%	2,4%	1,0%	1,4%
Zona Euro	-1,1%	0,6%	1,0%	1,7%
Portugal	-1,0%	1,9%	-0,7%	0,6%

Fonte: OCDE (Nov-10)

Mercados

Mercados Accionistas

Após a turbulência registada em 2008 e 2009, o ano de 2010 foi um ano de relativa normalidade nos principais mercados financeiros. Os índices accionistas de referência S&P-500 e Stoxx Europe 600 valorizaram 12.8% e 8.6% respectivamente, valores muito próximos das rendibilidades históricas. A volatilidade implícita nos contratos de opções sobre estes índices, uma das principais medidas do grau de confiança e aversão ao risco, decresceu igualmente para níveis mais comuns, na ordem dos 25%. Na Europa, reflectindo o bom desempenho macroeconómico, destacou-se, pela positiva, o mercado alemão, medido pelo índice DAX-30, com uma valorização de 16.1%.

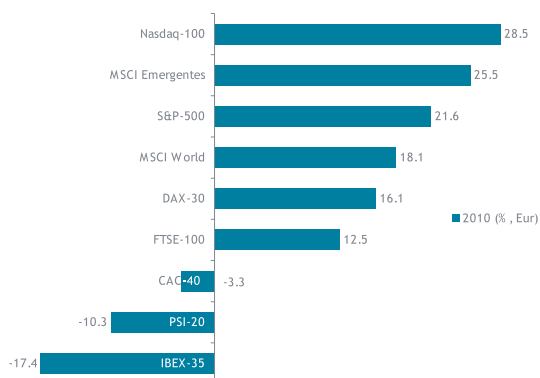


O ano foi igualmente positivo para os mercados emergentes, com uma subida média de 16.4% (25.5% em Eur), medida pelo índice MSCI Emerging Markets. No universo dos países BRIC, a dispersão de *performances* foi significativa, oscilando entre os -14.3% (-4.8% em Eur) da China e os +23.2% (30.8% em Eur) da Rússia, passando pelos +1.0% (14.5% em Eur) do Brasil e os +17.4% (31% em Eur) da Índia.

Pela negativa, sublinham-se as fortes desvalorizações dos mercados ibéricos (-10.3% e -17.4% em Portugal e Espanha, respectivamente), da Irlanda (-3.0%, após a recuperação de 8% no último trimestre) e Grécia (-35.6%) penalizados pela crise da dívida soberana, diminuição de *ratings*, subida dos *spreads* de crédito, e medidas de austeridade e redução dos défices públicos. No caso da Irlanda e da Grécia, os respectivos governos foram mesmo forçados, na impossibilidade de obter financiamento externo em condições razoáveis, a pedir auxílio ao Fundo Europeu de Estabilização Financeira e ao FMI.

Sectorialmente, e restringindo a análise aos mercados europeus, o ano foi particularmente positivo para os sectores cíclicos e exportadores, os principais beneficiários da depreciação do Euro (-7% face ao dólar norte-americano) e do crescimento das economias emergentes. Sob pressão continuaram os sectores financeiro (regulamentação mais exigente em termos de capital, crise da dívida soberana na Zona Euro) e *utilities* (ameaça sobre a regulamentação e tarifários do sector devido às dificuldades financeiras dos Estados, perda de subsídios para as energias renováveis).

Evolução dos Principais Índices Bolsistas



No mercado nacional, a dispersão de retornos foi igualmente bastante elevada. Empresas com negócios cíclicos e exposição global conseguiram sobressair do panorama negativo vivido em Portugal, como são os casos da Jerónimo Martins (+63.2%), Galp Energia (+18.7%) e Portucel (+15.0%). Pelo contrário, a

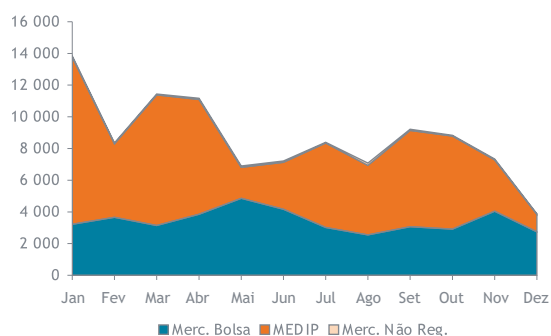
banca (BES -37.0%, BPI -34.7%, BCP -31.1%) e empresas com exposição maioritariamente ao mercado nacional e/ou passivos financeiros elevados (Mota Engil -55.7%, Inapa -41.4%) foram duramente penalizadas. A Portugal Telecom (-1.6%) esteve igualmente em evidência com o pagamento de um dividendo extraordinário (1 Eur, aprox. 10%), na sequência da venda da participada brasileira Vivo.

Evolução do Índice PSI-20



Em 2010, o valor das transacções efectuadas no mercado secundário nacional a contado desceu cerca de 1%, para 103.8 mil milhões de euros. O crescimento de 29% do valor transaccionado no segmento dos 'Mercados de Bolsa', para 41.4 mil milhões de euros, foi praticamente anulado pela diminuição do valor transaccionado nos segmentos 'MEDIP' (Mercado Especial da Dívida Pública) e Mercados não Regulamentados (-14.7% e -17.4% respectivamente) ainda que este último represente um valor residual no total transaccionado ao longo ano.

Evolução do Volume de Transacções Mensais no Mercado Secundário da Euronext Lisboa

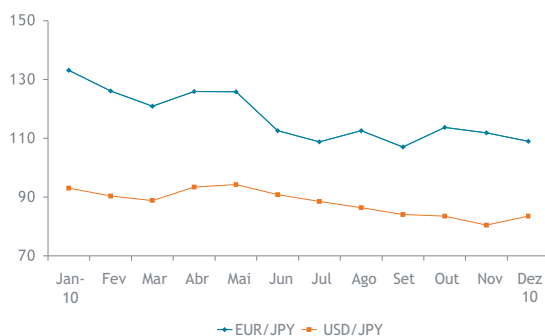
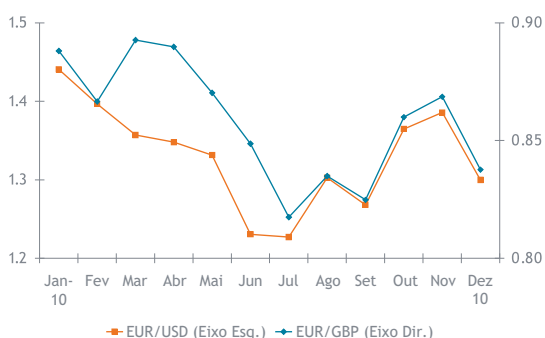




Mercado Cambial

Os receios de alastramento - efeito dominó - da crise da dívida soberana a outros países da Zona Euro para além dos periféricos, como por exemplo Itália, Bélgica e mesmo França, acrescentou volatilidade à moeda europeia, que depreciou 7% face ao dólar norte-americano (USD). Com efeito, apesar da injeção massiva de liquidez por parte da Reserva Federal (FED), com uma segunda fase de *quantitative easing* (aumento da oferta), no sentido de relançar a recuperação económica, o USD voltou a funcionar como moeda refúgio (aumento da procura), dada a incerteza e turbulência nos mercados periféricos europeus. Contra o iene japonês a apreciação do USD foi ainda mais expressiva (cerca de 15%), tendo a primeira vindo a sofrer com o *deleveraging global* e fim do *carry-trade*.

Evolução das Taxas de Câmbio



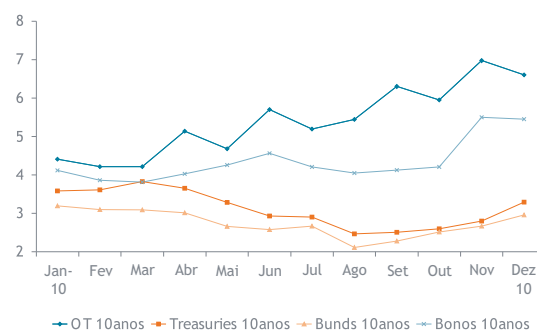
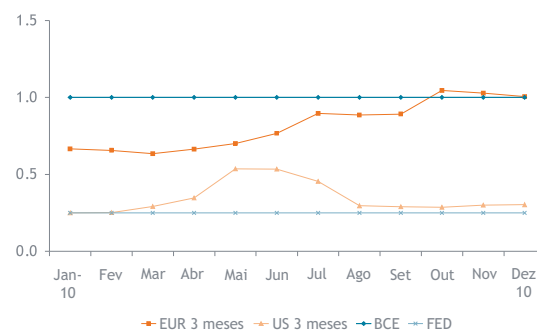
Mercados Obrigacionistas

Também nos mercados de taxa de juro, o ano foi dominado pela incerteza em torno da sustentabilidade da recuperação das economias desenvolvidas. Nos Estados-Unidos, a Reserva Federal Americana (FED) foi salientando, durante o ano, a necessidade da continuação dos estímulos ao crescimento, acabando por anunciar, no último trimestre, um novo programa de recompra de activos, nomeadamente obrigações de dívida pública

(*quantitative easing*), através do qual visa manter baixas as taxas de juro nos prazos mais longos (aumenta o preço das obrigações diminuindo a rentabilidade das mesmas). As *yields* da dívida soberana norte-americana a 5 e 10 anos encerraram o exercício nos 2.0% e 3.3%, respectivamente. Nos prazos mais curtos, não ocorreram variações significativas, tendo a FED mantido a taxa directora nos 0.25%.

Na Zona Euro, à necessidade de manter a estabilidade do sistema financeiro, em particular a liquidez dos bancos, juntou-se a turbulência em torno da dívida soberana dos países periféricos e potencial risco de contágio às restantes economias. A aversão ao risco traduziu-se numa acentuada subida dos diferenciais de taxas de juro entre a dívida pública alemã e a destes países. Nos casos da Grécia e da Irlanda, estes diferenciais, a 10 anos, mantiveram-se perto dos máximos, mesmo após o recurso à ajuda do Fundo Europeu de Estabilização Financeira / FMI (951bps e 610bps, respectivamente). As *yields* das Obrigações do Tesouro nacionais terminaram o ano nos 5.69% e 6.60% a 5 e 10 anos, respectivamente, mais 385bps e 364bps do que as comparáveis alemãs. Tal como a FED, o Banco Central Europeu (BCE) manteve inalterada a taxa directora em 1.0%, nível que se deverá manter ao longo de grande parte de 2011.

Evolução das Taxas de Juro de CP e LP

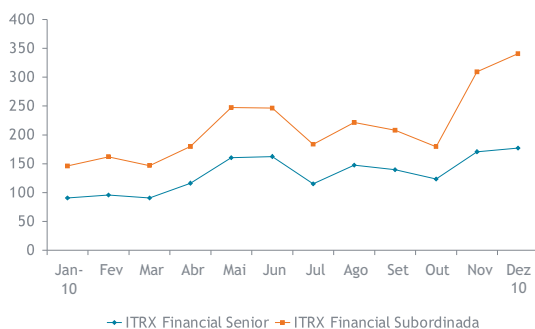
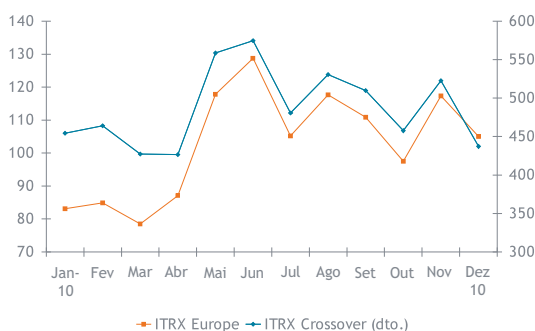


Valores em %



No segmento *corporate*, os *spreads* de crédito foram afectados pela turbulência ocorrida na dívida soberana. O índice iTraxx Europe, que mede o *spread* de crédito de 125 empresas europeias de seis sectores diferentes, subiu dos 83 para os 105 bps. Mais significativa foi a subida no sector financeiro, sob pressão pela exposição a dívida soberana dos países europeus periféricos. O índice composto exclusivamente por financeiras (dívida sénior) aumentou dos 90 para os 177 bps.

Evolução dos Spreads de Crédito na Europa



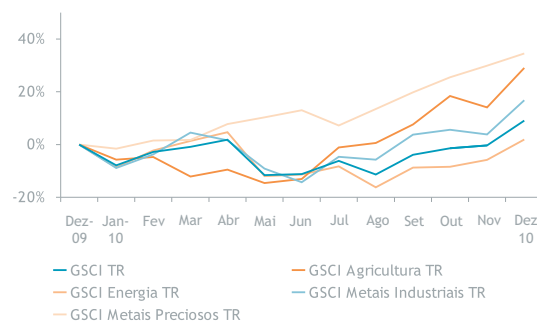
Valores em bps

Mercado de *Commodities*

Em coerência com a valorização dos mercados accionistas, alicerçada na expectativa de não ocorrência de um *double-dip* da economia mundial, o ano de 2010 fica igualmente marcado pelas fortes subidas dos preços da generalidade das matérias-primas. No segmento da energia, a cotação do barril de petróleo subiu cerca de 15.1% em USD, impulsionada pelo aumento da procura global. Pelo mesmo motivo, as cotações dos metais industriais subiram, em média, 16.7% em USD. Por sua vez, os metais preciosos registaram uma subida de 34.5% em USD, com destaque para a valorização do Ouro (+29.5%, em USD), a décima subida anual consecutiva. Por fim, uma nota para a subida do preço das matérias-primas agrícolas (+29.0% em

USD), que continuaram a beneficiar da perspectiva de crescimento demográfico e económico dos países emergentes e de alguns constrangimentos do lado da oferta.

Evolução das Matérias-Primas



Síntese da Actividade Desenvolvida



Indicadores Consolidados (Euros)	2006	2007	2008	2009	2010
Margem Financeira	7.976.774	10.219.530	11.496.363	14.226.504	14.663.319
Resultados de Operações Financeiras	2.338.597	-5.108.166	-25.145.347	2.396.609	544.134
Comissões Líquidas	2.077.264	3.794.887	1.471.668	1.727.558	1.917.436
Outros Resultados de Exploração	33.661	-97.927	-41.688	340.985	197.526
Produto Bancário	12.426.296	8.808.324	-12.219.004	18.691.656	17.322.415
Custos com Pessoal	-3.324.833	-3.404.588	-4.253.685	-4.083.916	-4.461.988
Outros Gastos Administrativos	-1.897.778	-2.357.505	-2.751.871	-2.961.261	-3.200.784
Custos de Estrutura	-5.222.611	-5.762.093	-7.005.556	-7.045.177	-7.662.772
Amortizações	-319.777	-409.885	-444.257	-474.246	-519.662
Provisões e imparidades Líquidas	-876.393	1.070.084	-11.182.520	-1.974.930	225.742
Resultados antes de Impostos	6.007.515	3.706.430	-30.851.337	9.197.303	9.365.723
Provisão para Impostos	-1.555.328	-1.023.052	7.540.658	-4.034.551	-2.165.059
Resultados Líquidos	4.452.187	2.683.378	-23.310.679	5.115.469	7.212.087
Crédito Concedido Líquido	225.735.550	249.931.642	266.939.446	260.918.568	240.556.874
Recursos Captados	471.447.839	557.920.541	511.523.836	485.906.510	513.556.051
Capitais Próprios	62.476.598	61.558.953	42.533.285	55.840.488	58.593.156
Activo Líquido	548.900.555	630.419.088	575.427.506	547.546.903	577.968.842



O exercício de 2010 foi um ano difícil para a banca nacional. O contexto macroeconómico português, a deterioração das condições de financiamento externas, o aumento dos níveis de incumprimento do crédito e a consequente degradação das margens financeiras colocaram uma grande pressão na eficiência operacional do sector bancário.

A apetência, cada vez menor, dos investidores estrangeiros pelo risco “Portugal” foi tornando cada vez mais difícil o acesso das instituições financeiras portuguesas à colocação de dívida nos mercados internacionais, levando a um aumento substancial do grau de competição entre os bancos para a captação de recursos junto das entidades residentes e, consequentemente, a um aumento generalizado do custo de *funding* no mercado interno.

Adicionalmente, e no que se refere ao valor dos seus activos, o sector suportou perdas relacionadas com a desvalorização das obrigações do Estado português, para além do já mencionado aumento do incumprimento na actividade de crédito.

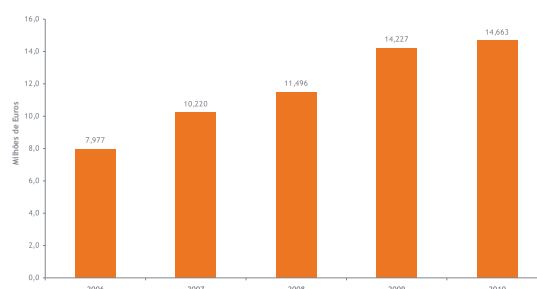
Apesar da conjuntura macroeconómica bastante adversa, o Banco Invest alcançou em 2010 um desempenho positivo. Os Resultados antes de Impostos cresceram 2%, atingindo os 9,4 milhões de euros, e os Resultados Líquidos cresceram 41%, para 7,2 milhões de euros, representando uma remuneração média dos Capitais Próprios de 12,6%.

A redução da Provisão para Impostos (IRC) verificada em 2010 deve-se ao facto de já não estarem sujeitas a tributação as variações patrimoniais dos títulos que compõem a Carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda, ao contrário do que acontecia em 2009. De facto, no exercício de 2009, a taxa de IRC efectiva atingiu os 44%, uma vez que a valorização dos títulos que compõem esta carteira foi tributada, embora não esteja reflectida nos Resultados antes de Impostos. No exercício de 2010, a variação patrimonial destes títulos continuou a não estar reflectida nos Resultados, mas deixou de ser tributada, voltando a taxa de IRC efectiva para níveis mais comuns, em torno dos 23%.

A Margem Financeira subiu (3,1%), atingindo 14,7 milhões de Euros. Num contexto particularmente adverso, este resultado foi possível através da conjugação de vários factores: aumento do *spread* nas novas operações de crédito, que quase compensou a redução de 7,5% registada na Carteira de Crédito do Banco; estabilidade do custo de *funding* pelo facto de parte significativa das operações de financiamento do Banco corresponder a operações de longo prazo, imunes a alterações das condições de mercado; optimização do financiamento da carteira de títulos do Banco por via

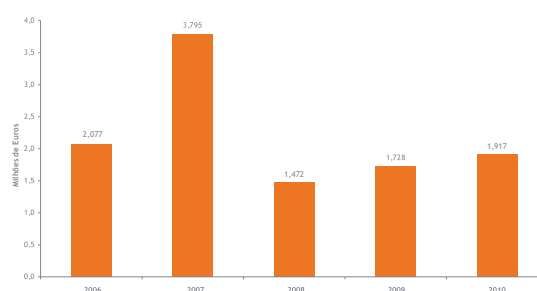
do recurso às operações regulares conduzidas pelo Banco Central Europeu; evolução favorável do *mismatch* temporal entre as datas de refixação dos indexantes das operações activas e das operações passivas.

Evolução da Margem Financeira



As Comissões Líquidas cresceram 11%, para 1,9 milhões de Euros, prosseguindo a tendência verificada em 2009. No entanto, o aumento dos proveitos relativos a serviços prestados pelo Banco – proveitos não relacionados com a actividade de crédito ou com carteira própria – foi substancialmente superior, já que uma parte não menosprezável dos serviços prestados a clientes não assume, em termos contabilísticos, a natureza de Comissões. No exercício de 2010, se corrigirmos este efeito, os proveitos de Comissões representam já cerca de 20% do Produto Bancário, reflectindo o incremento do número de clientes particulares e institucionais, e dos produtos e serviços colocados pelo Banco.

Evolução das Comissões Líquidas



Os Resultados de Operações Financeiras diminuíram 77%, cifrando-se em 0,5 milhões de euros, essencialmente em resultado do alargamento generalizado dos *spreads* de crédito em 2010, após a significativa contracção verificada em 2009.

De acordo com o esperado – e em linha com o mencionado no Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício de 2009 – os Custos de Estrutura cresceram 8,8%.



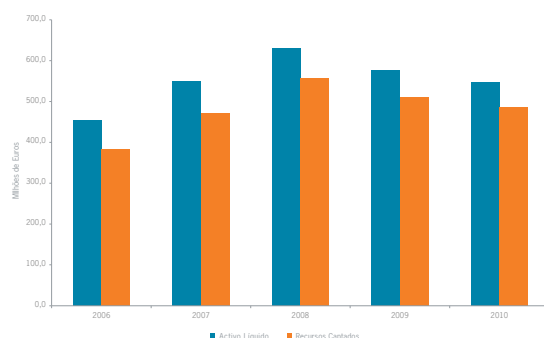
Desde 2008, e sem que tenha sido desenvolvido um esforço comercial proactivo nesse sentido, o Banco Invest tem vindo a registar uma procura crescente dos seus serviços, essencialmente na área dos produtos de poupança e investimento, por parte de novos clientes particulares. Tendo em conta o forte capital de experiência do Banco em Gestão de Activos e Prime Brokerage para clientes com elevado nível de exigência – clientes institucionais e clientes de Private Banking – o Conselho de Administração tomou a decisão, no primeiro trimestre de 2010, de estruturar uma oferta de produtos e serviços de poupança dirigida a clientes particulares, para poupanças a partir de 5.000 Euros.

Na sequência desta decisão, e com vista a atingir este objectivo, o Banco definiu um projecto cuja implementação deverá estar concluída no próximo mês de Maio. O aumento dos custos de estrutura mais não é do que o reflexo dos investimentos que o Banco tem vindo a realizar no âmbito deste projecto, essencialmente em três domínios: em tecnologia e sistemas de informação, em recursos humanos, em especial nas áreas comerciais e de sistemas, e na abertura de Centros de Investimento.

Ainda assim, o Banco Invest apresenta um *Cost to Income* de 47%, substancialmente abaixo da média do sector bancário nacional (53% em 2009, de acordo com a APB). O Banco continua a manter uma política de controlo de custos criteriosa, e um elevado nível de eficiência operacional.

O Activo Líquido cresceu 5,6% para 578 milhões de euros, essencialmente em resultado do crescimento da carteira de títulos, que mais do que compensou a redução da carteira de crédito. Em consequência, o nível de liquidez do Activo aumentou, com a substituição de crédito hipotecário por títulos cotados em bolsa com elevada liquidez e notação de *rating investment grade*.

Activo Líquido e Recursos Captados



O Banco continua a apresentar uma situação financeira extremamente sólida, quer do ponto de vista da solvabilidade, quer do ponto de vista da liquidez. No termo do exercício, o rácio de solvabilidade do Banco Invest, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, atingia os 13,7%, um dos rácios mais elevados do sector financeiro nacional. Os Rácios Core Tier I e Tier I atingiram ambos o valor de 13,9%.

Em termos de liquidez, vale a pena destacar o facto de o Banco, mercê de uma posição de tesouraria muito forte, ter reduzido em 61,8 milhões de Euros os recursos obtidos junto de outras instituições de crédito. Por outro lado, o montante total de Depósitos de Clientes continua a exceder em muito as necessidades de financiamento da Carteira de Crédito: o rácio de transformação de depósitos em crédito (crédito não titularizado / depósitos de clientes) passou de 66% em 2009 para 55,1% em 2010.

Ao longo do exercício, o Banco manteve uma atitude proactiva na conjugação das diversas alternativas de financiamento de que dispõe, no sentido de otimizar o seu custo de *funding*. Neste sentido, aumentou o volume de financiamento obtido ao abrigo do programa de *asset-backed commercial paper* negociado em 2008, que apresenta um custo de *funding* manifestamente interessante no actual contexto financeiro nacional. Por outro lado, o Banco aumentou substancialmente o recurso ao Banco Central Europeu (BCE) para financiamento da carteira de obrigações, uma vez que esta se revelou a forma menos onerosa de financiar os activos desta natureza. A este propósito, é importante referir que as operações de titularização de créditos estruturadas pelo Banco estão colocadas na totalidade junto de investidores finais. De facto, o Banco Invest nunca teve necessidade de estruturar operações de titularização de créditos para utilização como garantia em operações de financiamento junto do BCE. A totalidade do financiamento obtido junto desta instituição é utilizada, na íntegra, para financiar uma parte da carteira de obrigações do Banco. A qualquer momento, este financiamento pode ser reembolsado através da venda, no mercado, de parte da carteira de títulos.

Em conclusão, e para além de um elevado nível de solvabilidade, o Banco continua a apresentar uma posição de liquidez muito confortável, e perfeitamente adequada ao desenvolvimento da sua actividade, quer no curto prazo, quer no longo prazo, uma vez que os seus activos de maturidade mais longa – crédito a clientes – estão financiados a longo prazo por via das operações de titularização.



Actividade Desenvolvida

Clientes Empresas

A oferta de serviços nesta área é dirigida sobretudo às pequenas e médias empresas nacionais, com soluções específicas e não padronizadas, que procuram acrescentar valor para o Cliente.

Através de equipas multidisciplinares, o Banco consegue reunir um conjunto de valências que permitem construir soluções tecnicamente sólidas, e dirigidas às necessidades de cada Cliente. Por outro lado, o elevado grau de formação dos seus quadros, a vasta experiência que detêm, e a rapidez dos processos internos de decisão asseguram a qualidade dos serviços prestados.

A integração no Grupo Alves Ribeiro, grupo com cerca de 80 anos de experiência no mercado nacional, proporciona ao Banco uma visão aprofundada do tecido económico português e o acesso a um conjunto de interlocutores de relevo, que podem acrescentar valor em determinadas operações, nomeadamente na área de Corporate Finance.

Corporate Finance

A área de Corporate Finance do Banco Invest está centrada na prestação de serviços no domínio das aquisições e alienações de participações e avaliações de empresas.

Durante o ano de 2010, o Banco Invest manteve a participação no consórcio de *Advisers* Financeiros do agrupamento Altavia, candidato às PPP's para a construção, exploração e manutenção das infra-estruturas da futura rede ferroviária de alta velocidade.

O Banco manteve a actividade de assessoria às PME's nacionais, em projectos de reestruturação económica, tendo sido assinados protocolos com o IAPMEI para disponibilização aos clientes da linha PME Invest VI e da Linha de Crédito QREN Investe.

Gestão de Risco

Reflexo dos constrangimentos da economia nacional, em 2010 a comercialização de produtos de cobertura e gestão de risco para clientes Empresa registou um ligeiro decréscimo. Com efeito, num cenário de incerteza relativamente, por exemplo, à evolução das taxas de juro, as Empresas revelaram-se particularmente cautelosas na tomada deste tipo de decisões. Ainda assim, apesar da redução do número de operações realizadas, o montante médio por operação aumentou significativamente (cerca de 30%). O compromisso do Banco continua a ser a disponibilização de soluções estruturadas de elevado

valor acrescentado, construídas especificamente e conjuntamente com os Clientes, sobre taxas de juro, taxas de câmbio e matérias-primas.

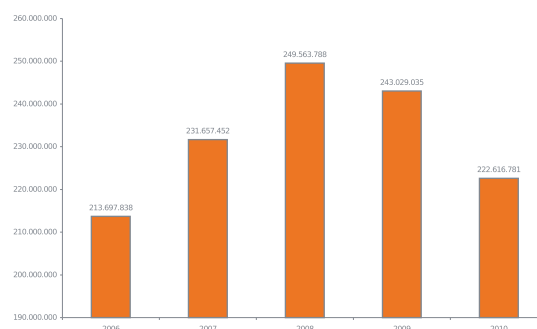
O principal mercado de actuação continuou a ser o de taxa de juro onde, pelo sucesso obtido, se destaca, mais uma vez, o produto "Invest – Taxa Fixa Bonificada". Trata-se de um swap de taxa de juro que, pela utilização de opções financeiras, permite, para um determinado prazo, fixar a taxa de juro abaixo da respectiva taxa swap de mercado; como contrapartida, em caso de subida acentuada das taxas de juro, o Cliente volta a estar exposto a taxa variável pagando, no entanto, o indexante deduzido de uma bonificação.

Crédito Especializado

Considerando o ambiente pouco propício ao crescimento e a expectável pressão sobre o mercado imobiliário, a Administração do Banco tomou a decisão, em finais de 2008, de reduzir a sua actividade de crédito de médio longo prazo a empresas. Deste modo, ao longo do ano de 2010, o Banco manteve uma atitude restritiva neste domínio. As novas operações de crédito foram, essencialmente, concedidas a clientes do Banco com um perfil de risco reduzido.

Neste quadro, tem-se vindo a assistir desde 2008 a uma redução do valor da carteira do crédito concedido ao investimento das Empresas, crédito esse colateralizado com garantias imobiliárias. A redução em 2010 foi de 8,4% correspondendo a 20,4 milhões de euros.

**Evolução do crédito Vincendo
Actividade Empresarial**



A carteira de crédito apresenta uma elevada dispersão, com uma operação média em torno dos 250.000 euros, composta essencialmente por contratos validados por intervenção notarial e na sua maioria sujeitos a registo de natureza predial.

Garantias sobre Crédito Vencendo à Actividade Empresarial



Tipo de crédito	Capital	Tipo de Garantia			
		Imobiliária	Outras	Penhor Financeiro	Total
Com garantia					
Mútuo	98.332.989	137.390.199	7.197.020	45.576.285	190.163.504
Leasing Imobiliário	104.224.832	182.604.122	2.301.871	0	184.905.993
Leasing Mobiliário	364.795	398.000	0	0	398.000
Contas correntes	14.121.855	3.941.669	18.724.701	0	22.666.370
Sem Garantia	5.572.310				0
Total	222.616.781	324.333.990	28.223.592	45.576.285	398.133.867

A quase totalidade da carteira de crédito está suportada por garantias reais, encontrando-se assim bastante limitadas as potenciais perdas provenientes do eventual incumprimento dos devedores. No final do exercício de 2010, 97,5% da carteira de crédito estava coberta por garantias reais, sendo que no crédito garantido o montante do capital em dívida não ultrapassava os 54,5% do valor de mercado das garantias totais associadas (*loan-to-value*). Adicionalmente, o Banco dispõe ainda, na grande maioria das operações, de garantias pessoais dos respectivos devedores ou garantes.

As garantias imobiliárias são objecto de reavaliação periódica, por Técnicos Avaliadores credenciados e independentes, seguindo critérios prudentes que reflectem a evolução dos correspondentes mercados imobiliários regionais, natureza dos imóveis, potencial de utilização e de liquidez. As demais garantias são constituídas por penhores que incidem sobre carteiras de aplicações financeiras.

Clientes Particulares

Especializado nos serviços financeiros que estão para além do relacionamento bancário do dia-a-dia, o Banco Invest oferece aos seus clientes Particulares um conjunto de soluções diversificadas, flexíveis e tecnicamente evoluídas, que a banca tradicional, com uma oferta mais padronizada, não está vocacionada para oferecer.

Private Banking

Nesta área, os Clientes têm à sua disposição um conjunto alargado de alternativas de investimento, podendo optar por diversas formas de relacionamento com o Banco, em função dos montantes, dos conhecimentos financeiros e da disponibilidade de tempo para dedicar à gestão das suas poupanças.

Na componente accionista, aproveitando a elevada volatilidade dos mercados, nomeadamente do sector financeiro, num cenário de subida moderada dos principais índices mundiais, o Banco estruturou, com indiscutível sucesso em termos de rentabilidade obtida pelos Clientes, vários produtos com exposição negativa a esta "classe de activos escondida" (a volatilidade), como é o caso dos *Reverses Convertibles*.

Numa óptica de diversificação das carteiras, foi ainda incrementada a exposição a fundos de investimento geridos pelas principais sociedades gestoras internacionais. Para os clientes mais conservadores, o Banco prosseguiu, ao longo do ano, com emissões regulares de depósitos indexados, com capital garantido, a acções, índices de acções e matérias-primas.

Na componente obrigacionista, manteve-se, por se considerar como interessante numa óptica de risco-retorno, a exposição a dívida *Corporate*, em particular de bancos de primeira linha europeus.

Gestão de Activos

O Banco oferece aos seus Clientes Particulares um alargado conjunto de produtos, abrangendo diferentes categorias de risco, liquidez e horizonte temporal de investimento. A oferta disponibilizada vai desde a Gestão Discricionária ao investimento directo em produtos transaccionados em bolsa, passando pelos produtos estruturados e fundos de investimento próprios e estrangeiros. Para os Clientes que desejam uma maior intervenção na gestão das suas poupanças mantendo, contudo, um aconselhamento profissional, o Banco disponibiliza, ainda, um serviço de *Advisory*. Este produto permite o acesso à composição das carteiras geridas pelo Banco e às alterações efectuadas periodicamente, deixando ao



Cliente a decisão da respectiva implementação. Em 2010, estas carteiras registaram desempenhos absolutos e relativos, face aos respectivos *benchmarks*, positivos, num ano marcado pela incerteza macroeconómica a nível global, volatilidades nos mercados cambiais e crise da dívida soberana na Europa. Com efeito, o ano agora findo, apesar das valorizações dos principais índices accionistas mundiais, revelou-se particularmente difícil, considerando a elevada dispersão de retornos entre mercados sectores e classes de activos.

Entre os produtos montados e geridos pelo Banco, destacam-se os seguintes:

- O Fundo **Alves Ribeiro PPR**, que desde o início de actividade, em Novembro de 2001, regista uma rendibilidade média anualizada de 4.5%, líquida de comissões e impostos. Após a excepcional rendibilidade obtida em 2009, em 2010 o Fundo valorizou 0.7%, penalizado, essencialmente, pela evolução da dívida soberana nacional;
- O serviço de **Advisory**, cujo desempenho relativo face aos respectivos *benchmarks* foi bastante positivo, sobretudo considerando a elevada volatilidade e dispersão de retornos registados entre mercados (e.g., centrais versus periféricos) e sectores (e.g. financeiro versus industriais);
- O produto estruturado **“Invest Reverse Convertible Banco Santander SA (Ser. 10/1)”,** aplicação a três meses, com elevada protecção do capital investido, e que registou uma rendibilidade de 30% (TANB);
- O produto estruturado **“Invest Portugal (Ser. 10/2)”,** depósito indexado a nove meses com possibilidade de reembolso antecipado trimestral, capital garantido e remuneração variável condicionada pela evolução de três acções nacionais. A remuneração obtida foi de 5.74% (TANB), no final do primeiro trimestre.

Durante o ano de 2010, o Banco lançou 43 novos produtos estruturados, com remuneração indexada a acções individuais, índices de acções, *exchange traded funds* e taxas de câmbio.

Corretagem

Com excepção do mercado alemão, a maioria dos mercados accionistas europeus teve um desempenho negativo em 2010. Ainda com quedas mais acentuadas estiveram as bolsas dos chamados países periféricos, onde Portugal está inserido. A bolsa nacional, medida pelo índice PSI20, registou uma

queda de 10,3%. Apesar de ter transaccionado menos de metade do que acontecia em 2007, este foi o primeiro ano após o início da crise em que o volume de negócios cresceu no Euronext Lisboa.

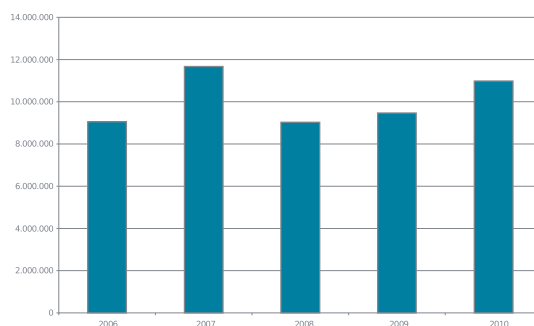
Com um serviço muito personalizado de corretagem em acções, obrigações e derivados, procurando sempre satisfazer a necessidades de cada Cliente, o Banco Invest alcançou um acréscimo de 65,7% no volume de negócios de corretagem. Para atingir estes níveis de crescimento, voltou a revelar-se fundamental a qualidade do serviço prestado pelo Banco, destacando-se o relacionamento directo dos Clientes com os *traders*, o aconselhamento activo de investimento com base em informação fundamental e técnica, a gestão de ordens, análise de tendências, níveis de entrada e saída dos títulos, e a análise isenta e independente dos riscos envolvidos nas transacções.

Crédito Especializado

Embora o Banco não tenha intervenção no designado crédito ao consumo, desenvolveu e tem em gestão corrente dois produtos específicos dirigidos a Clientes Particulares: as contas margem e o crédito com garantia de metais preciosos. Orientadas para investidores no mercado de valores mobiliários, as contas margem permitem aos Clientes alavancar os seus fundos próprios sob penhor das respectivas carteiras, sendo, para o efeito, exclusivamente elegíveis títulos com liquidez e cotação em mercados oficiais.

A concessão de crédito com garantia de metais preciosos é essencialmente dirigida a Clientes que dispõem de uma parte relevante das suas poupanças investidas em metais preciosos, e que pretendem recorrer a esta reserva de valor para obter financiamento.

Evolução do Crédito Vincendo Clientes Particulares



Apesar do crescimento do crédito concedido a particulares, a carteira total de crédito decresceu 7,5% em 2010 ou seja, 18,9 milhões de euros.



Clientes Institucionais

A vantagem competitiva do Banco Invest na prestação de serviços a Clientes institucionais assenta, por um lado, no elevado grau de especialização e experiência dos seus quadros, e por outro, na capacidade de estruturar soluções à medida das necessidades dos Clientes.

Uma estrutura organizacional com poucos níveis hierárquicos e uma Administração envolvida e próxima da condução corrente do negócio, potencia rapidez na tomada de decisões, muito valorizada pelos Clientes, mesmo em operações mais complexas. Nesta área, o Banco Invest oferece essencialmente serviços de corretagem, produtos estruturados, cobertura e gestão de riscos e custódia de fundos de investimento.

Corretagem

Estruturado para responder a investidores muito activos, e com um grau de exigência elevado, o serviço de corretagem oferecido pelo Banco Invest tem vindo a ganhar quota de mercado junto dos Clientes Institucionais. Por outro lado, o peso do segmento institucional no volume de negócios do Banco nesta área tem vindo a crescer, tendo já uma importância considerável.

O Banco conjuga uma atitude proactiva na procura de oportunidades firmes de negócio que propõe aos seus clientes, tanto no *sell* como no *buy side*, com a disponibilização de uma plataforma de execução e de transmissão de informação rápida e eficiente.

Produtos Estruturados

O Banco posiciona-se como parceiro de vários Clientes Institucionais, na estruturação de soluções de investimento eficientes e inovadoras para os respectivos clientes. A oferta disponibilizada inclui produtos sobre acções e índices de acções, taxas de juro e câmbio e, ainda, *exchange traded funds* e matérias-primas. Ao longo do ano, foram originados vários produtos estruturados, na sua maioria sobre acções ou índices de acções e taxas de câmbio. Pela conjuntura favorável – recuperação dos mercados accionistas – as estruturas que suscitaram maior interesse foram as com risco de capital e possibilidade de alavancagem em caso de subida do indexante.

Gestão de Risco

A crescente complexidade e volatilidade dos produtos e mercados financeiros tornam cada vez mais importante a questão da gestão do risco, também, para os clientes Institucionais. Neste sentido, a oferta do Banco Invest procura responder a estes desafios com produtos personalizados e inovadores, em condições consideradas competitivas. O leque de

produtos estende-se da fixação de preço aos produtos mais complexos, com opcionalidade e rendibilidade condicional, visando beneficiar das expectativas do Cliente para os mercados para obter um melhor nível de cobertura.

Custódia

O Banco Invest manteve a sua actuação enquanto banco depositário de referência para as sociedades gestoras de fundos independentes a actuar no mercado nacional. No âmbito dos serviços de custódia de fundos imobiliários, o Banco Invest põe à disposição dos seus Clientes o profundo *know-how* imobiliário do Grupo Alves Ribeiro, nomeadamente no apoio à estruturação e montagem dos fundos, procurando oferecer a solução mais adequada em função das especificidades de cada operação.

No término do exercício, o Banco Invest era depositário de cerca de 30 fundos, com activos totais de aproximadamente 450 milhões de euros.

Actividade de Carteira própria

Gestão de Riscos de Mercado

O Banco intervém de forma activa na gestão dos diversos riscos de mercado: acções, obrigações, investimentos alternativos, câmbios e respectivos derivados.

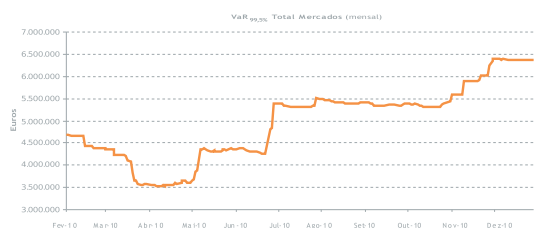
A gestão de riscos de mercado tem como objectivo essencial o aproveitamento das oportunidades que vão surgindo, quer nos mercados financeiros internacionais, quer no mercado doméstico. A Sala de Mercados não tem a obrigatoriedade de estar presente de forma contínua com posições no mercado.

O Comité de Investimentos do Banco, constituído por responsáveis das diferentes áreas envolvidas, define regularmente orientações globais sobre o posicionamento do Banco no plano interno e no plano internacional, cabendo depois à Sala de Mercados, dentro dos limites de risco definidos, a gestão da exposição do Banco a cada um dos mercados.

A definição dos limites de risco, globais e parcelares, assenta em metodologias de *Value at Risk* (VaR), análise de risco de crédito – *rating*, *basis point value*, *stress tests* e limites de concentração por activo, por sector e por país.



As várias estratégias utilizadas, bem como a gestão dos limites de risco, têm em conta as correlações existentes entre as várias classes de activos e estilos de negociação, de forma a reduzir a volatilidade do resultado global desta actividade. O peso de cada estratégia na carteira global é gerido de forma dinâmica, em função das diferentes condições de mercado.



No ano de 2010, o VaR médio mensal total da Sala de Mercados foi de 4.946.481 Euros. O aumento do VaR no final do ano deveu-se à subida de volatilidade na dívida pública e mercado accionista que ocorreu no último trimestre do ano.

Gestão de Risco Acções

O Banco intervém no mercado de acções através da Carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda (Carteira de Investimento) e da Carteira de Negociação (Carteira de *Trading*).

As aplicações efectuadas no âmbito da gestão da carteira de Investimento são definidas e aprovadas pelo Comité de Investimentos do Banco, depois de fundamentadas na conjugação de uma análise macroeconómica, global e por região, com uma análise fundamental dos sectores e das empresas. Além de uma bateria de indicadores macroeconómicos e sectoriais, são seguidos modelos de avaliação de acções e de comparação entre retorno esperado de acções e obrigações.

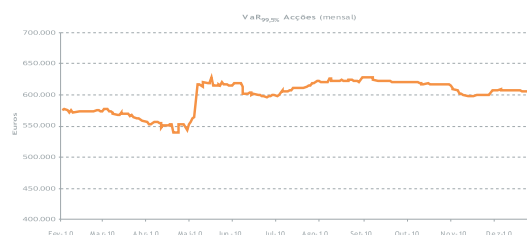
As estratégias, os limites de risco e o orçamento das carteiras são aprovados antes do início do ano pelo Comité de Investimentos do Banco, podendo a Sala de Mercados intervir no mercado, ao longo do ano, dentro dos parâmetros estabelecidos.

Em termos de títulos, o objectivo é ter uma carteira longa, podendo esta, em ocasiões menos favoráveis, não existir. Em termos de futuros, o Banco pode ter posições longas ou curtas, de acordo com as expectativas de evolução do mercado.

Podem ser utilizadas diversas estratégias, entre as quais se destacam a Análise Técnica e o *Systematic*

Trading – utilização de modelos sistemáticos para a identificação de oportunidades de *trading* – bem como a identificação de padrões de comportamento recorrente, assim como de indicadores que determinem movimentos significativos de mercado.

Durante o ano de 2010, em função do comportamento volátil do mercado accionista, o banco manteve a actividade de trading de acções em níveis reduzidos.

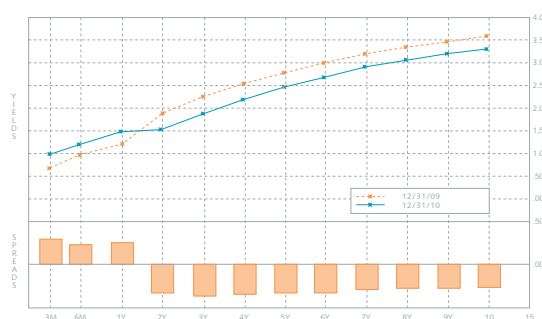


Em 2010, o VaR médio mensal da carteira de acções do Banco foi de 599.296 Euros. Este valor manteve-se estável durante todo o ano, fruto da actividade reduzida e da estabilização das condições de mercado. A subida verificada em Maio relacionou-se com o aumento da volatilidade após o anúncio do programa de estabilização europeu.

Gestão de Risco Taxa de Juro

Ao longo do ano, as taxas de juro desceram de forma continuada até Novembro e subiram nos dois últimos meses do ano. Em termos anuais, a variação homóloga não regista valores significativos, diminuindo no entanto a inclinação da curva. Registou-se, em comparação com o ano anterior, uma subida das taxas no curto prazo e uma descida ligeira das taxas de juro de médio e longo prazo.

Evolução das Taxas de Juro do Euro em 2010 face a 2009

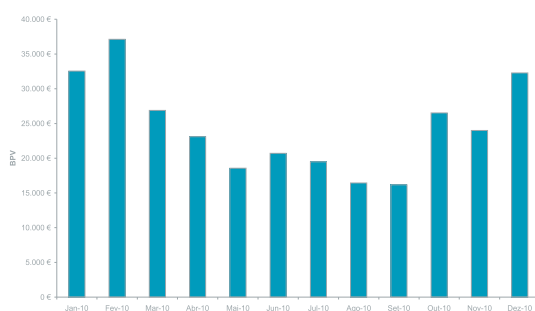


Ao longo do ano, o Banco efectuou uma gestão activa da sua exposição ao risco de taxa de juro, reduzindo-a à medida que as taxas baixavam. No

último trimestre, aproveitando a subida das taxas de longo prazo, o Banco incrementou a sua exposição a taxa fixa. O risco proveniente do aumento da exposição a taxa fixa é mitigado pela correlação inversa entre os prémios de risco de crédito e as taxas de juro de longo prazo que se verifica actualmente no mercado.

Acresce que a retoma económica na zona euro não foi acompanhada por tendências inflacionistas e que o aumento dos preços induzido pelo agravamento da carga fiscal tem sido compensado por uma moderação do consumo, que resulta da redução do rendimento disponível e das dificuldades de acesso a crédito ao consumo.

Evolução Risco Taxa de Juro



A massa monetária na zona euro não tem aumentado o que a acrescer ao esforço de contenção orçamental em curso na generalidade dos países não favorece o cenário para subidas de taxa de juro muito pronunciadas.

Apenas a evolução dos preços das matérias-primas pode alterar este enquadramento geral, sobretudo se conjugada com a apreciação do USD.

Gestão de Risco Obrigações

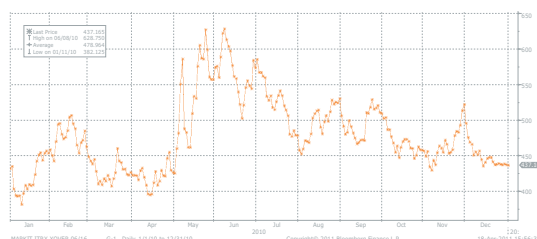
O ano de 2010 caracterizou-se por uma subida generalizada dos *spreads* de crédito das obrigações. Após a diminuição significativa ocorrida em 2009, os investidores voltaram a exigir prémios de riscos mais elevados na maioria das classes de risco, com especial destaque para a dívida soberana e dívida de emitentes financeiros.

Evolução do Spread da Dívida Sub-Investment Grade (Itraxx Sovereign)



Curiosamente, foram as classes de dívida de risco mais elevado e consequentemente com notações de *rating* mais fracas (*High Yield* e *Asset Backed Securities*) aquelas que apresentaram comportamento mais positivo, beneficiando da perspectiva dos investidores de uma subida dos níveis de *rating* desse tipo de dívida provocada pela retoma da economia mundial.

Evolução do Spread da Dívida Sub-Investment Grade (Itraxx Crossover)

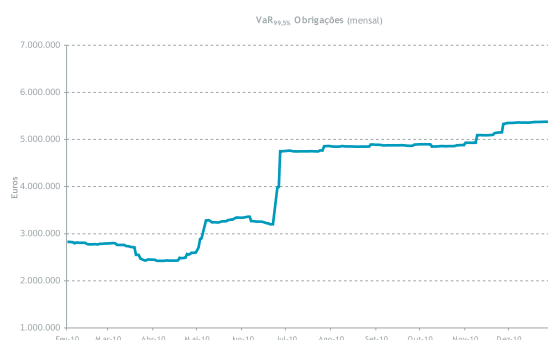


A carteira de obrigações do Banco Invest continua a evidenciar uma elevada qualidade de risco de crédito, com uma notação média de *rating* de A, e 90% dos títulos classificados como *investment grade*.

Rating	% da Carteira	% Acumulada
AAA	8,67%	8,67%
AA	16,48%	25,15%
A	49,40%	74,55%
BBB	14,56%	89,11%
BB	6,94%	96,05%
B	2,00%	98,05%
<B	1,95%	100%

No exercício de 2010, o VaR médio mensal da carteira de obrigações do Banco foi de 4.034.687 Euros.





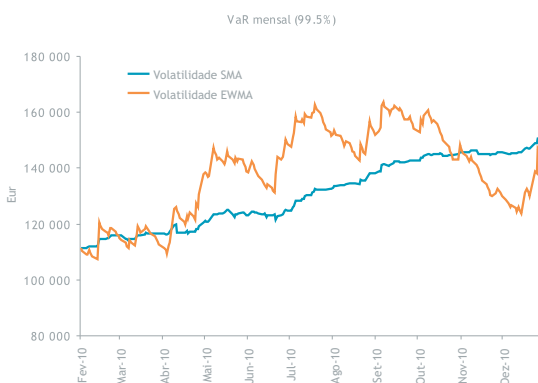
Gestão de Risco Cambial

A gestão do risco cambial centra-se, essencialmente, na cobertura das posições em dólares, sendo muito reduzida a exposição do Balanço a moeda estrangeira.

Gestão de Risco de Volatilidade

O Banco desenvolve uma actividade de gestão de opções e outros derivados, destinada a fazer a cobertura do risco dos Produtos Estruturados comercializados junto dos seus Clientes. Tratando-se de uma actividade de cobertura, o VaR das posições detidas tende a não oscilar significativamente.

No final do exercício de 2010, o montante global dos riscos geridos nesta actividade ascendia a 33,2 milhões de euros, um incremento de cerca 70% relativamente ao ano anterior. Para 2011, é esperado um crescimento mais moderado, mas ainda assim significativo considerando o alargamento da oferta de produtos e da base de clientes, nomeadamente institucionais.



Em 2010, O VaR médio mensal do “Livro de Derivados” ascendeu a 130.593 Euros.

Controlo de Riscos

O controlo de riscos no Banco Invest é assumido ao mais alto nível, sendo todos os limites de risco – de mercado, de crédito, de liquidez e operacional – definidos e aprovados em Conselho de Administração do Banco. Paralelamente, existem quatro órgãos funcionais – Comité de Investimentos, Direcção de Crédito, Direcção de Contabilidade e Controlo e Direcção de Auditoria Interna – que se articulam de forma a controlar os processos de aprovação, procedimentos e circuitos de informação previamente definidos, garantindo o cumprimento dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

Risco de Mercado

O controlo do risco de mercado destina-se a avaliar e monitorizar a desvalorização potencial dos activos do Banco, e consequente perda de resultados, causada pela ocorrência de um movimento adverso nos valores de mercado dos instrumentos financeiros, das taxas de juro e / ou das taxas de câmbio.

As carteiras de títulos do Banco estão segmentadas de acordo com os objectivos de investimento e respectivo tratamento contabilístico. O Banco calcula e monitoriza o risco de mercado de todas as carteiras que detém, definindo limites de risco por carteira, considerando os impactos potenciais de cada uma, quer nos resultados quer nos capitais próprios.

As regras de gestão sujeitam cada carteira a restrições quanto à sua dimensão, composição, e níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para a exposição de crédito – concentração por país, sector de actividade e *rating* – como de mercado e de liquidez.

Para avaliação e quantificação do risco de mercado o banco utiliza os seguintes indicadores:

- *Value-at-Risk*, estimando para cada carteira, com um intervalo de confiança de 99%, a perda potencial máxima diária proveniente de variações adversas nos activos subjacentes. O *Value-at-Risk* tem em conta não só a volatilidade dos activos financeiros, mas também a correlação entre eles, e a distribuição das taxas de rentabilidade de cada um, determinando-se diariamente o risco assumido, por tipo de activo financeiro e pela carteira global do Banco;
- *Present Value of Basis Point (BPV)*, que consiste em determinar a perda potencial nos resultados do Banco originada por uma variação de um ponto base nas taxas de juro.

Adicionalmente, o Banco recorre à realização periódica de *stress tests*, que consistem na simulação de cenários, históricos e ou hipotéticos, adversos à carteira detida, de forma a medir o seu impacto nos resultados.

O risco global da actividade de *trading* é minorado através da utilização de estratégias de diversificação por classe de activos tendo em conta as correlações entre os vários mercados e activos.

Os limites de VaR mensais, bem como os limites de concentração por mercado, por activo, por sector e por notação de *rating*, propostos pelo Comité de Investimentos e aprovados pelo Conselho de Administração, são diariamente monitorizados pela Direcção de Contabilidade e Controlo. Também numa base diária, o Comité de Investimentos acompanha o *mark to market* de cada carteira, bem como a evolução do seu *Value-at-Risk*.

Risco de Crédito

O controlo do risco de crédito consiste na avaliação dos graus de incerteza e monitorização de eventuais perdas quanto à capacidade de um cliente/contraparte cumprir as suas obrigações contratuais. O risco de crédito assume na actividade bancária um carácter especial, não só pela sua materialidade mas também pela sua interligação com os outros riscos.

Na actividade de concessão de crédito, com vista a garantir uma correcta determinação do perfil de risco das operações, o processo de análise e deliberação perpassa, com pareceres autónomos, a área de análise de risco, a Direcção de Crédito e a Administração do Banco, sendo suportada numa bateria de elementos de informação externa e interna considerados pertinentes à fundamentada deliberação de qualquer proposta de crédito.

A consistência dos colaterais é determinada por avaliações sistemáticas conduzidas por técnicos externos devidamente credenciados, sendo sujeitas a reavaliações periódicas regulares. A integridade dos referidos colaterais é salvaguardada em apólices de seguro, cobrindo os riscos comuns, cuja suficiência em termos de capital e validade o Banco monitoriza em permanência.

As imparidades da carteira de crédito são apuradas mensalmente, com base numa análise colectiva da carteira de crédito, e na análise individual dos créditos de maior dimensão e daqueles que se encontram em

situação de *default*. A imparidade nos créditos sujeitos à análise colectiva é apurada com base num modelo proprietário, que estima as probabilidades de *default* e o montante das perdas esperadas, com base na informação relativa ao comportamento da carteira no passado.

Periodicamente, são também elaborados, nos termos instituídos pelo Banco de Portugal, testes de esforço à carteira de crédito, visando analisar o impacto nas contas do Banco do movimento adverso de algumas variáveis consideradas sensíveis.

O risco de crédito da carteira de títulos é calculado e monitorizado com base na metodologia *Credit Value-at-Risk*. Através deste modelo, é calculada a perda máxima esperada, com um determinado nível de confiança, resultante da ocorrência de *defaults* na carteira. A perda máxima é calculada com base nas probabilidades de *default* e *recovery rate* (*loss given default*) históricas obtidas junto das principais agências de *rating* em títulos com notação de risco de crédito semelhante aos detidos em carteira.

Risco de Liquidez

O controlo do risco de liquidez destina-se a avaliar e monitorizar a possibilidade da ocorrência de uma perda resultante da incapacidade do Banco, num determinado momento, financiar os seus activos de forma a satisfazer os seus compromissos financeiros nas datas previstas.

O risco de liquidez é avaliado com base nos mapas de activos e passivos, que permitem monitorizar a evolução da tesouraria do Banco e determinar as necessidades de caixa ao longo de um período previsional de cinco anos.

Para financiar a sua actividade de curto prazo, e de forma a garantir uma gestão de liquidez com níveis de segurança adequados, o Banco tem linhas de mercado monetário interbancário e linhas de reporte de títulos negociadas com diversos bancos, para além da captação permanente de recursos de clientes.

Risco Operacional

O controlo do risco operacional tem por objectivo evitar possíveis falhas nos sistemas de controlo interno que possam dar origem à ocorrência de fraudes ou à realização de operações não autorizadas, assim como evitar que o resultado do Banco possa ser prejudicado pela ocorrência de um evento não inerente à sua actividade.



A actividade do Banco Invest está sujeita a diversos mecanismos de prevenção e controlo que lhe permitem mitigar o risco da ocorrência de perdas de natureza operacional, entre os quais se destacam:

- Código de Conduta e Regulamento Interno do Banco;
- Manuais de procedimentos;
- Controlos de acessos, físicos e lógicos;
- Relatórios de excepção;
- Planeamento de contingências.

São intervenientes com especial relevância no controlo do risco operacional o Conselho de Administração, o Departamento de Contabilidade e Controlo, a área de Compliance e o Departamento de Auditoria Interna.

Numa base diária, a Direcção de Contabilidade e Controlo avalia as responsabilidades de cada área funcional para com as respectivas contrapartes, e confirma o cumprimento dos limites estabelecidos, e os níveis de autorização utilizados na aprovação das operações.

Regularmente, realizam-se auditorias internas com vista a avaliar os sistemas de controlo implementados, de forma a garantir o cumprimento dos Manuais de Procedimentos, e reduzir a probabilidade da ocorrência de erros no registo e contabilização das diversas operações.

Resultados Apurados e sua Aplicação

As contas do exercício a seguir apresentadas traduzem a actividade desenvolvida pelo Banco Invest, dentro da orientação traçada, e a sua incidência na situação patrimonial e nos resultados apurados.

As Demonstrações Financeiras foram objecto de revisão por uma sociedade de auditoria externa, que sobre elas emitiu o parecer sem reservas à frente apresentado.

Os resultados líquidos atingiram os 7.212.087 Euros. Para eles se propõe a seguinte aplicação:

Resultados Transitados 7.212.087 Euros

Agradecimentos Devidos

O Conselho de Administração entende deixar registada uma palavra de apreço e agradecimento:

- A todos os Clientes, pela preferência e confiança demonstradas, que constituem o maior estímulo para enfrentar os desafios que se lhe deparam;
- Ao Banco de Portugal e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, pela atenção dispensada ao Banco;
- À Mesa da Assembleia Geral, em especial ao seu Presidente, pela disponibilidade demonstrada no desempenho de tão importantes funções;
- Ao Conselho Fiscal, e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pela colaboração e apoio à condução das actividades do Banco;
- Àqueles colaboradores que se entregaram, com sentido de responsabilidade e espírito de dedicação, à consecução dos objectivos delineados e ao respeito pelos valores éticos, humanos e empresariais internamente assumidos e partilhados.

Lisboa, 18 de Março de 2010

O Conselho de Administração

4. Demonstrações Financeiras





Balancos Consolidados em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Euro)

ACTIVO	Notas	2010		2009		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2010	2009
		Activo Bruto	Imparidade e amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5	513.793	-	513.793	1.584.671	Recursos de bancos centrais	16	182.656.666	90.292.361
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	12.677.400	-	12.677.400	17.291.124	Passivos financeiros detidos para negociação	17	544.623	395.701
Activos financeiros detidos para negociação	7	42.297.326	-	42.297.326	27.838.202	Recursos de outras instituições de crédito	18	30.691.665	92.519.972
Activos financeiros disponíveis para venda	8	95.165.693	(4.637.406)	90.528.287	71.259.779	Recursos de clientes e outros empréstimos	19	108.695.229	99.099.137
Crédito a clientes	9	286.877.873	(10.017.962)	276.859.911	306.096.644	Responsabilidades representadas por títulos	20	190.967.868	203.599.339
Investimentos detidos até à maturidade	10	117.988.490	-	117.988.490	99.719.586	Provisões	21	500.000	500.000
Activos não correntes detidos para venda	11	22.517.799	(1.564.718)	20.953.081	12.205.657	Passivos por impostos correntes	14	252.314	416.371
Outros activos tangíveis	12	5.182.124	(2.452.588)	2.729.536	2.014.859	Passivos por impostos diferidos	14	225.889	232.430
Activos intangíveis	13	1.664.058	(809.863)	854.195	584.381	Outros passivos	22	4.841.432	4.651.104
Activos por impostos correntes	14	170.999	-	170.999	168.631				
Activos por impostos diferidos	14	4.035.303	-	4.035.303	4.361.201				
Outros activos	15	8.360.521	-	8.360.521	4.422.168				
						Total do Passivo		519.375.686	491.706.415
						Capital	24	59.500.000	59.500.000
						Reservas de reavaliação	25	(7.080.499)	(2.760.239)
						Outras reservas e resultados transitados	25	(2.065.626)	(7.127.745)
						Resultado do exercício atribuível aos accionistas do Banco	25	7.212.087	5.115.469
						Interesses minoritários	26	1.027.194	1.113.003
						Total do Capital próprio		58.593.156	55.840.488
Total do Activo		597.451.379	(19.482.537)	577.968.842	547.546.903	Total do Passivo e do Capital Próprio		577.968.842	547.546.903

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

Demonstração dos resultados consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Euro)



	Notas	2010	2009
Juros e rendimentos similares	27	22.726.770	24.866.630
Juros e encargos similares	28	(8.063.451)	(10.640.126)
MARGEM FINANCEIRA		14.663.319	14.226.504
Rendimentos de instrumentos de capital	29	41.155	31.743
Rendimentos de serviços e comissões	30	2.415.200	2.362.137
Encargos com serviços e comissões	31	(497.764)	(634.579)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	32	(1.487.047)	4.387.868
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	33	1.455.177	(1.665.986)
Resultados de reavaliação cambial	34	418.851	92.453
Resultados de alienação de outros activos	35	402.545	(449.469)
Outros resultados de exploração	36	(89.021)	340.985
PRODUTO BANCÁRIO		17.322.415	18.691.656
Custos com pessoal	37	(4.461.988)	(4.083.916)
Gastos gerais administrativos	38	(3.200.784)	(2.961.261)
Amortizações do exercício	12 e 13	(519.662)	(474.246)
Provisões, líquidas de reposições e anulações	21	-	26.177
Imparidade do crédito, líquida de reversões e recuperações	21	(104.308)	(2.208.342)
Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações	21	908.868	843.672
Imparidade de outros activos, líquida de reversões e recuperações	21	(578.818)	(636.437)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		9.365.723	9.197.303
Impostos			
Correntes	14	(458.169)	(427.976)
Diferidos	14	(1.706.890)	(3.606.575)
		(2.165.059)	(4.034.551)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS ANTES DE INTERESSES MINORITÁRIOS		7.200.664	5.162.752
Resultado atribuível a interesses minoritários	26	11.423	(47.283)
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		7.212.087	5.115.469

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



Demonstração do rendimento integral consolidado para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Euro)

	2010	2009
Resultado consolidado antes de interesses minoritários	7.200.664	5.162.752
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda:		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	(4.252.616)	10.111.794
Impacto fiscal	1.023.739	(2.584.078)
Transferência para resultados por imparidade	-	(843.672)
Impacto fiscal	-	210.918
Transferência para resultados por alienação	(1.455.177)	1.665.986
Impacto fiscal	363.794	(416.497)
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	(4.320.260)	8.144.451
Rendimento integral consolidado antes de interesses minoritários	2.880.404	13.307.203
Interesses minoritários	11.423	(47.283)
Rendimento integral consolidado	2.891.827	13.259.920

○ Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Demonstração das alterações no capital próprio consolidado para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Euro)

	Reservas de reavaliação				Outras reservas e resultados transitados								
	Capital	Reservas de justo valor	Impostos diferidos	Impostos correntes	Total	Reserva Legal	Reserva Livre	Reserva de Fusão	Resultados transitados	Total	Resultado do exercício	Interesses minoritários	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	59.500.000	(14.687.788)	2.953.968	829.130	(10.904.690)	1.102.078	9.012.951	574.221	5.493.684	16.182.934	(23.310.679)	1.065.720	42.533.285
Aplicação do lucro do exercício de 2008													
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.310.679)	(23.310.679)	23.310.679	-	-
Rendimento integral do exercício de 2009	-	10.934.108	(2.789.657)	-	8.144.451	-	-	-	-	-	5.115.469	47.283	13.307.203
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	59.500.000	(3.753.680)	164.311	829.130	(2.760.239)	1.102.078	9.012.951	574.221	(17.816.995)	(7.127.745)	5.115.469	1.113.003	55.840.488
Aplicação do lucro do exercício de 2009													
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	-	5.115.469	5.115.469	(5.115.469)	-	-
Rendimento integral do exercício de 2010	-	(5.707.793)	1.387.533	-	(4.320.260)	-	-	-	-	-	7.212.087	(11.423)	2.880.404
Alteração na % detida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(74.386)	(74.386)
pelos interesses minoritários													
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	(53.350)	(53.350)	-	-	(53.350)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	59.500.000	(9.461.473)	1.551.844	829.130	(7.080.499)	1.102.078	9.012.951	574.221	(12.754.876)	(2.065.626)	7.212.087	1.027.194	58.593.156

O Anexo faz parte integrante desta demonstração.





Demonstração dos fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Euro)

	2010	2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de juros e comissões	25.185.814	27.828.654
Pagamentos de juros e comissões	(8.877.672)	(11.784.690)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(7.540.819)	(7.004.885)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(203.033)	(195.846)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	(838.029)	(1.232.548)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	7.726.261	7.610.685
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação	(15.833.130)	(13.403.155)
Activos financeiros disponíveis para venda	(21.128.944)	13.924.294
Crédito a clientes	29.989.658	17.456.468
Investimentos detidos até à maturidade	(18.268.904)	15.980.679
Activos não correntes detidos para venda	(4.865.954)	(4.569.556)
Outros activos	(3.508.259)	5.006.810
	(33.615.533)	34.395.540
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais	92.500.000	(44.000.000)
Recursos de outras instituições de crédito	(61.749.931)	(5.867.891)
Recursos de clientes	4.165.979	7.258.548
Responsabilidades representadas por títulos	(12.625.559)	20.471.903
Outros passivos	(572.708)	(15.305.085)
	21.717.781	(37.442.525)
Caixa líquida das actividades operacionais	(4.171.491)	4.563.700
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Aquisições e alienações de activos tangíveis e intangíveis	(1.513.111)	(1.168.168)
Caixa líquida das actividades de investimento	(1.513.111)	(1.168.168)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de capital	-	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	-	-
Aumento / (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(5.684.602)	3.395.532
Caixa e seus equivalentes no início do período	18.875.795	15.480.263
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13.191.193	18.875.795
	(5.684.602)	3.395.532

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

5. Anexo às Demonstrações Financeiras





1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Invest, S.A. (Banco) é uma sociedade anónima, com sede social em Lisboa, constituído em 14 de Fevereiro de 1997 com a denominação de Banco Alves Ribeiro, S.A., tendo iniciado a sua actividade em 11 de Março de 1997. A constituição do Banco foi autorizada pelo Banco de Portugal em 4 de Dezembro de 1996. Em 16 de Setembro de 2005, o Banco alterou a sua denominação social para a actual.

O Banco tem por objecto social a realização das operações e a prestação de serviços financeiros conexos com a latitude consentida por lei. Dedicar-se essencialmente à actividade de gestão de activos, mercado de capitais, crédito e capital de desenvolvimento.

Para a realização das suas operações o Banco dispõe de quatro balcões, localizados em Lisboa, Porto, Braga e Leiria.

O Banco detém a totalidade do capital social da Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Invest Gestão de Activos). Esta sociedade foi constituída em 11 de Fevereiro de 1998 e tem como objecto social a administração e gestão, em representação dos participantes, de fundos de investimento mobiliário.

Actualmente o Banco tem em actividade duas operações de titularização de créditos:

- AR Finance 1 - realizada no exercício de 2003, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo (AR Finance FTC) e o AR Finance 1 plc, sociedade de responsabilidade limitada sediada na República da Irlanda;
- Invest Finance 1 – realizada no exercício de 2008, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal Fundo (Invest Finance FTC) e o Invest Finance 1 Portugal BV, sociedade de responsabilidade limitada sediada na Holanda.

No exercício de 2008, foi constituído o Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo (Fundo Tejo), gerido pela Invest Gestão de Activos, que tem como actividade principal a compra de imóveis para posterior alienação ou arrendamento.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de Março de 2011.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 do Banco Invest e das entidades incluídas no seu perímetro de consolidação estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, o Conselho de Administração do Banco Invest admite que as demonstrações financeiras utilizadas na preparação das contas consolidadas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para a legislação nacional pelo Decreto-Lei n° 35/2005, de 17 de Fevereiro.



2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco Invest e as das entidades por si controladas, directa ou indirectamente (Nota 3), incluindo entidades de propósito especial.

A nível das empresas participadas, são consideradas “filiais” aquelas nas quais o Banco Invest exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, o Banco inclui no seu perímetro de consolidação as entidades de propósito especial criadas no âmbito das operações de titularização acima referidas, uma vez que sobre estas entidades é exercido um controlo financeiro e operacional efectivo e que o Banco detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

A consolidação das contas das filiais foi efectuada pelo método da integração global, tendo sido eliminadas as transacções e os saldos significativos entre as entidades objecto de consolidação. Adicionalmente, quando aplicável, foram efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas filiais é apresentado na rubrica “Interesses minoritários”, do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco Invest e das filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre entidades incluídas no perímetro de consolidação.

2.3. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera (denominada “moeda funcional”), nomeadamente o Euro.

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base na taxa de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

2.4. Instrumentos financeiros

a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, acrescido dos custos directamente atribuíveis à transacção. Quando do reconhecimento inicial, estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui activos financeiros detidos para negociação, os quais incluem essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.



Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de “Juros e rendimentos similares”.

ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo, valores a receber de outras instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou pela alienação de bens, os quais se encontram registados em “Outros activos”.

Adicionalmente, esta rubrica inclui títulos que foram reclassificados em 2008 das rubricas de “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda” na sequência da aplicação da Emenda da IAS 39 (Nota 41). Estes activos foram transferidos pelo seu justo valor determinado com referência a 1 de Julho de 2008.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável e fixo não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados e que não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

iv) Investimentos detidos até à maturidade

São investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, tendo o Banco a possibilidade e a intenção de os manter até ao seu reembolso.



No reconhecimento inicial estes activos são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Esta categoria inclui um conjunto de activos financeiros que foram reclassificados das rubricas “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda” na sequência da aplicação da Emenda ao IAS 39 (Nota 41). Estes activos foram registados ao justo valor com referência a 1 de Julho de 2008 e subsequentemente encontram-se valorizados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Cotações fornecidas por entidades independentes (*bid prices*), difundidos através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes e o índice denominado por Bloomberg Generic;
- Preços obtidos através de modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Reclassificação de activos financeiros

Após a entrada em vigor da alteração ao IAS 39 em 13 de Outubro de 2008, o Banco passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns activos financeiros classificados como Activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de activos financeiros. Esta reclassificação apenas poderá ser efectuada em situações excepcionais, tendo sido considerado que a situação no final de 2008, onde os mercados eram caracterizados por uma significativa falta de liquidez, era uma situação excepcional.

A reclassificação para as categorias de investimentos detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber apenas é possível se o Banco tiver intenção e capacidade para manter os activos até à sua maturidade ou num futuro previsível, respectivamente. A transferência para empréstimos e contas a receber só é permitida se o activo tivesse cumprido os requisitos para a classificação nesta categoria no reconhecimento inicial (entre outros, que não fosse transaccionado num mercado activo).

Na reclassificação de activos classificados como Activos financeiros detidos para negociação para outra categoria não são alterados os respectivos ganhos e perdas dos activos anteriormente registados em resultados. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o “*deemed cost*” do activo financeiro.



Na sequência da reclassificação de activos classificados como Activos financeiros detidos para negociação para as categorias de detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber, os mesmos passam a ser mensurados ao custo amortizado. O seu justo valor na data da reclassificação passa a ser o seu novo custo amortizado.

Com a alteração da IAS 39, também poderá ser efectuada a reclassificação de activos financeiros da categoria de disponíveis para venda para as categorias de investimentos detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber. Nestes casos, os anteriores ganhos e perdas acumulados dos activos reclassificados são mantidos na reserva de justo valor, sendo reclassificados para resultados: (i) de acordo com o método da taxa efectiva, no caso de activos financeiros com maturidade determinada, ou (ii) no momento em que os activos são vendidos ou quando é registada uma perda de imparidade associada aos mesmos. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o novo custo amortizado dos activos.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, os quais se encontram reflectidos pelo justo valor.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e de clientes, responsabilidades representadas por títulos e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado.

c) Derivados

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nominal.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo *cash-flows* descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e

- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor, com as variações no justo valor reflectidas em resultados.



Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de "trading".

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados", respectivamente.

d) Imparidade de activos financeiros

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente as aplicações em instituições de crédito, crédito a clientes (incluindo títulos de dívida) e os investimentos detidos até à maturidade, e activos registados ao justo valor, nomeadamente os activos financeiros disponíveis para venda.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual, de acordo com a natureza dos activos:

Crédito a clientes

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que o montante de exposição seja significativo, e numa base colectiva quanto a activos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

De acordo com a Norma IAS 39, são considerados os seguintes eventos como sendo indícios de imparidade em activos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;



- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os *cash-flows* futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade, são igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Imparidade do crédito, líquida de reversões e recuperações", sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Instrumentos de dívida

No que se refere aos instrumentos de dívida o Banco definiu os seguintes eventos que podem constituir indícios de imparidade:

- Preço (ou valorização através de modelos internos) inferior a 70% do valor nominal;
- Rating inferior a BBB-, ou seja, *Non investment grade*;
- Deterioração significativa dos activos subjacentes em emissões de "*Asset-backed Securities*" (ABS) sem rating sempre que valorizados através de modelos internos, nomeadamente:
 - Aumento das delinquências;
 - Redução do "*recover value*" esperado;
 - Diminuição do "*credit enhancement*" em mais de 5 pontos percentuais.

O registo de imparidade deve ser efectuado sempre que se verifique pelo menos uma das seguintes situações:

- Evidente dificuldade financeira do emitente, nomeadamente quando se verificar qualquer dos seguintes acontecimentos:
 - Notação de *rating* igual ou inferior a CC na S&P e Fitch e Ca na Moody's.
 - Pela sua natureza particular, exceptuam-se os títulos de dívida subordinada, acções preferenciais, ou outras, em que ocorra a suspensão dos juros ou dos pagamentos de acordo com os termos e condições da emissão;
 - Reestruturação ou novação de dívida;
 - Não cumprimento de qualquer obrigação contratualmente definida no empréstimo;
 - Redução do "*credit enhancement*" em mais de 50 pontos percentuais, da tranche detida em emissões de ABS, quando se tratar da penúltima tranche existente.

O Banco poderá ainda determinar a existência de imparidade noutras situações, caso obtenha fortes indícios de incumprimento do emitente, e desde que devidamente documentados.



Instrumentos de capital

Existe imparidade em instrumentos de capital quando se verifica alguns dos seguintes acontecimentos:

- Preço (ou valorização através de modelos internos) inferior a 50% do valor de compra;
- Situações em que o justo valor do instrumento de capital se mantenha abaixo do respectivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses;
- Nacionalização da empresa;
- Processo de falência.

Para os instrumentos de capital foram ainda definidos os seguintes critérios para identificação de títulos com indícios de imparidade:

- Justo valor inferior a 60% do valor de compra;
- Deixar de estar admitido à cotação em Bolsa de Valores;
- Existência de oferta pública de aquisição inferior ao preço de compra;
- Suspensão de resgates de unidades de participação;
- Existência de fraude contabilística;
- Redução de capital.

Para os títulos com indícios de imparidade o Banco constitui imparidade quando o Comité de Investimentos do Banco (CIB) após a análise dos mesmos conclua pela necessidade da sua constituição.

Activos financeiros ao custo amortizado

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor inscrito no balanço no momento da análise e o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.4. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na “Reserva de justo valor”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na Reserva de justo valor até que o activo seja vendido.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.



2.5. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual a um preço considerado razoável em relação ao seu justo valor corrente;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Nos casos em que o activo não seja alienado no prazo de um ano, o Banco avalia se continuam a ser cumpridos os requisitos, nomeadamente a venda não ocorreu por razões alheias ao Banco, que o Banco desenvolveu todas acções necessárias para a venda se pudesse concretizar e que o activo continua a ser activamente publicitado e a preços de venda razoáveis face às circunstâncias de mercado.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

2.6. Outros activos tangíveis

Encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	8-10
Máquinas e ferramentas	5-8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	5-10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8-10

Os terrenos não são objecto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, nos termos da Norma IAS 36 – "Imparidade de activos" é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.



2.7. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

Como locatário

O Banco não realizou operações de locação financeira na óptica do locatário.

2.8. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

2.9. Impostos sobre lucros

O Banco é detido em 98,82% pela Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A., sendo tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) segundo o regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no artigo 63º e seguintes do respectivo código. O perímetro do grupo abrangido pelo referido regime compreende as seguintes sociedades:

- Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.;
- Banco Invest, S.A.;
- Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.;
- Motor - Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.; e
- US - Motor – Comércio de Automóveis, S.A..

O lucro tributável do grupo do qual a Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. é a sociedade dominante é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados individualmente, sendo tributado a uma taxa de 25%. De acordo com o Artigo 14º da Lei das Finanças Locais, os municípios podem deliberar uma derrama anual, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

Com a publicação da Lei nº12 – A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida a Derrama Estadual, a qual deve ser paga por todos os sujeitos passivos que apurem, em 2010, e em exercícios futuros, um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 2.000.000 Euros. A Derrama Estadual corresponderá a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.



Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável, bem como de prejuízos fiscais reportáveis.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem a imparidade e provisões não aceites para efeitos fiscais e valorização de activos financeiros disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.10. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências fiscais, legais e outras.

2.11. Benefícios a empregados

As responsabilidades com benefícios a empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.

O Banco não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário, estando os seus trabalhadores abrangidos pelo Regime Geral de Segurança Social. Por esse motivo, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Banco não tem qualquer responsabilidade por pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados.

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.12. Comissões

Conforme referido na Nota 2.4., as comissões recebidas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas na originação das operações, são reconhecidas como proveitos ao longo do período da operação.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.



2.13. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados ao justo valor em rubricas extrapatrimoniais.

2.14. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2.15. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco e das suas filiais. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem as abaixo apresentadas.

VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO TRANSACCIONADOS EM MERCADOS ACTIVOS

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.4.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.4., a valorização destes instrumentos financeiros é determinada através do recurso a cotações fornecidas por entidades independentes e preços obtidos através de modelos internos de valorização.

DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Adicionalmente, durante o exercício de 2008, o Banco registou montantes significativos de activos por impostos diferidos, referentes na sua maioria a prejuízos fiscais reportáveis. A evidência de recuperabilidade destes activos por impostos diferidos está suportada por projecções preparadas pelo Conselho de Administração quanto à evolução futura dos resultados para efeitos fiscais (Nota 14).

DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.4. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Banco Invest com base no reconhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco Invest considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.



O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos títulos registados nas rubricas “Crédito a clientes”, “Investimentos detidos até à maturidade” e “Activos financeiros disponíveis para venda”. A análise de imparidade é efectuada numa base individual, através da identificação de eventos que constituam indícios de imparidade e, quando aplicável, do cálculo da imparidade a registar (Nota 2.4. d)).

2.16. Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Em 2010 o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2010, desde que endossadas pela União Europeia.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010:

Norma/interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (revisão de 2008)	1-Jul-09	Esta revisão vem trazer algumas alterações ao nível do registo de concentrações de actividades empresariais, nomeadamente no que diz respeito: (a) à mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; e (d) ao registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de transacções de venda de interesses sem que de tal resulte a perda de controlo e (e) ao cálculo do resultado na venda de participação com perda de controlo e necessidade de remensuração dos interesses retidos na participação alienada.
IAS 28 (revisão de 2008) Investimentos em associadas	1-Jul-09	Os princípios descritos acima e adoptados para a IAS 27 (2008) relativamente ao apuramento do resultado da venda são alargados à IAS 28.
Revisões da IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro	1-Jan-10	Esta norma foi revista no sentido de agrupar as várias emendas que foram ocorrendo desde a sua primeira versão.
IFRS 2 – Emenda (Transacções de pagamentos com base em acções entre entidades do mesmo grupo)	1-Jan-10	Esta emenda vem clarificar alguns aspectos relacionados com pagamentos com base em acções liquidados financeiramente no seio de grupos empresariais.
IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	1-Jul-09	Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilidade de cobertura de investimentos líquidos em operações estrangeiras.



Norma/interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa	1-Jul-09	Esta interpretação propicia orientação sobre a correcta contabilização de activos que não caixa distribuídos aos accionistas como dividendos
IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes	1-Jul-09	Esta interpretação propicia orientação sobre a contabilização pelos operadores de activos fixos tangíveis “dos clientes”.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2009	Várias (usualmente 1-Jan-10)	Este processo envolveu a revisão de 12 normas contabilísticas.
Alterações à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Instrumentos: Itens Cobertos Elegíveis	1-Jul-09	Clarifica a aplicação da contabilidade de cobertura à componente inflação dos instrumentos financeiros e aos contratos de opções, quando utilizados como instrumentos de cobertura.

A aplicação destas Normas e Interpretações não teve impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo em 31 de Dezembro de 2010.

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração do Banco, as Normas e Interpretações relevantes que estão disponíveis para aplicação antecipada são as seguintes:

Norma/interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas (revisão)	1-Jan-11	Esta revisão vem trazer algumas clarificações relacionadas com as divulgações a efectuar de partes relacionadas, em particular no tocante a entidades ligadas à administração pública.
IAS 32 – Emenda (Classificação das emissões de direitos)	1-Fev-10	Esta emenda vem clarificar em que condições os direitos emitidos podem ser classificados como instrumentos de capital próprio.
IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio	1-Jul-10	Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilização das transacções em que os termos de um passivo financeiro são renegociados e resultam numa emissão pela entidade de instrumentos de capital próprio em favor de um seu credor com a resultante extinção da totalidade ou de parte desse passivo financeiro.
IFRIC 14 – Pagamentos antecipados no âmbito de requisitos mínimos de financiamento	1-Jan-11	Esta emenda vem suprimir uma consequência não intencional decorrente do tratamento de pré-pagamentos de futuras contribuições em circunstâncias em que é aplicável um requisito de financiamento mínimo.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.



3. EMPRESAS DO GRUPO

Os principais dados sobre a actividade das subsidiárias do Banco, bem como o método de consolidação utilizado podem ser resumidos como segue:

Sociedade	Actividade	Sede	Participação efectiva (%)	Método de consolidação
Invest Gestão de Activos - SGFIM, S.A.	Gestão de fundos de inv. mobiliário	Lisboa	100%	Integral
Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo	Fundo de titularização de créditos	Lisboa	n.a.	Integral
AR Finance 1, plc	Emissão de dívida	Irlanda	n.a.	Integral
Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal Fundo	Fundo de titularização de créditos	Lisboa	n.a.	Integral
Invest Finance BV	Emissão de dívida	Holanda	n.a.	Integral
Fundo Tejo	Compra e venda de imóveis	Lisboa	86,5%	Integral

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os dados financeiros mais significativos retirados das respectivas demonstrações financeiras estatutárias podem ser resumidos da seguinte forma:

Sociedade	2010			2009		
	Activo líquido	Situação líquida	Resultado líquido	Activo líquido	Situação líquida	Resultado líquido
Invest Gestão de Activos - SGFIM, S.A.	1.520.647	1.491.890	84.458	1.430.034	1.407.432	54.065
Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo	51.353.855	48.944.414	(161.282)	60.354.019	58.037.971	(617)
AR Finance 1, plc	58.257.197	(2.239.430)	(612.401)	68.497.420	(1.627.030)	(858.817)
Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal Fundo	127.140.482	124.389.895	(879.079)	130.780.103	128.464.167	290.663
Invest Finance BV	126.544.746	18.000	17.200	130.076.599	61.400	17.200
Fundo Tejo	7.480.324	7.469.979	(84.555)	7.058.048	7.047.283	14.014

4. RELATO POR SEGMENTOS DE NEGÓCIO

O Banco Invest adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- Comercial
- Mercados

Nos exercícios de 2010 e 2009, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por linhas de negócio é a seguinte:

	2010		
	Comercial	Mercados	Total
Margem financeira	11.730.655	2.932.664	14.663.319
Rendimentos de instrumentos de capital	-	41.155	41.155
Resultados de serviços e comissões	1.917.436	-	1.917.436
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	(1.487.047)	(1.487.047)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	1.455.177	1.455.177
Outros resultados de exploração e outros	(89.021)	821.396	732.375
Produto bancário	13.559.070	3.763.345	17.322.415
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos (1)	(5.747.079)	(1.915.693)	(7.662.772)
Amortizações do exercício (1)	(389.746)	(129.916)	(519.662)
Provisões e imparidade	98.763	126.979	225.742
Resultado antes de impostos	7.521.008	1.844.715	9.365.723
Impostos	(1.676.209)	(488.850)	(2.165.059)
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	5.844.799	1.355.865	7.200.664
Resultado atribuível a interesses minoritários	9.272	2.151	11.423
Resultado líquido do exercício	5.854.071	1.358.016	7.212.087
Activos financeiros detidos para negociação	-	42.297.326	42.297.326
Activos financeiros disponíveis para venda	-	90.528.287	90.528.287
Crédito a clientes	240.147.900	36.712.011	276.859.911
Investimentos detidos até à maturidade	-	117.988.490	117.988.490
Recursos de bancos centrais	-	182.656.666	182.656.666
Recursos de outras instituições de crédito	-	30.691.665	30.691.665
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	108.695.229	108.695.229
Responsabilidades representadas por títulos	190.967.868	-	190.967.868

⁽¹⁾ Estas rubricas são alocadas a cada um dos segmentos de acordo com a informação da contabilidade analítica disponível no Banco.





	2009		
	Comercial	Mercados	Total
Margem financeira	11.455.582	2.770.922	14.226.504
Rendimentos de instrumentos de capital	-	31.743	31.743
Resultados de serviços e comissões	1.727.558	-	1.727.558
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	4.387.868	4.387.868
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	(1.665.986)	(1.665.986)
Outros resultados de exploração e outros	(248.740)	232.709	(16.031)
Produto bancário	12.934.400	5.757.256	18.691.656
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos ⁽¹⁾	(5.283.883)	(1.761.294)	(7.045.177)
Amortizações do exercício ⁽¹⁾	(355.684)	(118.562)	(474.246)
Provisões e imparidade	(1.499.315)	(475.615)	(1.974.930)
Resultado antes de impostos	5.795.518	3.401.785	9.197.303
Impostos	(3.145.608)	(888.943)	(4.034.551)
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	2.649.910	2.512.842	5.162.752
Resultado atribuível a interesses minoritários	-	(47.283)	(47.283)
Resultado líquido do exercício	2.649.910	2.465.559	5.115.469
Activos financeiros detidos para negociação	-	27.838.202	27.838.202
Activos financeiros disponíveis para venda	-	71.259.779	71.259.779
Crédito a clientes	260.918.571	45.178.073	306.096.644
Investimentos detidos até à maturidade	-	99.719.586	99.719.586
Recursos de bancos centrais	-	90.292.361	90.292.361
Recursos de outras instituições de crédito	-	92.519.972	92.519.972
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	99.099.137	99.099.137
Responsabilidades representadas por títulos	203.599.339	-	203.599.339

⁽¹⁾ Estas rubricas são alocadas a cada um dos segmentos de acordo com a informação da contabilidade analítica disponível no Banco.

A totalidade da actividade do Banco Invest é desenvolvida em Portugal.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Caixa	246.606	177.122
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	267.187	1.407.549
	513.793	1.584.671

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Depósitos à ordem		
No país	2.732.252	5.244.641
No estrangeiro	9.945.148	12.046.483
	12.677.400	17.291.124

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os depósitos à ordem em instituições de crédito no estrangeiro incluem 7.320.555 Euros e 8.536.439 Euros, respectivamente, relativos ao saldo da “Cash reserve account” mantida pelo AR Finance 1, plc junto do Bank of New York Mellon, para garantia do pagamento do capital e juros das “Floating rate notes” das classes A e B emitidas no âmbito da operação de titularização de créditos realizada pelo Banco (Notas 9 e 20).

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
<i>Instrumentos de dívida</i>		
Dívida pública portuguesa	2.349.575	-
De outros residentes		
. De outros emissores públicos nacionais	3.753.360	4.017.200
. Instituições de crédito	4.924.199	5.128.210
De não residentes		
. Instituições de crédito	27.196.852	15.138.472
. Empresas	1.094.610	1.075.200
	39.318.596	25.359.082
<i>Juros a receber</i>	720.708	434.966
	40.039.304	25.794.048
<i>Instrumentos de capital</i>		
De residentes		
. Acções	129.158	74.882
De não residentes		
. Acções	237.243	148.658
. Unidades de participação	662.711	843.933
	1.029.112	1.067.473
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>		
Swaps		
. Divisas	-	3.830
. Taxa de juro	1.098.746	625.904
. Crédito	113.478	335.774
Opções	16.686	11.173
	1.228.910	976.681
	42.297.326	27.838.202



Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:

	2010	2009
Dívida pública portuguesa	2.500.000	-
<i>De não residentes</i>		
. Instituições de crédito	30.750.000	18.000.000
. Empresas	3.000.000	3.000.000
<i>De outros residentes</i>		
. Instituições de crédito	5.050.000	5.000.000
. Outros Emissores Públicos	4.000.000	4.000.000
	45.300.000	30.000.000

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as operações com instrumentos financeiros derivados encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4.. Nestas datas, o montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2010			
	Montante nominal	Valor contabilístico		
	Derivados de negociação	Activos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Total
				(Nota 17)
Instrumentos financeiros derivados				
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>				
. Swaps				
De divisas	290.444	-	(892)	(892)
De taxa de juro	314.789.888	1.098.746	(180.891)	917.855
Sobre eventos de crédito	43.741.955	113.478	(265.714)	(152.236)
. Opções embutidas				
em depósitos estruturados	6.684.831	16.686	(54.967)	(38.281)
. Opções				
De cotações	687.074	-	(42.159)	(42.159)
	366.194.192	1.228.910	(544.623)	684.287
<i>Transaccionados em bolsa</i>				
. Futuros				
De taxa de juro	72.053.745	-	-	-
De cotações	2.869.096	-	-	-
De divisas	1.173.737	-	-	-
	76.096.578	-	-	-
	442.290.770	1.228.910	(544.623)	684.287



2009				
	Montante nocional	Valor contabilístico		
	Derivados de negociação	Activos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Total
(Nota 17)				
Instrumentos financeiros derivados				
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>				
. Swaps				
De divisas	281.500	3.830	-	3.830
De taxa de juro	343.261.663	625.904	(211.846)	414.058
Sobre eventos de crédito	45.970.776	335.774	(113.906)	221.868
. Opções embutidas em depósitos estruturados				
	5.788.266	11.173	(66.884)	(55.711)
. Opções				
De cotações	25.000	-	(3.065)	(3.065)
	395.327.205	976.681	(395.701)	580.980
<i>Transaccionados em bolsa</i>				
. Futuros				
De taxa de juro	34.466.535	-	-	-
De cotações	2.435.366	-	-	-
De divisas	673.059	-	-	-
	37.574.960	-	-	-
	432.902.165	976.681	(395.701)	580.980

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o montante nocional de swaps de taxa de juro inclui 285.404.052 Euros e 326.128.187 Euros, respectivamente, relativos a operações contratadas no âmbito das securitizações de créditos efectuados pelo Banco (Nota 9).



A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante nominal):

2010						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
· Swaps						
De divisas	-	-	-	290.444	-	290.444
De taxa de juro	-	-	1.000.000	232.791.515	80.998.373	314.789.888
Sobre eventos de créditos	2.500.000	-	-	41.241.955	-	43.741.955
	2.500.000	-	1.000.000	274.323.914	80.998.373	358.822.287
· Opções embutidas						
em depósitos estruturados	4.428.259	111.176	1.604.664	540.732	-	6.684.831
· Opções						
De cotações e câmbios	206.428	56.129	424.517	-	-	687.074
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
· Futuros						
De taxa de juro	38.640.620	5.438.950	740.350	27.233.825	-	72.053.745
De cotações	2.869.096	-	-	-	-	2.869.096
De divisas	1.173.737	-	-	-	-	1.173.737
	42.683.453	5.438.950	740.350	27.233.825	-	76.096.578
	49.818.140	5.606.255	3.769.531	302.098.471	80.998.373	442.290.770
2009						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
· Swaps						
De divisas	281.500	-	-	-	-	281.500
De taxa de juro	-	-	-	245.762.190	97.499.473	343.261.663
Sobre eventos de créditos	2.500.000	-	-	43.470.776	-	45.970.776
	2.781.500	-	-	289.232.966	97.499.473	389.513.939
· Opções embutidas						
em depósitos estruturados	2.761.220	1.320.406	38.746	1.667.893	-	5.788.266
· Opções						
De cotações e câmbios	-	-	25.000	-	-	25.000
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
· Futuros						
De taxa de juro	20.595.510	988.750	736.950	12.145.325	-	34.466.535
De cotações	2.435.366	-	-	-	-	2.435.366
De divisas	673.059	-	-	-	-	673.059
	23.703.935	988.750	736.950	12.145.325	-	37.574.960
	29.246.655	2.309.156	800.696	303.046.185	97.499.473	432.902.165

A distribuição por tipo de contraparte das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 apresenta o seguinte detalhe:



	2010	2009
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>		
Swaps		
De divisas		
. Clientes	290.444	281.500
De taxa de juro		
. Instituições financeiras	288.404.051	329.128.187
. Clientes	26.385.837	14.133.476
Sobre eventos de crédito		
. Instituições financeiras	43.741.955	45.970.776
Opções embutidas em depósitos estruturados		
. Clientes	6.684.831	5.788.266
Opções		
. De cotações	687.074	25.000
	366.194.192	395.327.205
<i>Transaccionados em bolsa</i>		
Futuros		
. De taxa de juro	72.053.745	34.466.535
. De cotações	2.869.096	2.435.366
. De divisas	1.173.737	673.059
	76.096.578	37.574.960
	442.290.770	432.902.165



8. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	10.027.976	1.681.835
Emissores públicos nacionais	1.773.180	-
De outros residentes	10.650.982	1.494.954
De não residentes		
. Emissores públicos estrangeiros	11.012.418	2.228.574
. Outras obrigações	52.575.901	62.815.395
	86.040.457	68.220.758
<i>Juros a receber</i>	1.440.918	1.050.826
	87.481.375	69.271.584
<i>Instrumentos de capital</i>		
Emitidos por residentes		
. Valorizados ao justo valor	5.993.451	6.828.039
Emitidos por não residentes		
. Valorizados ao justo valor	1.690.867	2.204.002
	7.684.318	9.032.041
	95.165.693	78.303.625
. Imparidade (Nota 21)	(4.637.406)	(7.043.846)
	90.528.287	71.259.779

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2010 e 2009 é apresentado na Nota 21.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Instrumentos de capital – Emitidos por residentes”, inclui a participação no Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado - Inspirar, no montante de 3.330.344 Euros, gerido pela Invest Gestão de Activos (3.323.385 Euros em 31 de Dezembro de 2009).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:



	2010	2009
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	11.100.00	1.600.000
De Outros Residentes		
. Emissores públicos nacionais	2.000.000	-
. Instituições de Crédito	12.450.000	1.500.000
De não residentes		
. Emissores públicos estrangeiros	16.060.272	6.545.344
. Outras obrigações	58.783.309	67.563.244
	100.393.581	77.208.588

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as mais e menos valias potenciais em instrumentos de dívida apresentavam o seguinte detalhe:

	2010	2009
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	(423.779)	52.931
De Outros Residentes		
. Emissores públicos nacionais	(238.558)	-
. Instituições de Crédito	(1.400.049)	(1.095)
De não residentes		
. Emissores públicos estrangeiros	(663.167)	-
. Outras obrigações	(5.599.394)	(2.642.342)
	(8.324.947)	(2.590.506)
Instrumentos de capital	226.977	1.046.814
Valias potenciais em títulos transferidos para a carteira de empréstimos e contas a receber e para a carteira de investimentos detidos até à maturidade	(1.363.503)	(2.124.440)
	(9.461.473)	(3.668.132)



9. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Crédito interno securitizado:		
· Operações de locação financeira imobiliária	92.015.258	97.539.681
· Empréstimos a médio e longo prazo	81.646.298	89.516.229
	173.661.556	187.055.910
Crédito interno não securitizado:		
· Operações de locação financeira imobiliária	12.209.574	13.380.549
· Empréstimos a médio e longo prazo	20.548.258	21.834.732
· Créditos em conta corrente	19.685.433	23.660.825
· Operações de locação financeira mobiliária	364.795	382.433
· Descobertos em depósitos à ordem	2.923.125	4.628.204
· Outros créditos	4.195.467	1.542.374
	59.926.652	65.429.117
Crédito ao exterior:		
· Descobertos em depósitos à ordem	8.732	10.957
	233.596.939	252.495.984
Juros a receber	549.772	605.869
Outros créditos e valores a receber – títulos de dívida (Nota 42):		
De não residentes		
· Instituições de crédito	4.299.487	5.193.556
· Empresas	32.638.758	40.380.487
· Juros a receber	250.714	286.880
	37.188.959	45.860.923
Comissões associadas ao custo amortizado:		
· Despesas com encargo diferido	431.078	525.884
· Receitas com rendimento diferido	(148.049)	(217.038)
	283.029	308.846
Crédito e juros vencidos	15.259.174	16.763.108
	286.877.873	316.034.729
Imparidade (Nota 21)	(10.017.962)	(9.938.085)
	276.859.911	306.096.644

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2010 e 2009 é apresentado na Nota 21.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica “Crédito interno securitizado” refere-se às operações de securitização realizadas pelo Banco e cujos detalhes dos créditos em carteira podem ser apresentados da seguinte forma:



	2010	2009
Operações de securitização:		
· AR Finance	48.760.211	58.072.099
· Invest Finance - Conduit	124.901.345	128.983.811
	173.661.556	187.055.910

As operações de securitização realizadas pelo Banco têm as seguintes características:

– AR Finance:

Em 19 de Dezembro de 2003 o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de leasing imobiliário, créditos hipotecários e créditos associados a estas operações através de cláusulas de “*cross default*”, pelo montante de 100.007.912 Euros. Em Dezembro de 2004, de acordo com os termos da operação inicial, o Banco procedeu à venda de créditos adicionais no montante de 42.000.017 Euros.

Estes créditos foram vendidos pelo respectivo valor contabilístico ao Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo (AR Finance 1 FTC), o qual é gerido pela Navegador, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco, nos termos de um contrato de gestão de créditos celebrado em 19 de Dezembro de 2003. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao AR Finance 1 FTC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada trimestralmente sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 0,35%.

O financiamento do AR Finance 1 FTC foi assegurado através da emissão de duas séries de unidades de titularização de créditos, fungíveis entre si, nos montantes de 100.000.000 Euros e 42.000.000 Euros, respectivamente, as quais foram integralmente subscritas pela Sociedade AR Finance 1 plc, sediada na República da Irlanda.

As receitas emergentes dos créditos cedidos são integralmente distribuídas pelo AR Finance 1 FTC ao AR Finance 1 plc, após dedução das comissões, despesas e encargos previstos no regulamento de gestão do Fundo. Desta forma, o risco de crédito inerente à posse dos créditos é reflectido no AR Finance 1 plc, na sua qualidade de detentor da totalidade das unidades de titularização emitidas pelo AR Finance 1 FTC.

O financiamento do AR Finance 1 plc, foi assegurado através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação, de *rating* e consequentemente de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a dívida emitida por esta entidade apresenta as seguintes características (Nota 20):

						Remuneração	
						Até à data do “Step up”	Após a data do “Step up”
Montante emitido	Montante em circulação		Data de reembolso	Data do “Step up”			
	2010	2009					
Títulos adquiridos por entidades externas (Nota 21):							
Classe A	106.500.000	15.309.630	24.241.905	Setembro de 2036	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,32%	Euribor 3 m + 0,64%
Classe B	35.500.000	35.500.000	35.500.000	Setembro de 2036	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,09%	Euribor 3 m + 0,18%
	142.000.000	50.809.630	59.741.905				
Títulos adquiridos pelo Banco Invest:							
Classe C	11.360.000	7.922.248	8.428.995	Setembro de 2036	–	Taxa fixa de 19%	Taxa fixa de 19%
Certificados Residuais	1.200.000	1.200.000	1.200.000	Setembro de 2036	–	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada, líquida das restantes classes de obrigações	
	154.560.000	59.931.878	69.370.900				



As obrigações das Classes A e C emitidas em 2004 foram colocadas com prémios face aos respectivos valores nominais, nos montantes de 81.046 Euros e 218.452 Euros, respectivamente.

As obrigações das Classes A, B e C vencem juros trimestralmente em 20 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano.

Conforme previsto no contrato da operação de securitização os “*Spreads*” das obrigações das Classes A e B aumentaram a partir de Setembro de 2008, originando um incremento do custo do financiamento a partir desta data.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as obrigações das Classes A e B têm ambas “*Rating*” AAA atribuído pelas agências Standard & Poor’s e Moody’s. Adicionalmente, o reembolso de capital e os juros das obrigações da Classe B encontram-se garantidos pelo “*European Investment Fund*”.

O AR Finance 1, plc tem a opção de liquidar antecipadamente as obrigações das Classes A e B em qualquer data de pagamento de juros a partir de Setembro de 2006. Nesta situação, a carteira de créditos seria também recomprada antecipadamente. Adicionalmente, o Banco tem também a opção de recomprar antecipadamente a carteira de crédito a partir do momento em que o valor do capital em dívida seja igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

As obrigações da Classe C, às quais não foi atribuído “*Rating*”, e os certificados residuais foram integralmente adquiridos pelo Banco. O reembolso das obrigações da Classe C está dependente da variação da carteira de créditos, sendo efectuado o reembolso à medida que a carteira de créditos diminui, desde que o rácio entre o montante das obrigações por reembolsar e o montante da carteira de créditos não fique inferior a 12%. O valor de subscrição das obrigações da Classe C destinou-se à constituição de uma “*Cash reserve account*”, cuja finalidade consiste em compensar qualquer insuficiência dos valores recebidos pelo AR Finance 1, plc para fazer face aos pagamentos devidos aos detentores das obrigações das Classes A e B.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital vincendo resultante dos créditos cedidos ascendia a 48.760.211 Euros e 58.072.099 Euros, respectivamente.

– *Invest Finance - Conduit*

Em 13 de Março de 2008 o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de leasing imobiliário, créditos hipotecários e créditos associados a estas operações através de cláusulas de “*cross default*”, pelo montante de 100.009.526 Euros. No exercício de 2009 o Banco reforçou a carteira de créditos securitizados, ascendendo a 31 de Dezembro de 2010 a 124.901.345 Euros.

Estes créditos foram vendidos pelo respectivo valor contabilístico ao Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal (Invest Finance 1 FTC), o qual foi gerido pela Oceanus – SGFTC, S.A. até Janeiro de 2011, sendo a partir dessa data gerido pela Navegador, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco, nos termos de um contrato de gestão de créditos celebrado em 13 de Março de 2008. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao Invest Finance 1 FTC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada trimestralmente sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 0,35%. Adicionalmente, o Banco recebe uma comissão de depositário do Invest Finance 1 FTC que corresponde a uma taxa anual de 1%.

O financiamento do Invest Finance 1 FTC foi assegurado através da emissão de papel comercial realizada pela Sociedade Invest Finance 1 Portugal BV, sediada na Holanda, no montante inicial de 93.008.859 Euros, reforçado posteriormente em 26.573.854 Euros, tendo sido reembolsados durante o ano de 2008 cerca de 4.770.754 Euros. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o papel comercial emitido ascende a 115.573.125 Euros e 119.567.652 Euros. A emissão de papel comercial tem montante máximo de 125.000.000 Euros.

As receitas emergentes dos créditos cedidos são integralmente distribuídas pelo Invest Finance 1 FTC à Invest Finance 1 Portugal BV (Invest Finance BV), após dedução das comissões, despesas e encargos previstos no regulamento de gestão do Fundo. Desta forma, o risco de crédito inerente à posse dos créditos é reflectido no Invest Finance, na sua qualidade de detentor da totalidade das unidades de titularização emitidas pelo Invest Finance 1 FTC.



No âmbito desta operação o Banco realizou uma aplicação subordinada junto do Invest Finance 1 Portugal BV, que corresponde a uma “*Cash reserve account*”, cuja finalidade consiste em compensar qualquer insuficiência dos valores recebidos pelo Invest Finance BV para fazer face aos pagamentos devidos aos detentores do papel comercial. A aplicação deve corresponder a pelo menos 7% do montante da carteira de crédito cedidos. Esta aplicação tem uma remuneração mensal, que corresponde essencialmente aos valores das receitas da Invest Finance BV após dedução de todas as despesas decorrentes das operações da sociedade. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta aplicação ascendia a 10.565.552 Euros e 10.056.879 Euros, respectivamente.

Dado a estrutura das operações realizadas implicar a manutenção pelo Banco da maior parte dos riscos associados à carteira de créditos cedidos e dos resultados gerados pela mesma, os créditos cedidos não foram desreconhecidos e as entidades de finalidade especial constituídas no âmbito das operações são incluídas no perímetro de consolidação do Banco. As obrigações emitidas no âmbito destas operações encontram-se registadas na rubrica “Responsabilidades representadas por títulos” (Nota 20).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos residuais do crédito sobre clientes, incluindo o crédito securitizado e excluindo o crédito titulado e o crédito vencido, apresentam a seguinte composição:

	2010	2009
Até três meses	10.560.014	14.142.440
De três meses a um ano	19.692.689	27.865.344
De um ano a cinco anos	18.415.760	86.432.973
Mais de cinco anos	184.928.476	124.055.227
	233.596.939	252.495.984

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a antiguidade do crédito vencido tem a seguinte composição:

	2010	2009
Até três meses	1.099.141	310.018
De três meses a um ano	2.214.404	5.213.573
Mais de um ano	11.945.629	11.239.517
	15.259.174	16.763.108

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o crédito vincendo associado ao crédito vencido com antiguidade superior a 3 meses ascende a 32.503.510 Euros e 26.085.220 Euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a composição do crédito vencido de acordo com o tipo de garantia associada é a seguinte:

	2010	2009
Garantia hipotecária ou locação financeira (propriedade)	13.553.230	15.933.780
Outras garantias reais	218.308	323.267
Garantia pessoal	133.726	266.585
Sem garantia	1.353.910	239.476
	15.259.174	16.763.108



Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a composição do crédito vincendo e vencido e o justo valor das garantias subjacentes de acordo com o tipo de crédito é a seguinte:

2010				
	Vincendo	Vencido	Total	Justo valor das garantias associadas
<i>Crédito a clientes</i>				
Operações de locação financeira imobiliária	104.224.832	4.781.857	109.006.689	182.389.153
Empréstimos a médio e longo prazo	101.365.049	9.927.688	111.292.737	190.026.050
Créditos em conta corrente	20.514.940	331.321	20.846.261	16.440.898
Operações de locação financeira mobiliária	364.795	7.917	372.712	323.965
Outros créditos	4.195.467	210.391	4.405.858	6.829.352
Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	36.938.244	-	36.938.244	-
Descobertos em depósitos à ordem	2.931.857	-	2.931.857	5.285.625
	270.535.184	15.259.174	285.794.358	401.295.043

2009				
	Vincendo	Vencido	Total	Justo valor das garantias associadas
<i>Crédito a clientes</i>				
Operações de locação financeira imobiliária	110.920.230	7.531.583	118.451.813	198.741.663
Empréstimos a médio e longo prazo	110.546.455	8.627.059	119.173.514	221.645.938
Créditos em conta corrente	24.465.331	6.823	24.472.154	17.379.606
Operações de locação financeira mobiliária	382.433	7.790	390.223	398.000
Outros créditos	1.542.374	589.853	2.132.227	2.155.311
Outros Créditos e valores a receber - títulos de dívida	45.574.043	-	45.574.043	-
Descoberto em depósitos à ordem	4.639.161	-	4.639.161	9.148.903
	298.070.027	16.763.108	314.833.135	449. 469.421

A composição da carteira de crédito sobre clientes, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, excluindo o crédito titulado, por sectores de actividade é a seguinte:



2010			
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	60.146.189	3.309.616	63.455.805
Particulares	52.125.707	3.870.093	55.995.800
Actividades imobiliárias	32.502.895	2.230.246	34.733.141
Construção	27.165.247	1.912.162	29.077.409
Indústrias transformadoras	23.400.019	1.243.473	24.643.492
Actividades financeiras e de seguros	14.410.836	1.113.227	15.524.063
Alojamento, restauração e similares	4.825.484	130.163	4.955.647
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	3.500.801	538.262	4.039.063
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	3.204.064	379.874	3.583.938
Outras actividades de serviços	3.254.675	131.006	3.385.681
Actividades de saúde humana e apoio social	2.454.694	40.850	2.495.544
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	2.291.741	3.395	2.295.136
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1.684.396	1.255	1.685.651
Transportes e armazenagem	1.017.783	97.331	1.115.114
Educação	511.575	249.972	761.547
Actividades de organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	596.329	8.250	604.579
Actividades de informação e de comunicação	359.502	-	359.502
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	145.002	-	145.002
Total Crédito	233.596.939	15.259.174	248.856.114

2009			
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	66.750.538	2.637.882	69.388.420
Particulares	54.163.314	4.513.068	58.676.382
Actividades imobiliárias	36.392.350	2.438.810	38.831.160
Construção	31.319.734	2.644.218	33.963.952
Indústrias transformadoras	24.242.599	2.053.757	26.296.356
Actividades financeiras e de seguros	14.324.226	348.818	14.673.044
Alojamento, restauração e similares	5.409.645	1.395.817	6.805.462
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	4.021.588	538.504	4.560.092
Outras actividades de serviços	3.851.263	1.157	3.852.420
Actividades de saúde humana e apoio social	2.575.701	2.793	2.578.494
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	2.330.246	4.155	2.334.401
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2.026.569	155.724	2.182.293
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1.591.196	-	1.591.196
Transportes e armazenagem	1.475.871	2.575	1.478.446
Educação	816.131	23.171	839.302
Actividades de organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	735.000	-	735.000
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	258.486	2.658	261.144
Actividades de informação e de comunicação	211.528	-	211.528
Total Crédito	252.495.985	16.763.108	269.259.092



Por forma a dar cumprimento com os requisitos de divulgação da IAS 17 – Locações, o Banco preparou para a carteira de crédito em operações de locação financeira, com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a reconciliação entre os pagamentos mínimos da locação e o seu valor presente, para cada um dos períodos definidos na norma, e que apresenta no seguinte quadro:

	2010	2009
<i>Pagamentos mínimos da locação</i>		
Até 1 ano	14.240.396	14.055.268
Entre 1 ano e 5 anos	44.354.265	43.677.164
Mais de 5 anos	78.321.144	89.713.154
	136.915.805	147.445.586
Rendimentos financeiros não obtidos	(32.326.179)	(36.525.356)
	104.589.626	110.920.230
<i>Valor presente dos pagamentos mínimos da locação</i>		
Até 1 ano	10.039.099	9.751.670
Entre 1 ano e 5 anos	30.810.240	29.106.612
Mais de 5 anos	63.740.287	72.061.948
	104.589.626	110.920.230

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a carteira de operações de locação financeira do Banco não contém contratos cujo valor residual não esteja garantido, nem existem rendas contingentes.

No exercício de 2008, no âmbito da alteração ao IAS 39, o Banco reclassificou activos financeiros das rubricas de “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda” para a rubrica de “Empréstimos e contas a receber” (Nota 41).

Os títulos reclassificados estão registados na rubrica “Crédito a clientes – títulos a receber” e apresentam a seguinte composição por tipo de títulos/sectores de actividade em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	2010	2009
Diversos (<i>Asset-Backed Securities</i>)	29.067.659	35.039.262
Actividades financeiras	4.708.253	5.839.871
Transportes	-	1.897.785
Outros	3.162.333	2.797.125
	36.938.245	45.574.043

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os títulos reclassificados apresentam a seguinte composição de acordo com o prazo até à sua maturidade final:

	2010	2009
Até três meses	2.500.000	499.889
De três meses a um ano	-	987.523
De um ano a cinco anos	13.235.673	11.709.242
Mais de cinco anos	21.202.572	32.377.389
	36.938.245	45.574.043

10. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De residentes		
. Dívida pública portuguesa	14.331.511	-
. Instituições financeiras	7.906.203	6.996.656
De não residentes		
. Dívida pública de não residentes	16.926.044	-
. Instituições financeiras	73.681.958	88.919.381
. Outros	2.939.092	2.916.512
	115.784.809	98.832.549
Juros a receber	2.203.682	887.037
	117.988.490	99.719.586

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o justo valor dos investimentos detidos até à maturidade, incluindo juro corrido, ascendia a 114.026.260 Euros e 100.950.481 Euros, respectivamente (Nota 40).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os investimentos detidos até à maturidade apresentam a seguinte composição de acordo a sua maturidade:

	2010	2009
Até um ano	13.327.732	34.448.873
De um ano a cinco anos	78.704.646	65.270.713
Mais de cinco anos	25.956.112	-
	117.988.490	99.719.586

No exercício de 2008, o Banco transferiu para a carteira de investimentos detidos até à maturidade um conjunto de títulos que estavam registados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda, bem como activos financeiros detidos para negociação ao abrigo da alteração efectuada ao IAS 39 (Nota 41). Adicionalmente o Banco adquiriu alguns títulos no decorrer de 2010, no âmbito da política de investimentos definida internamente.

Os títulos foram registados nesta rubrica por ser intenção do Banco detê-los até à sua maturidade. Adicionalmente, uma vez que parte significativa dos títulos (cerca de 84.500.000 Euros) se vence até 2014 e, tal como descrito na Nota 40, o Banco considera que as suas necessidades de liquidez estão adequadamente cobertas, não é previsível que venha a existir necessidade de alienar os títulos registados nesta categoria. Neste sentido, o Banco considera que tem capacidade de assegurar a detenção destes títulos até à sua maturidade.

11. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009
Activos não correntes detidos para venda:		
. Imóveis	22.517.799	13.191.558
. Imparidade (Nota 21)	(1.564.718)	(985.901)
	20.953.081	12.205.657



O movimento desta rubrica durante os exercícios de 2010 e 2009 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2009					31 de Dezembro de 2010		
	Valor		Aquisições	Alienações	Reposições /(Dotações) de Imparidade	Valor		Valor líquido
	Bruto	Imparidade				Bruto	Imparidade	
	(Nota 21)					(Nota 21)		
Imóveis	13.191.558	(985.901)	12.299.806	(2.973.565)	(578.817)	22.517.799	(1.564.718)	20.953.081

	31 de Dezembro de 2008					31 de Dezembro de 2009		
	Valor		Aquisições	Alienações	Reposições / (Dotações) de Imparidade	Valor		Valor líquido
	Bruto	Imparidade				Bruto	Imparidade	
	(Nota 21)					(Nota 21)		
Imóveis	7.985.564	(349.464)	6.580.917	(1.374.923)	(636.437)	13.191.558	(985.901)	12.205.657

No exercício de 2010 o Fundo Tejo adquiriu um imóvel à Lote 12, S.A. (entidade indirectamente controlada pelo accionista maioritário do Banco) por cerca de 4.500.000 Euros, correspondente ao mínimo entre os valores de avaliação apurados por duas entidades especializadas.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os activos não correntes detidos para venda apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pelo Grupo:

2010			
Ano de aquisição	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
anterior a 2005	796.157	(97.472)	698.685
2005	486.042	(113.899)	372.143
2006	740.744	(75.557)	665.187
2007	1.038.489	(51.324)	987.164
2008	995.990	(25.755)	970.235
2009	4.596.792	(567.423)	4.029.369
2010	13.863.585	(633.288)	13.230.297
	22.517.799	(1.564.718)	20.953.081

2009			
Ano de aquisição	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
anterior a 2004	796.157	(40.208)	755.949
2004	662.885	(112.885)	550.000
2005	410.496	(96.122)	314.374
2006	824.024	(38.133)	785.891
2007	1.126.056	(50.609)	1.075.447
2008	3.058.589	(63.473)	2.995.116
2009	6.313.352	(584.471)	5.728.881
	13.191.558	(985.901)	12.205.657

Os imóveis em carteira com antiguidade superior a um ano correspondem a imóveis que apesar da actividade comercial desenvolvida pelo Banco para proceder à sua venda imediata, ainda não foram alienados, devido essencialmente à conjuntura actual do mercado imobiliário. O Banco continua a desenvolver esforços no sentido destes imóveis serem alienados a curto prazo.



Durante o exercício de 2010, o Grupo registou ganhos líquidos com a alienação de imóveis recebidos em dação no montante total de 150.680 Euros (perdas líquidas de 40.734 Euros em 2009 - Nota 35).

12. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

2010							
Descrição	31 de Dezembro de 2009		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Alienações e abates	Valor líquido 31-12-2010
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					
Imóveis -							
. De serviço próprio	705.226	(144.458)	-	-	(11.471)	-	549.297
. Despesas em edifícios arrendados	1.444.805	(698.225)	289.300	78.583	(99.758)	-	1.014.705
	2.150.031	(842.683)	289.300	78.583	(111.229)	-	1.564.002
Equipamento -							
. Mobiliário e material	324.219	(212.957)	14.283	-	(21.075)	-	104.470
. Máquinas e ferramentas	94.510	(74.066)	3.062	-	(4.576)	-	18.930
. Equipamento informático	743.664	(662.852)	31.103	-	(56.231)	-	55.684
. Instalações interiores	426.543	(288.867)	89.140	-	(21.722)	(61)	205.034
. Material de transporte	834.183	(576.042)	573.601	-	(176.258)	(8.897)	646.587
. Equipamento de segurança	26.155	(12.925)	-	-	(2.201)	-	11.029
	2.449.274	(1.827.709)	711.190	-	(282.063)	(8.958)	1.041.734
Outros activos tangíveis -							
. Património artístico	7.364	-	-	-	-	-	7.364
Activos tangíveis em curso	78.582	-	116.437	(78.583)	-	-	116.436
	4.685.251	(2.670.392)	1.116.927	-	(393.292)	(8.958)	2.729.536



2009							
Descrição	31 de Dezembro de 2008		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Alienações e abates	Valor líquido 31-12-2009
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					
Imóveis -							
. De serviço próprio	705.226	(131.818)	-	-	(12.640)	-	560.768
. Despesas em edifícios arrendados	1.108.855	(637.874)	335.950	-	(60.351)	-	746.580
	1.814.081	(769.692)	335.950	-	(72.991)	-	1.307.348
Equipamento -							
. Mobiliário e material	287.813	(194.105)	36.406	-	(18.852)	-	111.263
. Máquinas e ferramentas	87.331	(68.638)	7.179	-	(5.427)	-	20.445
. Equipamento informático	713.529	(593.784)	30.136	-	(70.505)	-	79.376
. Instalações interiores	346.920	(270.249)	79.622	-	(17.182)	-	139.111
. Material de transporte	932.428	(592.702)	111.508	-	(180.509)	(12.584)	258.141
. Equipamento de segurança	18.132	(11.326)	8.023	-	(1.599)	-	13.230
	2.386.153	(1.730.805)	272.874	-	(294.074)	(12.584)	621.565
Outros activos tangíveis -							
. Património artístico	7.364	-	-	-	-	-	7.364
Activos tangíveis em curso	4.209	-	74.374	-	-	-	78.583
	4.211.807	(2.500.496)	683.198	-	(367.065)	(12.584)	2.014.859

13. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

2010						
Descrição	31 de Dezembro de 2009		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor Líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				
Activos intangíveis						
. Software	996.846	(802.863)	34.563	58.637	(126.371)	160.812
. Activos intangíveis em curso	390.397	-	361.623	(58.637)	-	693.383
	1.387.243	(802.863)	396.186	-	(126.371)	854.195
2009						
Descrição	31 de Dezembro de 2008		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor Líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				
Activos intangíveis						
. Software	854.436	(695.682)	142.410	-	(107.181)	193.983
. Activos intangíveis em curso	47.837	-	342.561	-	-	390.398
	902.273	(695.682)	484.971	-	(107.181)	584.381

Em 31 de Dezembro de 2010, os activos intangíveis em curso referem-se a despesas incorridas no desenvolvimento do novo site de internet do Banco, que incluirá uma plataforma de negócio para os clientes do Banco.

14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 eram os seguintes:

	2010	2009
<i>Activos por impostos diferidos</i>		
. Por prejuízos fiscais	194.085	2.829.380
. Por outras diferenças temporárias	3.841.218	1.531.821
	4.035.303	4.361.201
<i>Passivos por impostos diferidos</i>		
. Por diferenças temporárias	(225.889)	(232.430)
	3.809.414	4.128.771
<i>Activos por impostos correntes</i>		
. Imposto imputado	(200.428)	-
. Pagamentos por conta	371.427	168.631
	170.999	168.631
<i>Passivos por impostos correntes</i>		
. Imposto imputado	(27.325)	(416.721)
. Retenções na fonte	-	350
. Imposto imputado - derrama estadual	(224.989)	-
	(252.314)	(416.371)
Imposto sobre o rendimento a pagar/(receber)	(81.315)	(247.740)

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. As principais situações geradoras desses ajustamentos estão relacionadas com as Provisões, nomeadamente: (i) no âmbito do artigo 35º-A do Código de IRC não são aceites como custo fiscal do exercício as provisões para risco específico e risco-país no que respeita a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis, e (ii) de acordo com as disposições do artigo 34º do Código de IRC, não são consideradas como custo fiscal as provisões para riscos gerais de crédito.

Adicionalmente, no exercício de 2008, o Banco alterou o procedimento no que se refere ao reconhecimento fiscal das mais e menos valias potenciais registadas na Reserva de justo valor, respeitantes a instrumentos de dívida e unidades de participação em fundos de investimento, passando a considerá-las como custo ou proveito fiscal no momento em que são geradas.





O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

2010				
	Saldo em 31.12.2009	Variação em Resultados	Variação em Reservas	Saldo em 31.12.2010
. Diferencial entre imparidade e provisões deduzidas fiscalmente nas contas individuais:				
- Provisões para crédito	1.390.129	323.588	-	1.713.717
- Provisões para risco país	(170.314)	(55.575)	-	(225.889)
. Valorização de derivados de negociação nas contas consolidadas	120.306	7.672	-	127.978
. Ajustamentos de transição para NCA	(35.380)	35.380	-	-
. Mais valias em títulos detidos para negociação	644	(644)	-	-
. Imparidade de títulos	-	447.679	-	447.679
. Activos disponíveis para venda - Reserva de justo valor				
. Por prejuízos fiscais	142.925	-	(142.925)	-
. Outros activos por impostos diferidos	21.386	-	1.530.458	1.551.844
. Por prejuízos fiscais	2.686.455	(2.492.370)	-	194.085
. Encargos com impostos diferidos - IRS de negociação	(27.380)	27.380	-	-
	4.128.771	(1.706.890)	1.387.533	3.809.414
2009				
	Saldo em 31.12.2008	Variação em Resultados	Variação em Reservas	Saldo em 31.12.2009
. Diferencial entre imparidade e provisões deduzidas fiscalmente nas contas individuais:				
- Provisões para crédito	1.180.639	209.490	-	1.390.129
- Provisões para risco país	(171.141)	827	-	(170.314)
. Valorização de derivados de negociação nas contas consolidadas	-	120.306	-	120.306
. Provisões para imóveis recuperados	34.307	(34.307)	-	-
. Ajustamentos de transição para NCA	(69.902)	34.522	-	(35.380)
. Mais valias em títulos detidos para negociação	429	214	-	643
. Provisões para outros riscos e encargos	397.133	(397.133)	-	-
. Activos disponíveis para venda - Reserva de justo valor				
. Por prejuízos fiscais	2.646.363	-	(2.503.438)	142.925
. Outros activos por impostos diferidos	307.605	-	(286.219)	21.386
. Por prejuízos fiscais	6.254.329	(3.567.874)	-	2.686.455
. Encargos com impostos diferidos - IRS de negociação	(54.760)	27.380	-	(27.380)
	10.525.002	(3.606.575)	(2.789.657)	4.128.771

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como segue:



	2010	2009
<i>Impostos correntes</i>	458.169	427.976
<i>Impostos diferidos</i>		
Prejuízos fiscais reportáveis	2.366.595	3.567.874
Registo e reversão de diferenças temporárias	(659.705)	38.701
	1.706.890	3.606.575
Total de impostos reconhecidos em resultados	2.165.059	4.034.551
Resultados antes de impostos e interesses minoritários	9.377.146	9.150.020
Carga fiscal	23,09%	44,10%

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quanto a exercícios de reporte de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é de seis anos. Deste modo, as declarações fiscais do Banco e da Invest Gestão de Activos relativas aos anos de 2007 a 2010 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria colectável a eventuais correcções.

Contudo, na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que ocorra qualquer correcção com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.



A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2010 e 2009 pode ser demonstrada como segue:

	2010		2009	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		9.377.146		9.150.020
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	2.484.944	26,50%	2.424.755
Derrama Estadual	2,40%	224.989	2,43%	222.601
Imparidades não aceites fiscalmente	3,58%	335.677	7,14%	653.380
Imparidades para títulos não aceites fiscalmente	(4,77%)	(447.679)	5,00%	457.125
Custos não aceites fiscalmente:				
Seguros	0,11%	10.254	0,11%	9.900
Reintegrações	0,05%	4.772	0,09%	8.045
Correcções por crédito de imposto	0,02%	2.021	0,02%	1.646
Benefícios fiscais	(0,06%)	(5.741)	(0,04%)	(3.615)
Mais e menos valias	(0,20%)	(18.522)	(0,07%)	(6.439)
Tributação autónoma	0,43%	40.406	0,38%	35.008
Outros	(4,97%)	(466.062)	2,54%	232.145
	23,09%	2.165.059	44,10%	4.034.551

15. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
<i>Devedores e outras aplicações</i>		
Devedores por operações sobre futuros	1.985.166	962.058
Outros devedores diversos	58.401	77.963
	2.043.567	1.040.021
<i>Outros activos</i>		
Ouro e Outros Metais Preciosos	41.525	-
<i>Rendimentos a receber</i>		
Comissões	302.280	309.331
<i>Despesas com encargo diferido</i>		
Despesas com operação de securitização – Conduit	235.137	308.137
Rendas	58.651	43.848
Seguros	19.702	19.061
Outras	72.016	149.954
	385.506	521.000
<i>Outras contas de regularização</i>		
Operações fora de bolsa a liquidar	129.242	10.871
Operações de bolsa a liquidar	1.157.519	2.123.631
Outras	4.300.882	417.314
	5.587.643	2.551.816
	8.360.521	4.422.168

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas “Operações de Bolsa a liquidar” e “Operações fora de bolsa a liquidar” correspondem a transacções efectuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.



16. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Recursos do Banco de Portugal	182.500.000	90.000.000
Juros a pagar	156.666	292.361
	182.656.666	90.292.361

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica “Recursos do Banco de Portugal” corresponde a recursos obtidos por desconto de títulos junto do Banco Central Europeu.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos residuais dos recursos obtidos junto do Banco de Portugal, apresentavam a seguinte estrutura:

	2010	2009
Até três meses	182.500.000	10.000.000
De três meses a um ano	-	80.000.000
	182.500.000	90.000.000

Os recursos obtidos junto do Banco de Portugal em vigor em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 têm como garantia associada o penhor de títulos da carteira própria do Banco (Nota 23).

17. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica refere-se a derivados registados ao justo valor por contrapartida de resultados e apresenta a seguinte composição:

	2010	2009
Swaps		
. De divisas	892	-
. De taxa de juro	180.891	211.846
. Sobre eventos de crédito	265.714	113.906
Opções	97.126	69.949
	544.623	395.701



18. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Depósitos a prazo e outros recursos:		
. Instituições de crédito no país	28.359.775	71.000.003
. Instituições de crédito no estrangeiro	2.162.174	21.277.252
	30.521.949	92.277.255
Encargos a pagar:		
. Juros de recursos de instituições de crédito no país	169.068	221.418
. Juros de recursos de instituições de crédito no estrangeiro	648	26.674
. Despesas com encargo diferido	-	(5.375)
	169.716	242.717
	30.691.665	92.519.972

Nos recursos de instituições de crédito no país em 31 de Dezembro de 2009 consta um empréstimo de mútuo com a Caixa de Geral de Depósitos no montante de 25.000.000 Euros garantido pelo Estado Português no âmbito da Lei 60-A/2008, de 20 de Outubro de 2008. Em Janeiro de 2010 o Banco reembolsou a totalidade do empréstimo.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos residuais dos recursos de outras instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	2010	2009
Até três meses	30.521.949	61.277.255
De três meses a um ano	-	31.000.000
	30.521.949	92.277.255

Os recursos de instituições de crédito no estrangeiro em vigor em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 incluem 2.162.174 Euros e 14.277.252 Euros, respectivamente, que têm como garantia associada o penhor de títulos da carteira própria do Banco (Nota 23).

19. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS



Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
À vista:		
. Depósitos à ordem	16.287.883	15.870.495
A prazo:		
. Depósitos a prazo	85.115.004	76.704.683
. Depósitos estruturados	6.684.831	5.788.266
	91.799.835	82.492.949
	108.087.718	98.363.444
Encargos a pagar:		
. Juros de recursos de clientes	607.511	735.693
	108.695.229	99.099.137

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos residuais dos recursos a prazo de clientes, apresentavam a seguinte estrutura:

	2010	2009
Até três meses	56.677.265	58.138.984
De três meses a um ano	33.103.816	22.091.753
De um a cinco anos	2.018.754	2.210.143
A mais de cinco anos	-	52.069
	91.799.835	82.492.949



20. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Obrigações de Caixa Banco Invest 2009 – 1ª Emissão	25.000.000	25.000.000
“Floating rate notes” emitidas pelo AR Finance 1, plc (Nota 9)		
· Classe A	15.309.630	24.241.905
· Classe B	35.500.000	35.500.000
	50.809.630	59.741.905
“Variable funding loan notes” emitidas pela Invest Finance 1 Portugal B.V.	115.164.150	118.921.069
Juros a pagar	105.860	84.389
Despesas incluídas no custo amortizado	(111.772)	(148.024)
	190.967.868	203.599.339

As Obrigações de Caixa Banco Invest 2009 – 1ª Emissão foram emitidas em 5 de Fevereiro de 2009, no montante de 25.000.000 Euros por oferta particular, por um prazo de três anos, a amortizar no respectivo vencimento.

Este empréstimo obrigacionista encontra-se garantido pelo Estado Português nos termos definidos na Lei 60-A/2008 de 20 de Outubro.

Os juros serão pagos trimestral e postecipadamente em 5 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro de cada ano. A taxa de juro é igual à Euribor a três meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior à data de início de cada período trimestral de contagem de juros, adicionada de 1,45%.

21. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco Invest durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	2010			
	Saldos em 31-12-2009	Dotações líquidas	Utilizações	Saldos em 31-12-2010
Provisões	500.000	-	-	500.000
Imparidade do crédito a clientes (Nota 9)	9.938.085	104.308	(24.431)	10.017.962
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	7.043.846	(908.868)	(1.497.572)	4.637.406
Imparidade de outros activos:				
- Activos não correntes detidos para venda (Nota 11)	985.901	578.817	-	1.564.718
	18.467.832	(225.743)	(1.522.003)	16.720.086



	2009				Saldos em 31-12-2009
	Saldos em 31-12-2008	Dotações líquidas	Utilizações	Outros movimentos	
Provisões	1.498.616	(26.177)	(972.439)	-	500.000
Imparidade do crédito a clientes (Nota 9)	7.732.452	2.208.342	-	(2.709)	9.938.085
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	7.888.592	(843.672)	-	(1.074)	7.043.846
Imparidade de outros activos:					
- Activos não correntes detidos para venda (Nota 11)	349.464	636.437	-	-	985.901
	17.469.124	1.974.930	(972.439)	(3.783)	18.467.832

22. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
<i>Credores e outros recursos</i>		
Credores por operações sobre futuros	556.471	52.320
Sector Público Administrativo		
. Iva a pagar	126.550	105.815
. Retenção de impostos na fonte	312.564	180.347
. Contribuições para a Segurança Social	74.439	66.803
Cobranças por conta de terceiros	612.675	782.175
Credores diversos		
. Outros credores	978.239	806.286
	2.660.938	1.993.746
<i>Encargos a pagar</i>		
Por gastos com pessoal		
. Provisão para férias e subsídio de férias	543.852	525.752
Por gastos gerais administrativos	19.606	18.947
Outros	48.883	52.733
	612.341	597.432
<i>Outras contas de regularização</i>		
Operações fora de bolsa a liquidar	129.135	10.638
Operações de bolsa a liquidar	1.159.883	2.019.507
Outras operações a regularizar	279.135	29.781
	1.568.153	2.059.926
	4.841.432	4.651.104

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas "Operações de Bolsa a liquidar" correspondem a transacções efectuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.



23. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os passivos contingentes e compromissos encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2010	2009
<i>Garantias prestadas e outros passivos eventuais:</i>		
Garantias e avales prestados	3.042.132	2.766.407
Activos dados em garantia	222.961.625	172.671.217
	226.003.757	175.437.624
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
Responsabilidades por prestação de serviços		
· Activos cedidos em operações de titularização		
Crédito à habitação	2.930.680	3.296.371
Crédito hipotecário	78.715.618	86.219.858
Leasing imobiliário	92.015.258	97.539.681
· Outros valores		
Gestão de carteiras	1.697.428	2.083.231
Clientes - Acções	108.474.883	116.681.736
Clientes - Obrigações diversas	20.250.825	11.030.178
Clientes - Outros	212.072	122.757
Fundos - Alves Ribeiro	26.261.428	28.147.437
	330.558.193	345.121.249
	556.561.950	520.558.873

A rubrica "Activos dados em garantia" diz respeito a títulos entregues pelo Banco como garantia de tomadas de fundos realizadas com Bancos Centrais ou outras Instituições de Crédito. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica inclui, respectivamente, 220.461.625 Euros e 154.171.217 Euros de títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (Nota 16).

24. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

Entidade	Número de acções	Montante	%
Alves Ribeiro - IF, SGPS, S.A. (Acções Ordinárias)	9.381.000	46.905.000	78,83%
Alves Ribeiro - IF, SGPS, S.A. (Acções Preferenciais)	2.400.000	12.000.000	20,17%
Outros	119.000	595.000	1,00%
	11.900.000	59.500.000	100%

Em 2 de Dezembro de 2008 o Banco efectuou um aumento de capital, através da emissão de 2.400.000 acções preferenciais remíveis ao valor nominal de 5 Euros, tendo sido subscrito e realizado na totalidade pelo accionista Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A..

As acções preferenciais remíveis sem data fixa, são susceptíveis de pagamento de dividendos prioritários a deliberar em Assembleia Geral, que correspondem a 7% do seu valor nominal. Este dividendo só poderá ser liquidado, caso existam fundos distribuíveis de acordo com o normativo aplicável e caso o seu pagamento não implique o não cumprimento dos requisitos de capital do Banco. O pagamento do dividendo prioritário será efectuado, anual e postecipadamente, no dia 30 de Junho de cada ano.

Nos exercícios de 2010 e 2009 o Banco não distribuiu dividendos aos accionistas.

25. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCICIO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2010	2009
<i>Reservas de reavaliação</i>		
. Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda	(9.461.473)	(3.753.680)
. Reservas por impostos diferidos e correntes		
De activos financeiros disponíveis para venda	2.380.974	993.441
	(7.080.499)	(2.760.239)
Reserva legal	1.102.078	1.102.079
Reserva livre	9.012.951	9.012.951
Reserva de fusão	574.221	574.220
Resultados transitados	(12.754.876)	(17.816.995)
	(2.065.626)	(7.127.745)
Resultado do exercício	7.212.087	5.115.469
	(1.934.038)	(4.772.515)





Reservas de reavaliação

Reservas de justo valor

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as reservas de justo valor incluem cerca de 1.372.000 Euros e 2.140.000 Euros, respectivamente, de menos valias em títulos reclassificados de Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Investimentos detidos até à maturidade e de Empréstimos e contas a receber (Nota 41). Este montante encontra-se a ser reconhecido em resultados de acordo com o método da taxa efectiva até à maturidade dos correspondentes títulos.

Reserva legal

De acordo com a legislação em vigor, o Banco deverá destinar uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. A reserva legal não está disponível para distribuição, excepto em caso de liquidação do Banco, podendo apenas ser utilizada para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, após esgotadas as demais reservas.

Reserva de fusão

Em 22 de Dezembro de 2004 foi realizada a escritura de fusão, por incorporação no Banco, da Probolsa – Sociedade Corretora S.A. (Probolsa). Na sequência deste processo, a sociedade incorporada foi extinta, tendo sido transferidos para o Banco a totalidade dos seus direitos e obrigações. A fusão produziu efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 2004, tendo os activos e passivos da Probolsa sido transferidos para o Banco com base no respectivo valor líquido de Balanço nessa data. A diferença entre o valor contabilístico dos activos e passivos transferidos e o valor de balanço da participação detida pelo Banco no capital da Probolsa foi registada na rubrica “Reserva de Fusão”. Esta reserva não está disponível para distribuição, excepto em caso de liquidação do Banco, podendo apenas ser utilizada para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, após esgotadas as demais reservas.

Nos exercícios de 2010 e 2009, o resultado consolidado do Banco foi apurado da seguinte forma:



	2010	2009
<i>Resultados individuais:</i>		
Banco Invest	6.234.346	5.493.941
Invest Gestão de Activos	84.458	54.065
AR Finance 1, plc	(612.401)	(858.817)
AR Finance 1, FTC	(161.282)	(617)
Invest Finance FTC	(879.079)	290.663
Invest Finance BV	17.200	17.200
Fundo Tejo	(84.555)	14.014
	4.598.687	5.010.449
<i>Ajustamentos, líquidos de efeitos fiscais:</i>		
Diferenças entre NCA e IAS/IFRS (imparidade)	1.923.449	474.847
Anulação de movimentos registados nas contas individuais:		
Provisão para crédito vencido do AR Finance 1, FTC	161.282	617
Provisão para crédito vencido do Invest Finance 1, FTC	890.210	(465.208)
Outros ajustamentos:		
Correcção no consolidado da amortização dos custos de montagem da operação de titularização	92.888	83.567
Outros	(465.852)	58.480
Resultados após impostos e antes de interesses minoritários	7.200.664	5.162.752
Resultado atribuível a interesses minoritários	11.423	(47.283)
Resultado consolidado do exercício	7.212.087	5.115.469

26. INTERESSES MINORITÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	1.009.194	1.095.003
Invest Finance 1 Portugal B.V.	18.000	18.000
	1.027.194	1.113.003



27. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Juros de disponibilidades	21.581	32.059
Juros de aplicações em instituições de crédito	11.904	45.054
Juros de crédito a clientes:		
. Crédito interno	3.159.387	3.099.779
. Crédito ao exterior	2.152	702
. Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	1.489.922	2.154.420
. Activos titularizados	7.095.964	10.210.842
Juros de crédito vencido	663.867	519.689
Juros de activos financeiros detidos para negociação:		
. Títulos	1.397.490	788.863
. Instrumentos derivados	1.946.305	497.619
Juros de activos financeiros disponíveis para venda:		
. Títulos	3.353.564	3.286.404
Juros de investimentos detidos até à maturidade	3.568.717	3.960.054
Juros de devedores e outras aplicações	15.917	271.145
	22.726.770	24.866.630

28. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Juros de recursos de bancos centrais	1.479.507	1.739.646
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
. no país	1.071.560	2.008.677
. no estrangeiro	192.999	382.182
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	2.086.116	2.372.444
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	2.556.179	3.154.757
Juros de passivos financeiros de negociação		
. Instrumentos financeiros derivados	253.954	609.637
Outros juros e encargos similares	423.136	372.783
	8.063.451	10.640.126

29. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos de acções registadas em Activos financeiros disponíveis para venda.

30. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Por garantias prestadas	43.987	37.871
Por serviços prestados	1.087.109	731.593
Por operações realizadas por conta de terceiros	1.284.104	1.592.673
	2.415.200	2.362.137

31. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Por garantias recebidas	73	37
Por operações de crédito	104.346	132.947
Por serviços bancários e operações realizadas por terceiros	356.602	463.916
Outras comissões pagas	36.743	37.679
	497.764	634.579





32. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
<i>Títulos</i>		
Emitidos por residentes		
. Obrigações	352.646	641.656
. Acções	19.215	(14.572)
Emitidos por não residentes		
. Obrigações	428.427	797.078
. Acções	27.444	12.136
. Outros instrumentos de capital	(22.671)	256
	805.061	1.436.554
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>		
. Swaps		
Divisas	(20.857)	7.747
Swaps de taxa de juro	(108.162)	632.484
Crédito	(374.905)	2.111.209
. Futuros		
Sobre taxas de juro	(1.854.397)	(141.431)
Sobre cotações	71.547	376.804
Divisas	64.189	19.188
Outros	(1.210)	(397)
. Opções		
Divisas	-	2.540
Sobre taxa de juro	(44.585)	(875)
Sobre cotações	(23.728)	(55.955)
	(2.292.108)	2.951.314
	(1.487.047)	4.387.868



33. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De residentes		
. Dívida pública portuguesa	385.908	505
. Outras obrigações	368.876	-
De não residentes		
. Emissores públicos estrangeiros	12.031	7.333
. Outras obrigações	520.591	(1.718.078)
<i>Instrumentos de capital</i>		
De residentes		
. Acções	9.874	-
. Outros	-	(465)
De não residentes		
. Acções	157.897	(16.780)
. Outros	-	61.499
	1.455.177	(1.665.986)

34. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios de 2010 e 2009, o saldo desta rubrica corresponde integralmente aos resultados apurados na reavaliação das posições à vista em moeda estrangeira mantidas pelo Banco.

35. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Nos exercícios de 2010 e 2009 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Investimentos detidos até à maturidade	115.998	(409.537)
Activos não financeiros	286.547	(46.162)
Outros activos	-	6.230
	402.545	(449.469)

No exercício de 2010 a rubrica "Investimentos detidos até à maturidade" inclui resultados obtidos de 115.998 Euros com amortizações de títulos que atingiram a respectiva maturidade. O valor reconhecido em proveitos correspondente ao diferimento da convergência para o valor nominal que não tinha sido registado na data de amortização do título.

Em 31 de Dezembro de 2009 a rubrica "Investimentos detidos até à maturidade" inclui os resultados obtidos com a alienação de um título classificado nesta carteira, após ter existido uma redução significativa na sua graduação de risco (rating).

A rubrica "Activos não financeiros" inclui ganhos líquidos de 150.680 Euros em 2010, e perdas líquidas de 40.734 Euros em 2009, resultantes da alienação de activos não correntes detidos para venda (Nota 11).



36. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
<i>Outros rendimentos de exploração</i>		
Outros rendimentos e receitas operacionais:		
. Reembolso de despesas	47.486	167.154
. Ganhos na alienação de empresas participadas	-	140.256
. Rendimentos da prestação de serviços diversos	2.160	2.215
. Outros	6.216	144.818
	55.862	454.443
<i>Outros encargos de exploração</i>		
Outros impostos:		
. Impostos directos	13.444	4.813
Outros encargos e perdas operacionais:		
. Quotizações e donativos	49.946	32.352
. Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	20.000	17.500
. Outros encargos e gastos operacionais	61.493	58.793
	144.883	113.458
	(89.021)	340.985

37. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Salários e vencimentos		
. Órgãos de Gestão e Fiscalização	591.501	592.711
. Empregados	3.108.054	2.783.186
	3.699.555	3.375.897
Encargos sociais obrigatórios		
. Encargos relativos a remunerações:		
. . Segurança Social	649.571	617.819
. Outros encargos sociais obrigatórios:		
. . Outros	25.219	19.768
	674.790	637.587
Outros custos com pessoal:		
. Outros	87.643	70.432
	4.461.988	4.083.916

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de efectivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respectivas categorias profissionais, era o seguinte:



	2010	2009
Administradores	6	6
Directores e chefias	15	15
Quadros técnicos	83	73
Administrativos	5	5
	109	99

38. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Com fornecimentos	217.065	157.655
Com serviços	1.595.443	1.373.660
Com serviços especializados	740.757	715.447
Outros serviços de terceiros	647.519	714.499
	3.200.784	2.961.261

Os honorários do Revisor Oficial de Contas relativos à Revisão Legal das Contas e trabalhos decorrentes dessa função requeridos por regulamentação das entidades de supervisão no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 ascenderam a 68.000 Euros. Foram ainda facturados serviços de consultoria fiscal no total de 33.375 Euros.

39. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco Invest as entidades pertencentes ao Grupo Alves Ribeiro e a colaboradores pertencentes aos órgãos sociais do Banco.

Saldos com entidades relacionadas, excluindo órgãos sociais

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os principais saldos com entidades relacionadas são os seguintes:

	2010	2009
<i>Activos financeiros disponiveis para venda</i>		
Fundo Inspirar	3.320.344	3.323.385
<i>Crédito a clientes</i>		
Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	2.661.000	4.013.580
Monvest, SGPS, S.A.	783.452	608.452
Us Motor	1.113.011	1.233.011
<i>Recursos de clientes</i>		
Fundo Inspirar	816.365	2.679.890
Mundicenter, SGPS, S.A.	9.396.772	6.012.000
Alves Ribeiro, SGPS	6.071.899	6.175.371



Transacções com entidades relacionadas, excluindo órgãos sociais

Nos exercícios de 2010 e 2009, os principais saldos da demonstração de resultados com entidades relacionadas são os seguintes:

	2010	2009
<i>Juros e rendimentos similares</i>		
Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	92.742	144.330
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.	-	21.519
Monvest - SGPS, S.A.	19.359	68.232
Us Motor	27.066	30.809
<i>Juros e encargos similares</i>		
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.	424.832	236.753
Fundo Inspirar	42.065	17.908
<i>Rendimentos de serviços e comissões</i>		
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.	835	835
<i>Gastos gerais administrativos</i>		
Alrisa	305.701	397.357

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Conforme descrito na Nota 11, no exercício de 2010 o Fundo Tejo adquiriu um imóvel à Lote 12, S.A. (entidade indirectamente controlada pelo accionista maioritário do Banco) por cerca de 4.500.000 Euros, correspondente ao mínimo entre os valores de avaliação apurados por duas entidades especializadas.

Colaboradores pertencentes aos órgãos sociais

À data de 31 de Dezembro de 2010 o montante de empréstimos concedidos a membros do Conselho de Administração é de 657.642 Euros, tendo sido aplicadas as mesmas condições aos restantes colaboradores.

Política de Remuneração

A Comissão de Remunerações, constituída por três representantes dos accionistas e eleita em Assembleia Geral, determina a política de remunerações dos membros dos órgãos sociais do Banco Invest, bem como os esquemas de segurança social e de outras prestações suplementares.

A política de remunerações foi submetida a aprovação da Assembleia Geral, assim consignando o desejável alinhamento de interesses entre os membros dos órgãos sociais e a sociedade, traduzindo-se sumariamente no seguinte:

- A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração comporta uma parte fixa e uma eventual parte variável;
- A componente variável, que não pode exceder 5% dos lucros do exercício, depende da obtenção de resultados consentâneos, da devida remuneração dos capitais próprios e da efectiva criação de valor, assim assegurando a sustentabilidade do modelo de negócio a médio e longo prazo;
- Quando existente, a componente variável é apurada com base nas demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício anterior;
- Não se encontrava vigente, no exercício de 2010, qualquer plano de atribuição de acções ou de opção para a sua aquisição que abrangesse membros dos órgãos de administração ou de fiscalização;
- Os membros não executivos do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração, fixa ou variável, termos em que as alíneas precedentes se têm como não aplicáveis.

O montante anual da remuneração auferida pelos membros executivos do Conselho de Administração foi de 594.811 euros.

40. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS



Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco Invest

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco Invest e a sua posição no mercado.

O processo de gestão dos riscos da instituição respeita a devida segregação de funções e a complementaridade da actuação de cada uma das áreas envolvidas. Existe a adequada articulação entre o Comité de Investimentos, a direcção de Crédito e a direcção de Planeamento e Controlo que assegura o cumprimento dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à actividade do Banco.

Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perda de valor do activo do Banco, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade de pessoas singulares ou colectivas de honrar os seus compromissos para com o Banco Invest.

Da identificação, avaliação e acompanhamento e controlo permanente do risco de crédito resulta uma monitorização atempada, que permite antecipar possíveis situações de incumprimento, estando abrangidos os riscos decorrentes de todas as actividades da instituição, tanto a nível de créditos individuais, como a nível da carteira global do Banco.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, pode ser resumida como segue:

	2010		
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
<i>Activos</i>			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	513.793	-	513.793
Disponibilidades em outras instituições de crédito	12.677.400	-	12.677.400
Activos financeiros detidos para negociação:			
- Títulos	40.039.304	-	40.039.304
- Instrumentos financeiros derivados	1.228.910	-	1.228.910
Activos financeiros disponíveis para venda	87.481.374	(4.637.406)	82.843.968
Crédito a clientes:			
- Crédito não representado por valores mobiliários	249.688.914	(9.132.040)	240.556.874
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	37.188.959	(885.922)	36.303.037
Investimentos detidos até à maturidade	117.988.490	-	117.988.490
<i>Outros activos:</i>			
- Devedores e outras aplicações	2.043.567	-	2.043.567
	548.850.711	(14.655.368)	534.195.343
<i>Extrapatrimoniais</i>			
Swaps - eventos de crédito (montante notional)	43.741.955	-	43.741.955
Garantias prestadas	3.042.132	-	3.042.132
	595.634.798	(14.655.368)	580.979.430



2009			
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
<i>Activos</i>			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.584.671	-	1.584.671
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17.291.124	-	17.291.124
Activos financeiros detidos para negociação:			
- Títulos	25.794.048	-	25.794.048
- Instrumentos financeiros derivados	976.681	-	976.681
Activos financeiros disponíveis para venda	69.271.584	(7.043.846)	62.227.738
Crédito a clientes:			
- Crédito não representado por valores mobiliários	270.173.806	(9.255.235)	260.918.571
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	45.860.923	(682.850)	45.178.073
Investimentos detidos até à maturidade	99.719.586	-	99.719.586
<i>Outros activos:</i>			
- Devedores e outras aplicações	962.058	-	962.058
	531.634.481	(16.981.931)	514.652.550
<i>Extrapatrimoniais</i>			
Swaps - eventos de crédito (montante nocional)	45.970.776	-	45.970.776
Garantias prestadas	2.766.407	-	2.766.407
	580.371.664	(16.981.931)	563.389.733

Qualidade de crédito dos activos financeiros sem incumprimentos ou imparidade

O Banco tem instituídos procedimentos que permitem a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo permanente do risco de crédito, que abrange os riscos decorrentes de todas as actividades da instituição, tanto ao nível de créditos individuais como ao nível da carteira global do Banco Invest, antecipando assim possíveis situações de incumprimento.

As propostas de crédito são analisadas pelo Departamento de Crédito, sendo a análise documentada num relatório interno que contém todas as informações necessárias para a avaliação do risco do processo de concessão de crédito. As operações que obtiverem parecer favorável são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração do Banco.

Adicionalmente existem instituídos alguns procedimentos específicos do Banco que garantem o controlo do risco de crédito, nomeadamente:

- Após o surgimento de um incidente de cobrança, ainda que pontual, são despoletados um conjunto de procedimentos automáticos e manuais, instituídos em manual específico, cujo desenvolvimento, fundamentos e desenlace, são alvo de registo e acompanhamento na plataforma informática de controlo de crédito;
- A ocorrência de incidentes de natureza judicial ou de crédito, tendo como intervenientes os clientes do Banco, é monitorizada em permanência, através dos mecanismos da centralização de responsabilidades junto do Banco Central, e da pesquisa em bases de dados legalizadas e regularmente actualizadas. A subscrição de serviços de alertas, ou vigilância permanente, sobre alterações aos relatórios de informação comercial e a sua posterior análise é também uma prática instituída no Banco;
- Para clientes enquadrados em determinado tipo de perfil, definido pela Administração, é feito um acompanhamento anual, com actualização de toda a informação relevante de natureza bancária, comercial e económico-financeira;



- As Direcções Regionais de Crédito e a Administração, fazem o acompanhamento numa base regular, das situações em controlo de crédito, dos procedimentos de recuperação, das acções de natureza judicial ou extra-judicial, bem como, da gestão quotidiana dos activos que vêm à posse do Banco, no exercício de iniciativas cautelares ou de execução judicial (incluindo a sua reavaliação, pelos critérios do valor de mercado, de reposição ou do rendimento, à luz dos parâmetros então em vigor no mercado); e
- Os métodos e procedimentos de análise e notação de risco, que incidem sobre o cliente (actividade, antiguidade na actividade, dimensão, meios afectos, imagem e conceito, tipo de inter-relacionamento com os mercados a montante e a jusante, etc.), sobre a natureza do investimento ou do apoio financeiro a contratar, bem como, dos colaterais a obter, (consistência da avaliação técnica, conformidade do LTV, liquidez potencial, região de implantação, etc.) são sujeitos a sucessiva adaptação, face à experiência concreta acumulada e às envolventes conjunturais existentes em cada momento.

Um dos critérios que o Banco utiliza para análise do risco de crédito da carteira de crédito é a divisão da carteira consoante o número de rendas em atraso. As categorias de risco utilizadas são as seguintes:

- [0,1] – Créditos com zero ou uma renda em atraso;
- [2,3] – Créditos com duas ou três rendas em atraso;
- [4,5] – Créditos com quatro ou cinco rendas em atraso;
- [6,+] – Créditos com seis ou mais rendas em atraso;

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a carteira de crédito do Banco de acordo com as categorias de risco acima identificadas é a seguinte:

2010					
Tipo de contrato	Categoria de risco				Total
	[0,1]	[2,3]	[4,5]	[6,+]	
Contas Correntes	19.263.979	18.064	-	1.654.143	20.936.186
Crédito Imobiliário	65.460.890	5.919.457	5.731.033	11.532.091	88.643.471
Crédito Mútuo	18.698.474	828.332	1.289.953	1.553.053	22.369.812
Leasing Imobiliário	81.935.247	8.197.744	4.289.605	14.493.807	108.916.403
Leasing Mobiliário	364.795	-	-	7.917	372.712
Outros Créditos	2.148.773	1.477.390	630.952	428.558	4.685.673
Descobertos em D.O.	2.931.857	-	-	-	2.931.857
	190.804.015	16.440.987	11.941.543	29.669.569	248.856.114

2009					
Tipo de contrato	Categoria de risco				Total
	[0,1]	[2,3]	[4,5]	[6,+]	
Contas Correntes	24.435.332	-	30.000	6.823	24.472.155
Crédito Imobiliário	76.511.067	3.746.679	3.857.562	13.780.347	97.895.655
Crédito Mútuo	18.767.960	843.737	1.434.888	821.126	21.867.711
Leasing Imobiliário	88.400.544	6.966.670	7.807.049	15.277.549	118.451.812
Leasing Mobiliário	382.433	-	-	7.791	390.224
Outros Créditos	146.880	1.395.494	-	-	1.542.374
Descobertos em D.O.	4.639.161	-	-	-	4.639.161
	213.283.377	12.952.580	13.129.499	29.893.636	269.259.092

Na elaboração destes mapas não foram considerados os títulos registados em crédito a clientes, os juros corridos e as comissões associadas ao crédito.

Os principais colaterais recebidos pelo Banco relativamente aos activos financeiros acima identificados são os seguintes:

- No caso das operações de leasings imobiliários, a garantia efectiva é constituída pela propriedade jurídica do imóvel.
- No caso dos empréstimos de médio e longo prazo, o colateral é geralmente constituído por primeira hipoteca de imóveis de natureza urbana, situação igualmente comum nos financiamentos em regime de conta-corrente.

Em situações pontuais, o Banco obtém igualmente penhores mercantis sobre activos financeiros, constituídos por liquidez ou valores mobiliários cotados em mercados oficiais, bem como, de activos intangíveis líquidos e subordinados a valorização corrente no mercado como, por exemplo, direitos de trespasse sobre estabelecimentos de farmácia.

- Em geral e atendendo à maturidade das operações, independentemente da forma da sua titulação, é usual a prática de obtenção de garantias de natureza pessoal (avales ou fianças).

Os activos adquiridos para operações de locação financeira, ou recebidos em garantia hipotecária, têm salvaguardada a sua integridade em caso de acidente, evento fortuito ou de força maior, por seguro de multi-riscos com os correspondentes direitos a favor do Banco.

Relativamente ao controlo do risco de crédito associado ao mercado de capitais, às transacções em produtos derivados e cambiais, o Banco mantém procedimentos instituídos através do processo de aprovação de investimentos, do controlo do cumprimento das estratégias definidas pela Administração e pelo Comité de Investimento e do acompanhamento regular da composição e evolução da carteira de títulos, que permitem a monitorização adequada do risco de crédito associado aos títulos em carteira.

O Banco procede à reavaliação *mark-to-market*, em cada momento, da sua exposição em produtos derivados, cambiais e mercado de capitais, permitindo assim avaliar a exposição potencial e global em determinado momento e o cumprimento dos limites de exposição definidos por sector e por país.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o risco de crédito associado à carteira de títulos do Banco, pode ser demonstrado através da graduação de risco (rating) atribuída por uma sociedade especializada em avaliação de risco, sendo apresentado da seguinte forma:

	2010										
	Ratings										
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	CC	C	N.R	Total
Activos											
Activos financeiros detidos para negociação	4.772.502	1.549.446	23.507.743	4.581.638	-	597.602	512.235	-	-	4.518.140	40.039.304
Activos financeiros disponíveis para venda	9.287.625	14.170.388	36.069.839	15.445.356	2.597.078	2.664.476	-	-	678.126	1.931.081	82.843.968
Investimentos detidos até à maturidade	22.934.315	4.369.378	78.624.804	7.993.279	4.066.713	-	-	-	-	-	117.988.490
Outros Créditos e Valores Titulados	1.960.621	15.132.820	5.983.314	6.156.874	1.887.961	497.131	4.175.144	509.171	-	-	36.303.037
	38.955.063	35.222.032	144.185.700	34.177.147	8.551.752	3.759.209	4.687.379	509.171	678.126	6.449.221	277.174.799



2009										
	Ratings									
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	CC	C	N.R
Activos										
Activos financeiros detidos para negociação	-	5.231.977	14.357.981	510.979	-	-	1.084.757	-	-	4.608.354
Activos financeiros disponiveis para venda	5.421.653	4.701.942	23.746.172	22.330.648	802.640	1.735.529	-	-	619.156	2.869.998
Investimentos detidos até à maturidade	10.172.510	6.332.966	61.993.012	21.221.098	-	-	-	-	-	-
Outros Créditos e Valores Titulados	9.605.119	11.264.732	6.068.223	12.335.914	2.762.441	2.129.320	-	1.012.324	-	-
	25.199.282	27.531.617	106.165.388	56.398.639	3.565.081	3.864.849	1.084.757	1.012.324	619.156	7.478.352
										232.919.445

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a exposição por país associada à carteira de títulos do Banco, pode ser demonstrada como segue:

	2010				2009			
	Bancos	Dívida Pública	Outros	Total	Bancos	Dívida Pública	Outros	Total
Portugal	27.320.269	32.958.787	-	60.279.056	13.739.803	5.811.032	-	19.550.835
Espanha	35.218.636	10.312.237	1.885.802	47.416.676	21.260.762	-	2.181.824	23.442.586
E.U.A.	35.535.391	-	8.696.693	44.232.084	39.793.572	-	10.980.082	50.773.654
Irlanda	12.507.398	10.320.126	9.421.987	32.249.512	1.306.488	-	10.027.509	11.333.997
Holanda	9.597.932	-	16.730.603	26.328.536	5.715.108	-	21.937.541	27.652.650
Grã-Bretanha	22.223.290	-	3.419.023	25.642.313	14.065.080	-	3.418.428	17.483.508
Alemanha	5.907.453	-	893.969	6.801.422	12.601.590	-	886.388	13.487.978
França	6.208.703	-	-	6.208.703	16.600.985	-	2.154.687	18.755.671
Ilhas Caimão	5.059.632	-	801.452	5.861.084	11.214.143	-	978.427	12.192.570
Grécia	-	5.686.823	-	5.686.823	-	-	-	-
Outros	13.123.027	1.668.544	1.677.020	16.468.590	27.759.373	1.083.453	9.403.170	38.245.996
	172.701.732	60.946.517	43.526.550	277.174.799	164.056.903	6.894.485	61.968.058	232.919.445

Na elaboração destes mapas não foram considerados os instrumentos de capital, os instrumentos financeiros derivados e as provisões regulamentares.

Risco de liquidez

Entende-se por risco de liquidez o risco potencial para a entidade de não poder satisfazer os seus compromissos, dada a incapacidade de aceder aos mercados em quantidade e custo razoáveis.

A política de controlo do risco de liquidez está subordinada à estratégia geral do Banco e tem como objectivo o financiamento adequado dos seus activos e do crescimento orçamentado dos mesmos e a determinação da folga de liquidez.

As políticas e procedimentos que permitem controlar e limitar o risco de liquidez revêm regularmente os limites das posições de liquidez para diferentes horizontes temporais, analisando simulações com base em diversos cenários, o que permite uma efectiva gestão da liquidez.

É o Departamento Financeiro que se encarrega de cumprir e executar, de uma forma efectiva, a estratégia e todas as políticas de risco de liquidez definidas e aprovadas pela Administração.



Prazos residuais

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

2010								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros ⁽¹⁾	Total
<i>Activo</i>								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	513.793	-	-	-	-	-	-	513.793
Disponibilidades em outras instituições de crédito	12.677.400	-	-	-	-	-	-	12.677.400
Activos financeiros detidos para negociação	-	17.203	237.500	27.471.072	13.542.439	1.029.112	-	42.297.326
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	3.087.532	54.049.509	24.385.553	9.005.693	-	90.528.287
Crédito a clientes:								
- Crédito não representado por valores mobiliários	2.931.857	11.444.577	15.876.269	18.415.760	184.928.474	15.259.174	832.802	249.688.913
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	2.500.000	-	12.546.179	22.142.781	-	-	37.188.960
Investimentos detidos até à maturidade	-	2.000.179	11.327.553	78.704.646	25.956.112	-	-	117.988.490
Devedores e Outras Aplicações	-	-	-	-	-	2.043.567	-	2.043.567
	16.123.050	15.961.959	30.528.854	191.187.165	270.955.359	27.337.546	832.802	552.926.736
<i>Passivo</i>								
Recursos de bancos centrais	-	182.500.000	-	-	-	-	156.666	182.656.666
Passivos financeiros detidos para negociação	-	19.934	81.841	430.176	12.672	-	-	544.623
Recursos de outras instituições de crédito	1.359.775	29.162.174	-	-	-	-	169.716	30.691.665
Recursos de clientes e outros empréstimos	16.286.528	56.677.265	33.103.816	2.018.754	-	-	608.866	108.695.229
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	75.400.655	115.573.125	-	(5.912)	190.967.868
	17.646.303	268.359.373	33.185.657	77.849.585	115.585.797	-	929.336	513.556.051
Gap de liquidez	(1.523.253)	(252.397.413)	(2.656.803)	113.337.580	155.369.562	27.337.546	(96.535)	39.370.684
2009								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros ⁽¹⁾	Total
<i>Activo</i>								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.584.671	-	-	-	-	-	-	1.584.671
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17.291.124	-	-	-	-	-	-	17.291.124
Activos financeiros detidos para negociação	-	14.589	1.583	16.491.464	10.263.092	1.067.473	-	27.838.202
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	1.988.372	34.892.259	24.302.956	10.076.193	-	71.259.779
Crédito a clientes:								
- Crédito não representado por valores mobiliários	4.639.161	7.354.573	16.877.030	22.476.443	201.148.778	16.763.108	914.712	270.173.804
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	501.966	1.004.629	11.597.382	32.756.946	-	-	45.860.923
Investimentos detidos até à maturidade	-	4.492.824	29.956.049	65.270.713	-	-	-	99.719.586
Devedores e Outras Aplicações	-	-	-	-	-	962.058	-	962.058
	23.514.956	12.363.952	49.827.664	150.728.261	268.471.771	28.868.831	914.712	534.690.147
<i>Passivo</i>								
Recursos de bancos centrais	-	10.000.000	80.000.000	-	-	-	292.361	90.292.361
Passivos financeiros detidos para negociação	-	35.803	68.399	276.985	14.515	-	-	395.701
Recursos de outras instituições de crédito	-	85.277.252	7.000.000	-	-	-	242.720	92.519.972
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.869.677	58.138.984	22.091.753	2.210.143	52.069	-	736.511	99.099.137
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	84.741.905	118.921.069	-	(63.635)	203.599.339
	15.869.677	153.452.038	109.160.152	87.229.033	118.987.653	-	1.207.957	485.906.510
Gap de liquidez	7.645.279	(141.088.086)	(59.332.488)	63.499.227	149.484.119	28.868.831	(293.245)	48.783.637

⁽¹⁾ A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.



Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- não foram considerados os fluxos de caixa contratuais projectados de juros associados aos activos e passivos financeiros;
- a coluna “Outros” corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos;
- para os instrumentos de capital foi considerado que a sua maturidade era indeterminada, tendo sido incluídos na coluna “Indeterminado”;
- nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda foi considerado que os instrumentos de dívida apenas eram liquidados na data da sua maturidade; e
- nos créditos a clientes foi considerado que a amortização do capital era efectuada na sua totalidade na data da última prestação do crédito.

O Gap de Liquidez de curto prazo é financiado com recurso ao mercado interbancário, onde o Banco tem acesso a linhas de crédito que permitem financiar este Gap, e através de desconto de títulos no ECB, que lhe permite ter acesso a liquidez imediata.

A taxa de renovação dos depósitos oscila sempre em torno dos 90%, pelo que é expectável que grande parte dos recursos de clientes se mantenham inalteráveis.

O Gap de liquidez de curto prazo está associado à carteira de obrigações do Banco e ao seu modo de financiamento. O valor total da carteira de títulos é superior ao Gap de curto prazo, podendo o Banco em qualquer momento reduzi-lo, realizando vendas de títulos no mercado. O referido Gap, resulta assim de uma decisão estratégica do Banco de financiar a sua carteira de títulos de um modo eficiente em termos económicos e não de uma deficiência estrutural de liquidez. A carteira tem sido essencialmente financiada através de operações de reporte junto do Banco Central Europeu, tendo no entanto o Banco Invest contratos de reporte com diferentes instituições financeiras.

Em 2010, o Banco realizou um conjunto de operações com impacto na sua estrutura de financiamento de médio longo prazo:

- Amortização de um empréstimo obrigacionista de 25.000.000 Euros a 1 ano, com Garantia Pessoal do Estado Português, contraído em 2009;
- Securitização de 7.210.735 Euros ao abrigo do programa de titularização, Invest Finance 1.

Para fazer face a eventuais necessidades de liquidez o Banco complementarmente às linhas de curto prazo no mercado monetário interbancário dispõe de uma linha de crédito com uma instituição financeira contratada a 3 anos.

Risco de mercado

A actividade do Banco Invest realizada através de instrumentos financeiros pressupõe a assunção ou transferência de um ou vários tipos de riscos.

Riscos de Mercado são os que surgem por manter instrumentos financeiros cujo valor pode ser afectado por variações em condições de mercado. Os riscos de mercado incluem:

- a) Risco de câmbio: surge como consequência de variações nas taxas de câmbio entre as moedas;
- b) Risco de taxa de juro: surge como consequência de variações nas taxas de juro de mercado;
- c) Risco de preço: surge como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por factores específicos do próprio instrumento, quer por factores que afectam todos os instrumentos negociados no mercado.

O controlo de risco de mercado tem por objectivo avaliar e monitorizar a perda potencial associada a alterações dos preços dos activos do Banco, da gestão discricionária de carteiras, e a consequente perda de resultados, inerentes a um movimento adverso dos valores de mercado. Esta avaliação é efectuada pela definição prévia de procedimentos e limites relativamente às carteiras globais e por produto. Diariamente são avaliadas as estratégias, posições e limites, que permitem a geração de receitas através das suas actividades de *trading* e gestão de activos e passivos, gerindo simultaneamente a exposição ao risco de mercado.



Risco cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem “posições abertas” nessas mesmas moedas.

A actividade cambial do Banco Invest é acessória e residual. Os saldos diários em divisas e as transacções efectuadas em moeda estrangeira são diariamente controlados pelo Departamento de Operações e pela Sala de Mercados.

Apenas as operações em dólares têm alguma relevância, sendo praticamente inexistentes as transacções efectuadas noutras divisas.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2010			
	Moeda			
	Euros Bruto	Dólares Norte Americanos	Libra	Total
<i>Activo</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	513.793	-	-	513.793
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11.458.690	1.172.034	46.676	12.677.400
Activos financeiros detidos para negociação	42.234.773	62.553	-	42.297.326
Activos financeiros disponíveis para venda	90.030.837	253.947	243.503	90.528.287
Crédito a clientes	286.578.876	298.997	-	286.877.873
Investimentos detidos até à maturidade	117.988.490	-	-	117.988.490
Devedores e Outras Aplicações	1.302.032	730.033	11.502	2.043.567
	550.107.491	2.517.564	301.681	552.926.736
<i>Passivo</i>				
Recursos de bancos centrais	182.656.666	-	-	182.656.666
Passivos financeiros detidos para negociação	533.107	11.516	-	544.623
Recursos de outras instituições de crédito	30.691.665	-	-	30.691.665
Recursos de clientes e outros empréstimos	107.454.801	1.240.232	196	108.695.229
Responsabilidades representadas por títulos	190.967.868	-	-	190.967.868
	512.304.107	1.251.748	196	513.556.051
Exposição líquida (Posição Cambial)	37.803.384	1.265.816	301.485	39.370.685



2009				
	Moeda			
	Euros Bruto	Dólares Norte Americanos	Libra	Total
<i>Activo</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.584.671	-	-	1.584.671
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16.609.936	640.884	40.304	17.291.124
Activos financeiros detidos para negociação	27.691.133	147.069	-	27.838.202
Activos financeiros disponíveis para venda	68.783.711	2.244.112	231.956	71.259.779
Crédito a clientes	315.454.150	580.580	-	316.034.730
Investimentos detidos até à maturidade	99.719.586	-	-	99.719.586
Devedores e Outras Aplicações	799.117	156.185	6.756	962.058
	530.642.305	3.768.830	279.015	534.690.150
<i>Passivo</i>				
Recursos de bancos centrais	90.292.361	-	-	90.292.361
Passivos financeiros detidos para negociação	395.701	-	-	395.701
Recursos de outras instituições de crédito	92.519.972	-	-	92.519.972
Recursos de clientes e outros empréstimos	97.955.852	1.143.106	179	99.099.137
Responsabilidades representadas por títulos	203.599.339	-	-	203.599.339
	484.763.225	1.143.106	179	485.906.510
Exposição líquida (Posição Cambial)	45.879.080	2.625.723	278.837	48.783.640

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o aumento de 5% nas taxas de câmbio de mercado nas principais moedas a que o Banco se encontra exposto originaria um impacto positivo nos resultados do Banco de cerca de 73.945 Euros e 148.000 Euros respectivamente.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial da entidade. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de reapreciação dos activos, passivos e posições fora de balanço da entidade, face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro. Desta forma, o risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor actual dos *cash-flows* futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

A gestão do risco de taxa de juro subordina-se à estratégia geral da Instituição e tem como objectivo minimizar o impacto das variações das taxas de juro nos resultados globais do Banco.

O risco de taxa de juro de curto prazo resulta fundamentalmente do *mismatch* de pagamentos entre os passivos da instituição e os seus activos de crédito.



Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

	2010			
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
<i>Activo</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	246.606	-	267.187	513.793
Disponibilidades em outras instituições de crédito	761.521	-	11.915.879	12.677.400
Activos financeiros detidos para negociação:				
- Títulos	1.029.111	32.441.787	7.597.518	41.068.416
- Instrumentos financeiros derivados	-	103.310	1.125.600	1.228.910
Activos financeiros disponíveis para venda	14.297.824	50.157.316	26.073.147	90.528.287
Crédito a clientes:				
- Crédito não representado por valores mobiliários	-	-	249.688.914	249.688.914
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	5.357.742	31.831.217	37.188.959
Investimentos detidos até à maturidade	-	73.450.883	44.537.607	117.988.490
Devedores e Outras Aplicações	-	-	2.043.567	2.043.567
	16.335.062	161.511.038	375.080.636	552.926.736
<i>Passivo</i>				
Recursos de bancos Centrais	-	-	182.656.666	182.656.666
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	263.485	281.138	544.623
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	30.691.665	30.691.665
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	2.018.754	106.676.475	108.695.229
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	190.967.868	190.967.868
	-	2.282.239	511.273.812	513.556.051
	16.335.062	159.228.798	(136.193.176)	39.370.685
<i>Extrapatrimoniais</i>				
Instrumentos financeiros derivados (valor nocional)				
-Swaps	-	-	315.080.332	315.080.332
-Opções	-	-	7.371.905	7.371.905
-Futuros	-	-	76.096.578	76.096.578
	-	-	398.548.815	398.548.815



2009				
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
<i>Activo</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	177.122	-	1.407.549	1.584.671
Disponibilidades em outras instituições de crédito	316.363	-	16.974.761	17.291.124
Activos financeiros detidos para negociação:				
- Títulos	1.067.474	20.100.937	5.693.110	26.861.520
- Instrumentos financeiros derivados	-	325.337	651.344	976.681
Activos financeiros disponíveis para venda	9.053.514	34.087.833	28.118.432	71.259.779
Crédito a clientes:				
- Crédito não representado por valores mobiliários	-	-	270.173.806	270.173.806
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	5.406.926	40.453.997	45.860.923
Investimentos detidos até à maturidade	-	23.287.977	76.431.609	99.719.586
Devedores e Outras Aplicações	-	-	962.058	962.058
	10.614.473	83.209.011	440.866.666	534.690.149
<i>Passivo</i>				
Recursos de Bancos Centrais	-	-	90.292.361	90.292.361
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	113.906	281.795	395.701
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	92.519.972	92.519.972
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	644.905	98.454.232	99.099.137
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	203.599.339	203.599.339
	-	758.811	485.147.699	485.906.510
	10.614.473	82.450.200	(44.281.034)	48.783.639
<i>Extrapatrimoniais</i>				
Instrumentos financeiros derivados (valor nocional)				
- Swaps	-	-	343.543.162	343.543.162
- Opções	-	-	5.813.266	5.813.266
- Futuros	-	-	37.574.960	37.574.960
	-	-	386.931.388	386.931.388

No conceito de taxa variável estão incluídas todas as operações com prazo de vencimento residual inferior a um ano, bem como, todas as outras cuja taxa possa ser redefinida em função de indicadores de mercado, dentro daquele prazo.



Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:

2010							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros ⁽¹⁾	Total
<i>Activo</i>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	513.793	-	-	-	-	-	513.793
Disponibilidades em outras instituições de crédito	12.677.400	-	-	-	-	-	12.677.400
Activos financeiros detidos para negociação							
- Títulos	1.029.111	7.597.518	-	21.044.133	11.397.654	-	41.068.416
- Instrumentos financeiros derivados	-	966.010	149.939	112.961	-	-	1.228.910
Activos financeiros disponíveis para venda	9.005.692	21.570.909	5.148.031	39.727.152	15.076.503	-	90.528.287
Crédito a clientes							
- Crédito não representado por valores mobiliários	2.931.857	172.972.856	57.692.226	-	-	16.091.976	249.688.914
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	28.302.599	4.005.568	4.880.793	-	-	37.188.960
Investimentos detidos até à maturidade	-	44.537.607	5.324.481	42.170.290	25.956.112	-	117.988.490
Devedores e Outras Aplicações	-	-	-	-	-	2.043.567	2.043.567
	26.157.853	275.947.499	72.320.244	107.935.329	52.430.269	18.135.543	552.926.737
<i>Passivo</i>							
Recursos de bancos centrais	-	182.500.000	-	-	-	156.666	182.656.666
Passivos financeiros detidos para negociação							
- Instrumentos financeiros derivados	-	204.529	76.610	263.485	-	-	544.623
Recursos de outras instituições de crédito	1.359.775	29.162.174	-	-	-	169.716	30.691.665
Recursos de clientes e outros empréstimos	16.286.528	56.677.265	33.103.816	2.018.754	-	608.866	108.695.229
Responsabilidades representadas por títulos	-	190.973.780	-	-	-	(5.912)	190.967.868
	17.646.303	459.517.747	33.180.425	2.282.239	-	929.336	513.556.052
	8.511.550	(183.570.248)	39.139.819	105.653.089	52.430.269	17.206.206	39.370.685



	2009						
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros ⁽¹⁾	Total
<i>Activo</i>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.584.671	-	-	-	-	-	1.584.671
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17.291.124	-	-	-	-	-	17.291.124
Activos financeiros detidos para negociação							
- Títulos	1.067.474	5.693.111	-	14.515.146	5.585.790	-	26.861.520
- Instrumentos financeiros derivados	-	119.774	522.175	334.732	-	-	976.681
Activos financeiros disponíveis para venda	9.053.515	21.133.320	4.142.881	19.977.649	16.952.414	-	71.259.779
Crédito a clientes							
- Crédito não representado por valores mobiliários	4.639.161	182.627.557	65.229.266	-	-	17.677.822	270.173.806
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	35.639.888	4.777.844	5.443.190	-	-	45.860.923
Investimentos detidos até à maturidade	-	76.431.609	-	23.287.977	-	-	99.719.586
Devedores e Outras Aplicações	-	-	-	-	-	962.058	962.058
	33.635.944	321.645.258	74.672.166	63.558.695	22.538.205	18.639.880	534.690.148
<i>Passivo</i>							
Recursos de bancos centrais	-	10.000.000	80.000.000	-	-	292.361	90.292.361
Passivos financeiros detidos para negociação							
- Instrumentos financeiros derivados	-	62.353	172.836	160.512	-	-	395.701
Recursos de outras instituições de crédito	-	85.277.252	7.000.000	-	-	242.720	92.519.972
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.869.677	58.138.984	22.091.753	2.210.143	52.069	736.511	99.099.137
Responsabilidades representadas por títulos	-	203.662.974	-	-	-	(63.635)	203.599.339
	15.869.677	357.141.562	109.264.589	2.370.656	52.069	1.207.957	485.906.510
	17.766.267	(35.496.303)	(34.592.423)	61.188.040	22.486.136	17.431.923	48.783.639

(1) A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.

O Banco considera que o impacto do aumento de 0,5% nas taxas de juro de mercado não tem um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

Justo valor

Na determinação do justo valor dos instrumentos financeiros o Banco tem por base os preços de mercado. Nos casos em que não existe preço de mercado, o justo valor é calculado com recurso a modelos internos baseados em determinados pressupostos que variam consoante os instrumentos financeiros a valorizar. Em situações excepcionais, quando não é possível determinar de forma fiável o justo valor, os activos são valorizados ao custo histórico.

As principais considerações na determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros são as seguintes:

- “Caixa e disponibilidades em Bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”: Dado o prazo curto destes activos, entende-se que o valor contabilístico é uma razoável estimativa do seu justo valor;
- “Aplicações e recursos de outras instituições de crédito” e “Recursos de bancos centrais”: O apuramento do justo valor pressupõe que as operações são liquidadas nas datas de vencimento e são actualizados os “cash-flows”, utilizando a curva de taxas formada nos últimos dias do ano. Tendo em conta as maturidades das operações e o tipo de taxa de juro, o Banco Invest estima que a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico não seja significativa;
- “Crédito a clientes”. O crédito a clientes é quase na sua totalidade remunerado a taxas indexadas à taxa Euribor, tendo na sua maioria refixação no curto prazo. No que se refere aos *spreads* em vigor na carteira, o Banco considera que actualmente a actividade de crédito se desenrola a um ritmo e valores residuais face



à dimensão da carteira, e que as operações realizadas, bem como os respectivos *spreads* atribuídos, estão afectadas pelas características específicas de cada uma das operações, não sendo representativo da restante carteira de crédito.

De qualquer forma, atendendo a que os *spreads* actualmente em vigor são superiores ao *spread* médio da carteira de crédito, o Banco calculou o justo valor da carteira considerando um *spread* adicional de 0,5%. Desta análise resultou que a aplicação do justo valor na rubrica de "Crédito a clientes" implica uma diminuição da mesma em cerca de 5.962.665 Euros.

De realçar que nesta análise não foram incluídos operações de crédito com penhores de activos financeiros, e créditos atribuídos a colaboradores e a Empresas do grupo.

Adicionalmente, na rubrica "Crédito a clientes" encontram-se registados títulos de dívida, cujo justo valor é apurado de acordo com a metodologia definida para os "Activos e passivos financeiros detidos para negociação" (ver abaixo).

- "Recursos de clientes e outros empréstimos": Para os depósitos com prazo inferior a um ano, assume-se o valor contabilístico como uma razoável estimativa do justo valor. Para os restantes consideramos que os *spreads* contratualizados não diferem muito dos que estão a ser praticados nas operações mais recentes;
- "Activos e passivos financeiros detidos para negociação" e "Activos disponíveis para venda": Tratam-se de instrumentos já registados na contabilidade ao justo valor, determinado de acordo com:
 - Preços de um mercado activo;
 - Preços indicativos fornecidos por meios de difusão financeira, nomeadamente a Bloomberg, maioritariamente através do índice denominado Bloomberg Generic.
 - Métodos e técnicas de avaliação, nos casos em que não existe mercado activo, que tenham subjacente:
 - calculo matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou,
 - preços calculados com base em activos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos;
 - Preços indicativos fornecidos por emitentes, essencialmente para os casos em que atendendo às características específicas do título, não era possível a utilização dos métodos de avaliação descritos anteriormente;
 - Custo de aquisição quando se considera que este se aproxima do justo valor.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a forma de apuramento do justo valor dos activos e passivos financeiros do Banco pode ser resumida como se segue:

2010						
	Activos valorizados ao Custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total	Valor contabilístico
		Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em:			
			Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)		
<i>Activo</i>						
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	-	1.029.113	40.039.305	-	41.068.418	41.068.418
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.228.910	-	-	1.228.910	1.228.910
Activos financeiros disponíveis para venda	-	13.856.627	76.497.120	174.540	90.528.287	90.528.287
Investimentos detidos até à maturidade	-		114.026.260	-	114.026.260	117.988.490
Créditos a clientes - títulos de dívida	-	-	16.232.469	18.888.701	35.121.169	36.303.037
	-	16.114.650	246.795.154	19.063.240	281.973.045	287.117.142
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação						
- Instrumentos financeiros derivados	-	544.623	-	-	544.623	544.623

2009						
	Activos valorizados ao Custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total	Valor contabilístico
		Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em:			
			Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)		
<i>Activo</i>						
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	-	1.046.524	25.794.047	20.950	26.861.521	26.861.521
- Instrumentos financeiros derivados	-	976.681	-	-	976.681	976.681
Activos financeiros disponíveis para venda	-	14.817.210	54.224.559	2.218.010	71.259.779	71.259.779
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	99.980.615	969.866	100.950.481	99.719.586
Créditos a clientes - títulos de dívida	-	997.106	13.261.989	29.339.007	43.598.102	45.178.073
	-	17.837.521	193.261.211	32.547.832	243.646.564	243.995.640
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação						
- Instrumentos financeiros derivados	-	395.701	-	-	395.701	395.701

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- Os valores relativos a cotações em mercado activo correspondem a instrumentos de capital cotados em Bolsa (Nível 1);
- A valorização dos instrumentos financeiros derivados é efectuada através de técnicas de valorização baseadas em dados de mercado (Nível 2);
- Os títulos em carteira cuja valorização corresponde a *bids* indicativos fornecidos por contribuidores externos ao Banco ou cotações difundidas através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente Bloomberg, foram também considerados em “Técnicas de valorização – Dados de mercado” (Nível 2);

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estão englobados nesta rubrica títulos sem data de reembolso definida, para os quais o Banco considerou a informação difundida de alguns contribuidores de mercado, considerando-se que estas cotações reflectiam o respectivo justo valor dos mesmos.

- Os títulos valorizados com base em modelos internos do Banco são apresentados em “Técnicas de valorização – outras” (Nível 3).

Relativamente aos títulos valorizados através de Modelo interno foram utilizados os pressupostos que o Banco considerou serem adequados para reflectir o valor de mercado desses activos financeiros à data de balanço, incluindo a taxa de juro de base de mercado, um *spread* reflectindo o risco de cada título determinado com base no *rating* e uma data esperada de reembolso.

Na valorização realizada em 31 de Dezembro de 2010, caso se aumentasse o *spread* de risco utilizado no Modelo interno em 1% o valor dos activos financeiros seria inferior em cerca de 500.000 Euros. No caso de diminuirmos esse *spread* em 1%, o justo valor dos activos financeiros aumentava no mesmo montante.





41. RECLASSIFICAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS

Em 13 de Outubro de 2008, foi aprovada pelo IASB a IAS 39 (Emenda) e IFRS 7 (Emenda) – “Reclassificação de activos financeiros”, com base nas quais passou a ser permitida a reclassificação de alguns activos financeiros classificados como activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias. As reclassificações de activos financeiros efectuadas até 31 de Outubro de 2008 beneficiaram de um regime transitório, no âmbito do qual foi permitida a sua aplicação com efeitos retroactivos a 1 de Julho de 2008.

Decorrente das alterações ao IAS 39 descritas acima, o Banco Invest procedeu à reclassificação de obrigações, com referência a 1 de Julho de 2008 (data de reclassificação), de “Activos financeiros detidos para negociação”, “Activos financeiros disponíveis para venda”, “Crédito a clientes” e “Investimentos detidos até a maturidade”, de acordo com o seguinte detalhe:

	Valor de Balanço antes da reclassificação	Reclassificações		Valor de Balanço após reclassificação
		Aumentos	Diminuições	
Activos financeiros detidos para negociação	106.016.910	-	(75.830.272)	30.186.638
Activos financeiros disponíveis para venda	206.991.461	18.822.059	(106.921.893)	118.891.628
Crédito a clientes - títulos de dívida	-	59.946.307	-	59.946.307
Investimentos detidos até a maturidade	10.278.861	103.983.798	-	114.262.659
	323.287.233	182.752.165	(182.752.165)	323.287.233

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o valor de Balanço e justo valor dos activos financeiros reclassificados apresentam o seguinte detalhe:

2010			
	Valor de Balanço na data da reclassificação	Valor de Balanço em 31-12-2010	Justo Valor em 31-12-2010
Activos financeiros disponíveis para venda	5.092.055	3.737.822	3.737.822
Crédito a clientes - títulos de dívida	37.068.444	36.712.011	35.530.144
Investimentos detidos até a maturidade	54.333.523	55.773.635	56.043.543
	96.494.022	96.223.469	95.311.509
Títulos alienados até 31 de Dezembro de 2008	1.046.135	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2009	31.918.772	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2010	53.293.236	n.a.	n.a.
	182.752.165	96.223.469	95.311.509

2009			
	Valor de Balanço na data da reclassificação	Valor de Balanço em 31-12-2009	Justo Valor em 31-12-2009
Activos financeiros disponíveis para venda	15.965.508	15.402.466	15.402.466
Crédito a clientes - títulos de dívida	45.966.976	45.824.659	44.244.684
Investimentos detidos até a maturidade	87.854.774	89.547.076	90.039.061
	149.787.258	150.774.201	149.686.212
Títulos alienados até 31 de Dezembro de 2008	1.046.135	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2009	31.918.772	n.a.	n.a.
	182.752.165	150.774.201	149.686.212



O justo valor foi determinado com base nas metodologias descritas na Nota 40.

Após a data de reclassificação, os ganhos / (perdas) acumulados associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados e os outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e em resultados dos exercícios de 2010 e 2009, apresentam o seguinte detalhe:

2010					
	Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em:			Outros ganhos/ (perdas) reconhecidos em:	
	Resultados transitados	Resultados do exercício	Reservas	Reservas	Resultados
Activos financeiros disponíveis para venda	(1.052.904)	(301.329)	-	(677.079)	185.533
Crédito a clientes - títulos de dívida	(1.753.350)	516.431	(1.193.687)	-	750.033
Investimentos detidos até a maturidade	1.851.529	284.796	(19.945)	-	1.174.892
	(954.725)	499.898	(1.213.631)	(677.079)	2.110.458
2009					
	Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em:			Outros ganhos/ (perdas) reconhecidos em:	
	Resultados transitados	Resultados do exercício	Reservas	Reservas	Resultados
Activos financeiros disponíveis para venda	(2.764.314)	2.574.279	-	(190.035)	604.830
Crédito a clientes - títulos de dívida	(601.233)	(433.743)	(887.604)	-	1.506.748
Investimentos detidos até a maturidade	(1.277.674)	1.313.852	(1.270.145)	-	1.735.166
	(4.643.221)	3.454.388	(2.157.749)	(190.035)	3.846.744

Os valores referentes a ganhos/ (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados do exercício ou em reservas correspondem aos ganhos / (perdas) que afectariam resultados ou reservas caso as obrigações se mantivessem na carteira de Activos financeiros detidos para negociação ou Activos financeiros disponíveis para venda, respectivamente.

Os valores apresentados em Outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e resultados do exercício incluem os montantes relativos a juros, prémios / descontos e outras despesas. Os valores apresentados em outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas referem-se à variação no justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda após a data de reclassificação.

42. FUNDOS PRÓPRIOS

O Banco na gestão dos fundos próprios mantém uma política conservadora, mantendo um rácio de solvabilidade acima dos mínimos requeridos pelas entidades reguladoras. O Banco mantém a base de capital constituída exclusivamente por capital próprio, tendo ainda a faculdade de emitir diversos instrumentos de dívida.

Os fundos próprios do Banco são monitorizados mensalmente para se aferir sobre o grau de solvabilidade da instituição, sendo analisado as variações face a períodos anteriores e a margem existente entre as posições reais e os requisitos mínimos de capital.

Os procedimentos adoptados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais do Banco são os que resultam das disposições emanadas do Banco de Portugal, de modo semelhante ao que se verifica para todas as questões que se insiram no âmbito das funções de supervisão do sistema bancário. Essas normas representam o enquadramento legal e regulamentar das diversas matérias de natureza prudencial.

De acordo com o método de apuramento acima indicado, e considerando o resultado líquido do exercício em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o Banco apresenta um rácio de solvabilidade de 13,7% e 13,1% respectivamente.

6. Certificação Legal das Contas





6. Certificação Legal das Contas



CONTAS CONSOLIDADAS (Montantes expressos em Euros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Invest, S.A. (Banco) e subsidiárias, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010, que evidencia um total de 577.968.842 Euros e capitais próprios de 58.593.156 Euros, incluindo um resultado líquido de 7.212.087 Euros, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração do Banco, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Invest, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2010, bem como o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 31 de Março de 2011

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

7. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal





7. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas do
Banco Invest, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da actividade consolidada do Banco Invest, S.A. (Banco) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco, as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, apreciamos o Balanço consolidado do Banco em 31 de Dezembro de 2010, as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o respectivo anexo, bem como o Relatório de Gestão consolidado, elaborado pelo Conselho de Administração, para o exercício findo naquela data. Adicionalmente, apreciamos a Certificação Legal das Contas Consolidadas elaborada pelo Revisor Oficial de Contas do Banco, que mereceu o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 31 de Março de 2011

Artur Carmo Barreto
Presidente

Rosendo José
Vogal

Vítor Hugo Moreira Ferreira Lemos Sousa
Vogal

**Lisboa**

Av. Eng. Duarte Pacheco, Torre 1 - 11º · 1070-101 Lisboa

Tel.: (+351) 21 382 17 00 · Fax: (+351) 21 386 49 84 · welcome@bancoinvest.pt

Porto

Pç. do Bom Sucesso, nº 131 - Ed. Península · Salas 502 a 504 - 5º · 4150-146 Porto

T: (+351) 22 040 03 00 · F: (+351) 22 609 52 97

www.bancoinvest.pt